

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMPUS DE AQUIDAUANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS**

Eduardo Ramirez Meza

**UMA LEITURA INTERSECCIONAL SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE
ESTUDANTES REGULARES E PESSOAS IDOSAS INSERIDAS EM DISCIPLINAS
ISOLADAS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL PELA UNIVERSIDADE ABERTA À
PESSOA IDOSA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

Aquidauana
2022

Eduardo Ramirez Meza

**UMA LEITURA INTERSECCIONAL SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE
ESTUDANTES REGULARES E PESSOAS IDOSAS INSERIDAS EM DISCIPLINAS
ISOLADAS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL PELA UNIVERSIDADE ABERTA À
PESSOA IDOSA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Estudos Culturais – PPGCult – do Câmpus de
Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul – CPAQ/UFMS, como parte dos requisitos para a
obtenção do grau de mestre em Estudos Culturais.

Linha de pesquisa: Diferenças & Alteridades

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Victor da Rosa

Aquidauana
2022

Eduardo Ramirez Meza

**UMA LEITURA INTERSECCIONAL SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE
ESTUDANTES REGULARES E PESSOAS IDOSAS INSERIDAS EM DISCIPLINAS
ISOLADAS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL PELA UNIVERSIDADE ABERTA À
PESSOA IDOSA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Estudos Culturais – PPGCult – do Câmpus de
Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul – CPAQ/UFMS, como parte dos requisitos para a
obtenção do grau de mestre em Estudos Culturais.

Linha de pesquisa: Diferenças & Alteridades

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Victor da Rosa (orientador)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. Esmael Alves de Oliveira (membro titular externo)
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof. Dr. Miguel Rodrigues de Sousa Neto (membro titular interno)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. Fernando Altair Pocahy (membro suplente externo)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof. Dr. Guilherme Rodrigues Passamani (membro suplente interno)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Aquidauana
2022

*Este trabalho é dedicado à memória de
minha avó Chiquita, o ser humano que
mais me humanizou neste mundo.*

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer, nestas circunstâncias, sempre pode oferecer um tipo de risco pela possibilidade de sermos traídos pela memória. Mas faço aqui a minha tentativa.

Pelo compartilhamento que, em momentos diversos da vida, essas pessoas me presentearam, seja pelas suas presenças marcantes, seja pelas suas contribuições diretas à minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, sem fazer nenhum tipo de gradação acerca da importância que tiveram (ou tem) e da influência que exerceram (ou exercem) na minha constituição enquanto sujeito-pesquisador:

À minha família, aqui entendida como aquela que constituiu a partir da minha relação com minha companheira Deise e à qual juntaram-se nossas três filhas, Renata, Isabela e Carolina, agradeço pelo muito que me ensinaram e continuam ensinando pelos exercícios, para mim basilares, do princípio do que é ser humano, a partir da vivência dos afetos partilhados.

Aos/às parceiros/as de composições musicais e de cantoria do grupo Terça das Quintas, Paulo Robson de Souza, Geraldo Alves Damasceno Junior, Tamires Yule, Heitor Corrêa, Luciana Amaral e Marco Antonio Carstens Mendonça, pelos momentos de descontração, de alegria e de criação artística, tão necessários à manutenção da sanidade mental, e também por entenderem aos muitos convites de reuniões criativas que não pude aceitar por estar me dedicando às leituras e escritas do Mestrado.

A todos/as os/as colegas de trabalho da Escola de Conselhos da UFMS, aqui singelamente lembrados na figura do amigo Antônio José Ângelo Motti, agradeço por terem comigo partilhado suas experiências e vivências que inauguraram em mim as primeiras concepções sobre direitos humanos e políticas públicas na execução de projetos de extensão.

A todos/as os/as professores/as da graduação em Ciências Sociais da UFMS, em especial os/as professores/as Ana Maria Gomes, David Victor-Emanuel Tauro, Aparecido Francisco dos Reis, Antônio Hilário Aguilera Urquiza, Guilherme Rodrigues Passamani e Daniel Estevão Ramos de Miranda, agradeço pela iniciação no mundo dos conhecimentos que me facultaram o acesso às possibilidades de questionar e de estudar as diferenças e as relações sociais.

Aos colegas da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte da UFMS, nas pessoas dos amigos João Batista de Santana e Wellington Shinzato Hokama, agradeço pelo companheirismo, pela confiança e por terem me incentivado acreditando nas minhas apostas tanto de trabalho quanto de estudos.

Aos/às professores/as da linha de pesquisa “Diferenças & Alteridades” do Mestrado em Estudos Culturais, nas pessoas de Aguinaldo Rodrigues Gomes, Iára Quelho de Castro, Miguel Rodrigues de Sousa Neto, Ivanete Rodrigues dos Santos e Marcelo Victor da Rosa, agradeço pela paciência afetiva e pedagógica com que lidaram com as nossas limitações de estudantes no decorrer das aulas teóricas ministradas.

À professora Carina Elisabeth Maciel e ao professor Dirceu Santos da Silva, da linha de pesquisa “História, Políticas e Educação”, do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação da UFMS, agradeço pela acolhida na disciplina que tive o privilégio de cursar e aprofundar minhas noções sobre políticas públicas educacionais.

Aos grupos de estudos Néstor Perlonger e Impróprias, ambos da UFMS, nas pessoas dos professores Guilherme Rodrigues Passamani, Tiago Duque e Marcelo Victor da Rosa, agradeço pela oportunidade de compartilhar com os/as demais estudantes de graduação e de pós-graduação das leituras, discussões e aprendizados sobre interseccionalidade e poder/agência.

Às pessoas idosas e aos/às jovens que, direta e indiretamente, participaram desta pesquisa, agradeço por terem me presenteado com a generosidade de me permitir questionar, estudar e, de alguma forma, comigo terem construído e partilhado os conhecimentos ora apresentados.

Aos/às colegas estudantes e pesquisadores que participam de um grupo constituído para compartilhar leituras e avaliações coletivas a partir de um orientador comum, agradeço tanto pela riqueza dos trabalhos elaborados sobre os quais pude fazer a leitura e oferecer contribuições, quanto agradeço pelas valiosas contribuições recebidas.

Ao meu orientador, professor Marcelo Victor da Rosa, mais do que orientador, um amigo na caminhada, meus mais sinceros agradecimentos, pois sem a sua orientação firme, mas também paciente e afetuosa, dificilmente eu teria chegado até aqui.

Aos membros titulares da banca, professores Esmael Alves de Oliveira, Miguel Rodrigues de Sousa Neto, e aos membros suplentes, professores Fernando Altair Pocahy e Guilherme Rodrigues Passamani, agradeço por terem gentilmente aceitado ao convite para avaliarem este trabalho e comigo compartilharem a riqueza de suas leituras de mundo.

A convivência com a alteridade, com a diferença (seja ela de idade, gênero, classe, etnia ou cultura) é ainda difícil numa sociedade que, para manter o poder e o controle, normatiza, normaliza, classifica, rotula, regulamenta, define, divide, hierarquiza e exclui – mesmo quando mascara sua face repressora com uma sedutora manipulação do desejo (...). Reduzir um jovem ou um idoso apenas à sua idade ou geração é deixar de nele descobrir sua humanidade.

Maria Helena Kühner

RESUMO

MEZA, Eduardo Ramirez. **Uma leitura interseccional sobre as relações de poder entre estudantes regulares e pessoas idosas inseridas em disciplinas isoladas de graduação presencial pela Universidade Aberta à Pessoa Idosa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, MS, 2022.

Este trabalho teve como objetivo geral analisar, sob um olhar interseccional, as relações de poder entre pessoas idosas e pessoas jovens (estudantes de graduação) participantes da atividade de extensão “Pessoa Idosa na Formação Acadêmica” do Programa Institucional de Extensão “Universidade Aberta à Pessoa Idosa” da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Enquanto pesquisa qualitativa, o percurso metodológico incluiu levantamento de um breve estado da arte, obtenção de anuência institucional e de acesso aos contatos de pessoas idosas e de estudantes regulares, apresentação de convite para participarem da pesquisa, aplicação de questionário e de entrevista com os sujeitos, tabulação e entrecruzamento dos dados do perfil sociológico e análise dos discursos. Devido ao quadro pandêmico da Covid-19, todos os contatos com os sujeitos da pesquisa foram mantidos remotamente, com suporte das tecnologias de comunicação a distância. Participaram como sujeitos da pesquisa 15 pessoas idosas e 15 adultos jovens, sendo a maioria composta por mulheres cisgênero. Dentre os estudantes, apenas homens cisgênero apresentam diversidade quanto à orientação sexual. Todas as pessoas idosas são de matriz cristã e a maioria é divorciada. Pessoas idosas possuem renda superior aos estudantes regulares com o mesmo nível de escolarização, o que pode ser creditado aos “louros da idade”. O olhar interseccional associado à análise do discurso, iluminada pela produção foucaultiana, foram diferenciais que marcaram a pesquisa. Na análise dos discursos foram encontrados enunciados *etapistas*, principalmente de ordem biológica, para a definição do que é ser jovem e do que é ser idoso, enunciados que articulam os dispositivos de aliança e de sexualidade e, dentre as relações de poder, sobressaíram a questão do poder institucional, do domínio das tecnologias e do respeito. Os resultados da pesquisa oferecem contribuições para se (re)pensar os conceitos de juventude e de velhice e as formulações sobre intergeracionalidade a partir das análises interseccionais e de poder.

Palavras-chave: Geração, Intergeracionalidade, Poder, Interseccionalidade, Alteridade.

ABSTRACT

MEZA, Eduardo Ramirez. **Uma leitura interseccional sobre as relações de poder entre estudantes regulares e pessoas idosas inseridas em disciplinas isoladas de graduação presencial pela Universidade Aberta à Pessoa Idosa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, MS, 2022.

This study aimed to analyze, under an intersectional view, the power relations between elderly people and young people (undergraduate students) participating in the extension activity "Elderly Person in Academic Training" of the Institutional Extension Program "Oper University for Elderly Persons" from the Federal University of Mato Grosso do Sul. As a qualitative research, the methodological course included a brief survey of the state of the art, obtaining institutional consent and access to contacts of elderly people and regular students, presentation of an invitation to participate in the research, application of a questionnaire and an interview with the subjects. , tabulation and cross-referencing of sociological profile data and discourse analysis. Due to the Covid-19 pandemic, all contacts with the research subjects were maintained remotely, with the support of distance communication technologies. Participated as research subjects 15 elderly people and 15 young adults, the majority being cisgender women. Among the students, only cisgender men show diversity in terms of sexual orientation. All elderly people are of Christian origin and most are divorced. Elderly people have a higher income than regular students with the same level of education, which can be credited to the "benefits of age". The intersectional look associated with discourse analysis, illuminated by Foucaultian production, were differentials that marked the research. In the analysis of the speeches, step-by-step statements were found, mainly of a biological nature, for the definition of what it is to be young and what it is to be old, statements that articulate the devices of alliance and sexuality and, among the power relations, the question stood out institutional power, mastery of technologies and respect. The research results offer contributions to (re)think the concepts of youth and old age and the formulations on intergenerationality based on intersectional and power analyses.

Key-Words: Generation, Intergenerationality, Power, Intersectionality, Alterity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Demonstração gráfica da distribuição etária população brasileira - 1980	35
Figura 2 - Demonstração gráfica da distribuição etária população brasileira - 2020	36
Figura 3 - Demonstração gráfica da distribuição etária população brasileira - 2050	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese das teses e dissertações selecionadas a partir do levantamento realizado na BDTD	54
Quadro 2 - Síntese dos artigos científicos selecionadas a partir do levantamento realizado no Portal de Periódicos CAPES/MEC	55
Quadro 3 - Distribuição do total de trabalhos selecionados, segundo Grande Área/Área do Conhecimento	56
Quadro 4 - Distribuição do total de trabalhos selecionados, segundo Grande Área do Conhecimento e identidade de gênero dos/as autores/as	57
Quadro 5 - Síntese dos trabalhos selecionados segundo espaços onde pesquisas foram realizadas	63
Quadro 6 - Síntese dos trabalhos selecionados segundo sujeitos e perspectivas e/ou objetivos das pesquisas	64
Quadro 7 - Síntese dos trabalhos selecionados segundo resultados e/ou conclusões.....	65
Quadro 8 - Caracterização individual dos sujeitos da pesquisa.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo identidade de gênero e raça/etnia	72
Tabela 2 - Distribuição das PESSOAS IDOSAS, segundo identidade de gênero e raça/etnia.....	72
Tabela 3 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo identidade de gênero e orientação sexual.....	77
Tabela 4 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo religião e orientação sexual	79
Tabela 5 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo religião e estado civil	79
Tabela 6 - Distribuição das PESSOAS IDOSAS, segundo religião e estado civil.....	80
Tabela 7 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo religião e raça/etnia.....	86
Tabela 8 - Distribuição das PESSOAS IDOSAS, segundo religião e raça/etnia	86
Tabela 9 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo identidade de gênero e estado civil	88
Tabela 10 - Distribuição das PESSOAS IDOSAS, segundo identidade de gênero e estado civil.....	88
Tabela 11 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo orientação sexual e estado civil	89
Tabela 12 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo ocupação e raça/etnia.....	90
Tabela 13 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo nível de escolarização e raça/etnia	92
Tabela 14 - Distribuição das PESSOAS IDOSAS, segundo nível de escolarização e raça/etnia.....	92
Tabela 15 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo nível de escolarização e identidade de gênero.....	94
Tabela 16 - Distribuição das PESSOAS IDOSAS, segundo nível de escolarização e identidade de gênero.....	94
Tabela 17 - Distribuição das ESTUDANTES REGULARES, segundo raça/etnia e renda pessoal	95
Tabela 18 - Distribuição das PESSOAS IDOSAS, segundo raça/etnia e renda pessoal	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - O pesquisador e a relação intergeracional investigada	19
1.1. Quem sou eu? Um relato sobre a trajetória do pesquisador	19
1.2. O objeto da pesquisa e o percurso metodológico	23
CAPÍTULO 2 - Geração, juventude e velhice em relações intergeracionais	33
2.1. O conceito de geração e o envelhecimento populacional	33
2.2. A categoria geracional como marcador social da diferença	42
2.3. A relação intergeracional: poder, interseccionalidade e agência	45
2.4. Um breve estado da arte	53
CAPÍTULO 3 - A interseccionalidade no perfil e nos discursos dos sujeitos da pesquisa.....	68
3.1. “Naquilo que é diferente entre as pessoas há uma completude” – Análise do perfil sociológico e dos discursos sobre marcadores sociais da diferença na intergeracionalidade	68
3.2. “Eles quem, cara pálida?”: a controvérsia dos discursos que articulam a diferença intergeracional	98
3.3. “Eu queria estudar na Universidade Federal” – analisando o poder e as possibilidades de agência	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICE 1 – Questionário Estruturado.....	129
APÊNDICE 2 – Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada.....	132
ANEXO 1 - Anuência da Diretoria de Planejamento e Gestão Acadêmica da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.....	133
ANEXO 2 - Anuência da Diretoria de Escola de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.....	134
ANEXO 3 - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos...	135

INTRODUÇÃO

O objeto do presente estudo situa-se no âmbito das relações humanas, tendo como recorte preliminar de análise a intergeracionalidade¹ e suas interseccionalidades com outros marcadores sociais de diferença, partindo de dois conceitos fundamentais para os Estudos Culturais e que estão intimamente relacionados: diferença e alteridade. O recorte espaço/tempo/sujeitos investigados circunscreve-se às relações proporcionadas pela atividade de extensão “Pessoa Idosa na Formação Acadêmica”, realizada desde o ano de 2015 no âmbito do Programa Institucional de Extensão “Universidade Aberta à Pessoa Idosa” da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UnAPI/UFMS). São sujeitos da investigação tanto pessoas idosas quanto adultos/as jovens (estudantes regulares de graduação) que participaram desta experiência, entre os anos de 2015 e 2019.

Por marcador social da diferença, conceito que permeia o presente trabalho, entende-se o campo de estudos que adota como eixo central o debate sobre o modo pelo qual diferentes elementos das características humanas dão margem à construção social de um sistema de classificação que cria posições, expectativas e relações sociais distintas. Neste estudo partimos da intergeracionalidade, mas também incluímos raça/etnia, gênero, sexualidade, classe, religião, entre outras. Nesta perspectiva, a constituição social e cultural dos sujeitos é atravessada pela sua relação com as tramas discursivas destes marcadores sociais da diferença, enquanto dimensões que se articulam, tanto do ponto de vista da configuração de sistemas de classificação social como da constituição de corpos e identidades coletivas, de maneira a produzir maior ou menor inclusão/exclusão social, a depender do quanto confrontam identidades sociais hegemônicas. Dialogam conosco nesta perspectiva as obras de Márcio Zamboni (2014) e de Késia Melo, Ana Paula Malfitano e Roseli Lopes (2020)².

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) nos países emergentes (do ponto de vista do capitalismo), como é o caso brasileiro, “pessoas idosas” são aqueles indivíduos com 60 anos ou mais de idade cronológica. Este mesmo entendimento está presente na Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) e no Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003), além de ser adotado para a admissão de pessoas idosas no Programa Institucional de Extensão UnAPI/UFMS. Já na categoria “adultos jovens” encontram-se, para a presente pesquisa, aqueles que ultrapassaram o limite legal da adolescência, colocado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,

¹ O presente trabalho adota a intergeracionalidade como categoria prioritária, uma vez que analisa o marcador geração na perspectiva da relação entre gerações, no caso, de pessoas idosas e pessoas jovens.

² Para permitir a identificação de gênero dos/as autores/as das obras referenciadas no decorrer deste trabalho, optou-se por, na primeira citação, apresentar também o seu primeiro nome.

1990), ou seja, sujeitos que completaram 18 anos de idade e que, no caso em tela, adentraram a um curso de graduação presencial na UFMS, mais especificamente, que cursaram uma ou mais disciplinas que absorveram a demanda de inclusão de pessoas idosas. Não obstante, não é foco da presente pesquisa se debruçar sobre as implicações conceituais que a adoção das duas referidas categorias geracionais possa suscitar, mas buscar compreender as significações decorrentes das relações intergeracionais entre indivíduos classificados nestas duas categorias. A ideia é pensar como estes conceitos e/ou significações são ou não apropriados e utilizados pelos sujeitos.

Cabe asseverar que as categorias geracionais, assim como outros marcadores sociais da diferença, circunscrevem-se em classificação arbitrária e socialmente construída, posto que não são naturais e nem simples fruto de herança cultural. Como pontuou Verena Stolcke (1991, p. 103): “a principal questão se refere à própria ‘natureza’ das diferenças supostamente naturais a que se atribui significado social para marcar as relações de desigualdade”.

O que nos parece evidente é que a categorização geracional (como também outras categorizações socialmente construídas por pessoas e para pessoas) não é dada e nem é apenas biológica ou natural. Ela é socialmente construída e esta elaboração se dá no âmbito das relações que, invariavelmente, implicam na constituição de espaços de partilha de algum modo de poder, de *status* social (conforme Pierre Bourdieu, 2003). Portanto, envolve o subjetivo das pessoas e produz a ideia de lugares e de papéis que se imagina serem destinados a cada categoria. Sobre este aspecto, Tomaz Tadeu da Silva faz importante reflexão:

Dividir o mundo social entre “nós” e “eles” significa classificar. O processo de classificação é central na vida social. Ele pode ser entendido como um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes. A identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações. As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas quais o mundo social é dividido não são simples agrupamentos simétricos. Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados (SILVA, 2000, p. 82).

Adentra-se, assim, à seara do poder tão estudada por Michel Foucault (1995, p. 245-246): “Viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros. Uma sociedade ‘sem relações de poder’ só pode ser uma abstração”.

Partindo do pressuposto de que a categorização geracional socialmente construída se ocupa de impor ordem e limites, sob os quais cada indivíduo deveria ocupar um determinado

lugar a ele projetado pela sociedade para sua categoria, o presente estudo, a partir da perspectiva foucaultiana, procura investigar se e como esta disputa ocorreu no contexto estudado, qual seja, nas relações intergeracionais proporcionadas pela UnAPI/UFMS.

O desafio enfrentado para a análise realizada no âmbito do presente trabalho foi pensar interseccionalmente. Em outras palavras, pensar interseccionalmente significa reconhecer que os marcadores sociais da diferença estão, de fato e em contextos diversificados, articulados em termos de geração, gênero e de racialidade, por exemplo. Contudo, a partir desta perspectiva, verificamos que as relações intergeracionais não estão isentas de simultâneas articulações com outros marcadores sociais da diferença, bem como de exercícios (intencionais ou não) de resistências.

Para Marcos Alvarez (2004), a onipresença da integração social como garantidora da ordem social, para além de todos os conflitos da modernidade, teria sido substituída pela onipresença de uma dominação que submeteria qualquer forma de resistência. O desafio colocado seria: como ultrapassar a visão instrumentalista e funcionalista do controle social (manutenção da ordem social) e buscar formas mais multidimensionais de pensar o problema (a partir dos complexos mecanismos que não propriamente controlam, mas sobretudo produzem comportamentos considerados adequados ou inadequados com relação a determinadas normas e instituições sociais).

Psiquiatria, clínica moderna e até as Ciências Humanas ocuparam-se, cada uma a seu tempo e modo particular, de estudar os “desvios” a serem normalizados. Por seu turno, Foucault (1987) preocupou-se com a desconstrução da visão liberal (prisão como avanço de humanização das práticas penais) e da visão marxista (penalidades como produto acidental do modo de produção). Reconhecer a centralidade do poder é, portanto, importante para se pensar nos processos de normalização da vida.

Contudo, para Foucault (1988), o poder não é algo que se adquira ou detenha, mas algo que se exerce em contextos sempre cambiantes. O poder é imanente às relações econômicas, de conhecimento, sexuais, etc., mas as relações de poder não podem ser reduzidas a uma oposição binária entre dominadores e dominados: são heterogêneas e nas quais coexistem convergências provisórias produzidas pelas muitas nuances de enfrentamentos locais.

Pensando nestas convergências provisórias, ainda que a perspectiva foucaultiana não se tenha ocupado de tematizar sistematicamente a questão do direito e menos ainda a questão dos direitos humanos, Cristiane Marinho (2017) argumenta não ser possível concluir que o problema dos direitos humanos tenha sido desimportante para Foucault, mas que dela se distancia quanto ao caráter universal e à morte.

O princípio fundador da democracia e dos direitos humanos, segundo Maria Benevides (2008), seria o “sentido da igualdade”³, com o qual diferença se caracterizaria por uma relação horizontal (relação simétrica de poder), enquanto que desigualdade se caracterizaria por uma relação vertical (relação assimétrica de poder). Embora esta noção de princípio fundador seja assaz interessante, é oportuno trazer aqui a reflexão de Marinho (2017, p. 98):

Nesse contexto foucaultiano do direito novo, há que se pensar que os direitos do homem: trouxeram práticas positivas, mas também estabeleceram preconceitos; tem um condicionamento histórico, por isso não podem ser definitivos; requerem atualizações constantes e práticas que se atualizem também; devem incitar os indivíduos ao questionamento da vida social e seu envolvimento com as questões relativas aos direitos do homem para além das meras soluções governamentais.

Este “direito novo” escaparia dos mecanismos de normalização associados ao princípio de soberania para abrir uma possibilidade de práticas de direito por meio das quais se realizaria algum tipo de resistência ou de oposição à normalização – desde que renovadas concretamente (MARINHO, 2017).

Desta forma colocadas, ainda preliminarmente, as premissas sob as quais o presente trabalho foi realizado, o objetivo geral foi analisar, sob um olhar interseccional, as relações de poder entre pessoas idosas e pessoas jovens (estudantes de graduação) participantes da atividade de extensão “Pessoa Idosa na Formação Acadêmica” do Programa Institucional de Extensão “Universidade Aberta à Pessoa Idosa” da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O alcance deste objetivo geral foi desdobrado e dimensionado em torno de três objetivos específicos: 1) mapear a percepção e o significado de categorias geracionais para pessoas idosas e jovens; 2) analisar interseccionalmente, a partir do perfil sociológico e dos discursos destes sujeitos, as dinâmicas destas relações, e 3) levantar possibilidades de poder e de agência a partir das experiências relatadas e das contribuições teóricas.

O primeiro capítulo apresenta um breve relato sobre a trajetória e as motivações pessoais do autor para a escolha do tema e, especialmente, todo o percurso trilhado para o desenvolvimento da pesquisa, sobretudo do trabalho de campo. Isto inclui a forma como os

³ A autora lembra que igualdade não significa homogeneidade e, por isto, o direito à igualdade pressupõe o direito à diferença: “A diferença é uma relação horizontal; por exemplo, homens e mulheres são biologicamente diferentes, assim como brancos e negros, sadios e portadores de deficiências, europeus e latino-americanos podem ser diferentes, cristãos, judeus e muçulmanos podem destacar suas diferenças, mas a desigualdade só se instala com a crença na superioridade intrínseca de uns sobre os outros e a conseqüente discriminação que pode ir até a morte” (BENEVIDES, 2008, p. 339).

sujeitos foram acessados e os procedimentos metodológicos adotados antes, durante e após o trabalho de campo, enquanto momentos que viabilizaram a realização da análise dos discursos.

O segundo Capítulo deste trabalho é dedicado à discussão sobre geração, juventude e velhice em relações intergeracionais. São abordados o conceito de geração e o envelhecimento populacional, a categoria geracional como marcador social da diferença e a relação intergeracional sob os prismas de poder, interseccionalidade e agência, além de também apresentar um breve estado da arte.

Já o terceiro capítulo está integralmente dedicado às análises propriamente ditas, dividido em três tópicos, sendo o primeiro relativo às análises interseccionais, o segundo às análises intergeracionais e o terceiro às relações de poder e de agência.

CAPÍTULO 1 - O pesquisador e a relação intergeracional investigada

Este capítulo apresenta um breve relato sobre a trajetória e as motivações pessoais do autor para a escolha do tema e, especialmente, o percurso trilhado para o desenvolvimento da pesquisa, sobretudo do trabalho de campo. Isto inclui a forma como os sujeitos foram acessados e os procedimentos metodológicos adotados antes, durante e após o trabalho de campo, enquanto momentos que viabilizaram a realização da análise dos discursos.

Há muitas outras iniciativas institucionais que têm como centro de preocupação as pessoas idosas, algumas delas, inclusive, focadas na intergeracionalidade. No presente estudo, pensando em espaços institucionais que são organizados a partir da ideia de promover encontros intergeracionais, optou-se pela análise da intergeracionalidade no campo educacional universitário, no caso, pela Universidade Aberta à Pessoa Idosa da UFMS.

1.1. Quem sou eu? Um relato sobre a trajetória do pesquisador

Por mais que a pessoa do pesquisador esteja, de fato, presente na produção de todo o texto ora apresentado, neste tópico, por se tratar de relato pessoal, peço licença para utilizar exclusivamente a primeira pessoa do singular. Vou começar lembrando um pouco da minha infância, pois ela teve importância fundamental na minha constituição enquanto sujeito.

Sou campo-grandense nascido em 1968, filho de pais campo-grandenses, sendo minha mãe (falecida em decorrência de um infarto agudo do miocárdio aos 72 anos de idade no ano de 2017) descendente de mineiros de raízes portuguesas e meu pai (atualmente com 78 anos⁴) descendente de paraguaios.

Pude conhecer e conviver mais de perto com meus avós e familiares paternos e, ainda, tive o privilégio de conviver, pelo menos na minha infância e início da adolescência, com a minha bisavó dona Maria, mãe de minha saudosa avó Francisca. Não posso deixar de registrar que tenho na figura da minha avó Chiquita (como era conhecida e chamada por todos) minha maior referência de mundo e, inclusive, minha memória afetiva sempre me faz ficar

⁴ Segundo relatos familiares, confirmado por meu próprio pai, ele teria nascido na localidade denominada Chiriguelo, hoje distrito do município de Pedro Juan Caballero, no Paraguai, fronteira seca com o município de Ponta Porã/MS, no ano de 1943. O que se sabe é que no ato do registro tanto o ano de nascimento foi alterado para 1944 quanto o local para Campo Grande, não se sabe se por descuido/equívoco do pai declarante ou se por ato intencional. Não é demais lembrar que, naquele período e ao menos nestes rincões do país, os nascimentos eram realizados em casa, com parteiras, além de ser prática comum deixar para registrar os filhos para datas bem posteriores ao nascimento, inclusive já aproveitando a ida ao cartório para registrar mais de um filho ao mesmo tempo.

emocionado ao falar sobre ela e lembrar dos muitos ensinamentos que me deixou – quando não pela fala, pelos inúmeros exemplos de vida.

A história familiar me dá conta de que minha mãe “teve” que se casar com outra pessoa, mesmo não nutrindo sentimentos para esta finalidade e o casal recém-formado foi residir em São Paulo-SP. Contudo, ao perceber-se livre do mando de seus pais, minha mãe abandonou este relacionamento e retornou a Campo Grande, onde passou a viver maritalmente com meu pai. Desta união nasceram Roberto (1964), Rosana (1966), eu (1968) e Paulo César (1970) – este último com diferenças funcionais. Formávamos, literalmente, uma “escadinha” de filhos que muitos retratos antigos ilustram ter sido uma prática comum entre muitos casais daquela época, e não apenas por estas paragens.

A união de meus pais, marcada por medos, angústias e “fantasmas do passado”, não prosperou, tendo vindo a se separarem logo no início dos anos 1970. Passamos, os quatro filhos, a sermos utilizados como a principal munição (pelo menos, verbalizada) que abasteceu os argumentos que continuaram a marcar a relação conflitiva entre meus pais, ora morando com avós, ora com mãe, ora com pai.

Meu início na vida da escolarização formal só foi ocorrer aos meus oito anos de idade, tendo estudado todo o ensino fundamental (antigo primário e ginásio) em escolas públicas que, naquela época, não ofereciam qualquer subsídio ou condição favorável à permanência nos estudos. Este período foi marcado, também, pelo meu início no mundo do trabalho quando, pela força das contingências pessoais, aos 11 anos de idade solicitei ao meu pai que me abrigasse enquanto trabalhador de seu pequeno negócio (ourivesaria/joalheria/relojoaria).

Quando terminei o ensino fundamental, o ensino médio não era tão disponível em escolas públicas. Procurei uma escola particular que estivesse ao meu alcance financeiro e assim consegui concluir o ensino médio em 1986. Logo em seguida conheci Deise, com quem vim a ficar noivo em 1987 e me casar em 1988 (eu ainda contava com 20 anos de idade) e, a partir de então, tenho vivido a experiência de uma vida matrimonial estável. Desta união geramos três filhas, Renata (1990), Isabela e Carolina (1992, gêmeas). Atualmente Renata é advogada e reside em São Paulo-SP, Isabela é mestra em farmácia e reside em Curitiba-PR, e Carolina é psicóloga e reside em Bonito-MS, onde conheceu e se casou com Anderson. Ainda não experimentei o privilégio de ser avô.

No decorrer da minha vida prestei alguns concursos públicos, vestibulares e, posteriormente também, Exames Nacionais do Ensino Médio. Fui aprovado no concurso público (1992) para a carreira técnico-administrativa da UFMS, no cargo de Assistente em Administração, tendo sido convocado e ingressado em janeiro de 1994, onde tenho

desenvolvido minha carreira profissional. Minha primeira lotação foi na Secretaria da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP). Não tive dificuldades para me adaptar ao serviço burocrático, aprendi “sozinho” a operar o microcomputador e já em março de 1994 eu estava designado Secretário daquela Pró-Reitoria. Em abril do mesmo ano assumi o encargo de gerente da rede de microcomputadores local.

Ao final de 1995 prestei concurso vestibular para o concorrido (quase 18 candidatos por vaga) curso de Administração (noturno) da UFMS, tendo sido aprovado e ingressado neste curso em 1996. Concluí o primeiro ano sem grandes dificuldades, tendo gostado muito de algumas das disciplinas (sobretudo Introdução à Filosofia, Psicologia Aplicada à Administração, Sociologia Aplicada à Administração e Introdução à Economia) e de outras nem tanto. A partir do segundo ano comecei a me sentir cada vez mais deslocado no curso que, a meu ver, tinha maior foco na formação técnica da área, em detrimento do que, para mim, com o passar do tempo se descortinava como assuntos mais relevantes – como pensar e como lidar com os problemas e as questões que dizem respeito à vida em sociedade.

Desiludido com o curso de Administração (mas ainda relutante em abandoná-lo de vez), em 1999 fui convidado/desafiado por um colega de trabalho na UFMS a participar de uma atividade de extensão que ele vinha desenvolvendo em parceria com a então Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda (SETER) de Mato Grosso do Sul. Meu papel naquele projeto consistiu na organização de um material instrucional, destinado às Comissões Municipais de Emprego (CMEs) de Mato Grosso do Sul, com orientações para o levantamento de dados e formulação dos Planos Municipais de Qualificação Profissional (PMQs). Um desafio e tanto! Tive que pesquisar o que havia sido produzido sobre o assunto, o que me exigiu fazer a leitura de materiais sobre políticas públicas sociais, políticas de emprego e renda, consultei outros materiais instrucionais semelhantes e, assim, acabei me tornando o que se chamava “rato de biblioteca” na UFMS. Com isso acabei me distanciando ainda mais do campo de estudos da Administração e experimentando o que seria, para mim, uma mudança de rumos acadêmicos e profissionais.

Tendo sido muito bem recebido o material elaborado, no ano seguinte foi encomendado um novo projeto, voltado à capacitação dos membros das Comissões Municipais de Emprego, que contou com a participação e experiências de outros três colegas de trabalho. Para a execução deste projeto foi necessário que esta pequena equipe se organizasse e se subdividisse para a realização de visitas técnicas/oficinas de capacitação a todos os então 77 municípios de Mato Grosso do Sul. Minha ausência e distanciamento do conteúdo das aulas do curso de Administração, decorrente, primeiramente, de meu descontentamento com o curso e, em

seguida, pelo meu envolvimento em um projeto desta envergadura e pelas seguidas viagens ao interior do Estado, só aumentaram. Em 2001 abandonei o curso de Administração e prestei o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (modalidade adotada para admissão nos cursos de graduação da UFMS) pensando no curso de Ciências Sociais. Consegui ser aprovado e ingressei neste novo curso no ano de 2002.

Nos anos de 2002 a 2006, já lotado na então Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da UFMS, fiz parte da equipe responsável por outro projeto de extensão, de maior envergadura ainda, focado em ações de enfrentamento à violência sexual comercial de crianças e adolescentes e financiado pela então Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Este projeto foi desenvolvido, inicialmente, em seis municípios brasileiros (Pacaraima-RR, Manaus-AM, Rio Branco-AC, Campina Grande-PB, Feira de Santana-BA e Corumbá-MS), e depois expandido para 11 unidades da federação, por meio da transferência da metodologia para 11 universidades federais. As minhas viagens neste período eram mais longas e as inúmeras faltas às aulas provocavam reprovações nas disciplinas do curso de Ciências Sociais e, por isto, em 2005 fiz novamente o ENEM, tendo reingressado no mesmo curso a partir de 2006.

No ano de 2008 acabei aceitando convite para assumir a Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, tendo que abandonar a graduação em Ciências Sociais na UFMS para residir em Brasília-DF. Morando e trabalhando na capital federal, em 2009 prestei um novo concurso vestibular para o curso de Ciências Sociais na UnB, tendo sido aprovado e lá dado início às longas tratativas para aproveitamento de estudos, mas também não concluindo o curso, primeiro, pelo volume de trabalho que me impedia de frequentar as aulas (maior parte oferecida no período diurno) e, também, por ter feito a transição de equipe com a troca de presidente (de Lula para Dilma) e retornado a Campo Grande-MS em abril de 2011.

De volta à UFMS, fui lotado na então Coordenadoria de Extensão e, até por influência da minha experiência em Brasília-DF, em novembro de 2011 propus e foi aprovado o Programa de Promoção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, atual Universidade Aberta à Pessoa Idosa, atividades para as quais tenho me dedicado intensamente desde então, tanto na condição de coordenador, de vice-coordenador e, atualmente, de membro fundador. Paralelamente ao Programa criado, entre dezembro de 2012 e janeiro de 2021 exerci diversos papéis na Pró-Reitoria de Extensão, desde substituto imediato da chefia e eventualmente do Pró-Reitor, membro e vice-presidente da Comissão Central de Extensão e chefe de Divisão.

Em 2012 prestei meu último ENEM e, com nova aprovação, reingressei no curso de Ciências Sociais da UFMS, novamente levando muito tempo para aproveitamento de estudos (e olhe que os estudos eram oriundos do mesmo curso na mesma instituição) e, como o curso

era e ainda é diurno, com as mesmas dificuldades para assistir a todas as aulas. Concluí o curso de Ciências Sociais em julho de 2019, tendo como tema de monografia “O controle social e a atuação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de Mato Grosso do Sul”, sob orientação do professor Daniel Estevão Ramos de Miranda.

Em março de 2020, tendo sido aprovado em edital público de seleção, ingressei no curso de Mestrado em Estudos Culturais e aqui estou!

1.2. O objeto da pesquisa e o percurso metodológico

Neste tópico será feita a apresentação da iniciativa a partir do qual os sujeitos da pesquisa se relacionaram, bem como apresentado o percurso metodológico trilhado, sobretudo, no trabalho de campo.

Dentre as diversas experiências em curso no sentido de promover relações intergeracionais, no âmbito de políticas públicas sociais, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) tem oferecido sua contribuição. Tanto assim que a UFMS aprovou em 2011 o Programa de Promoção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa (ProDiHPI/UFMS), que teve como objetivo geral “organizar, promover e fortalecer o desenvolvimento de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão que tenham como foco a valorização da pessoa idosa na sociedade e a qualificação dos serviços e das políticas sociais públicas voltadas a este segmento populacional”⁵.

Conforme consta do sítio institucional, em 2015 esta proposta foi ampliada, submetida e aprovada em edital nacional do Ministério da Educação, ano que marcou o início da *Pessoa Idosa na Formação Acadêmica* na UFMS. Esta atividade, onde se situa o presente estudo, teve como objetivo proporcionar acesso de pessoas idosas (60 anos ou mais e que tivessem pelo menos o ensino médio completo) a disciplinas regulares de cursos de graduação da UFMS, possibilitando o aprofundamento e atualização de conhecimentos e o intercâmbio com alunos dos diversos cursos. Em 2018 o referido Programa foi institucionalizado como “Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UnAPI/UFMS)”, resgatando o histórico anterior e fortalecendo o compromisso institucional com a temática.

Segundo a Diretoria de Escola de Extensão da UFMS, na qualidade de responsável pela gestão de todos os Programas Institucionais de Extensão (informação verbal)⁶, a inclusão da

⁵ Conforme informações disponíveis no sítio institucional, <https://unapi.ufms.br/o-que-e-unapi/>, acessado em 10 de julho de 2021.

⁶ Informação fornecida por João Batista de Santana, ocupante do cargo, durante despacho interlocutório presencial

pessoa idosa na formação acadêmica promovida pela UnAPI/UFMS se inicia semestralmente com a publicação de edital interno⁷, por meio do qual convida docentes da instituição a aderirem ao Programa e a oferecerem vagas que visem ao acolhimento e à inclusão de pessoas idosas em disciplinas de graduação presencial (no mínimo duas vagas por disciplina). Finalizado o prazo para adesão a UFMS sistematiza as informações e publica edital externo⁸, tornando pública a abertura de inscrições de pessoas idosas para o preenchimento destas vagas. As pessoas idosas são matriculadas no Programa UnAPI/UFMS (o que não gera vínculo acadêmico com a graduação) e, quando cumprem com as exigências relativas à sua participação, sobretudo frequência, mas, também, avaliação, recebem certificado de extensão. Importante discussão sobre o processo avaliativo e sua flexibilização por parte dos/as professores/as foi feita no trabalho de Juliana Duarte (2021, p. 80), que concluiu que:

Por fim, a vivência das disciplinas é avaliada como sendo algo pertencente ao campo das experiências, o que de alguma forma responde a motivações para o recebimento [do certificado], como discutido anteriormente. Pois a pessoa idosa em sala de aula foi entendida como fomentadora de troca de experiências. Percebe-se, nesse contexto, que as experiências, avaliáveis ou não, podem ser entendidas como vivências educativas.

Para além do entendimento dos pressupostos legais e dos correspondentes mecanismos organizativos desta experiência em curso na UFMS, reconhece-se que a categoria “geração” interage com outras categorias socialmente construídas (sobretudo de gênero, de raça/etnia e de classe social). Estas relações foram estudadas a partir da perspectiva dos sujeitos que participam/participaram desta experiência.

Como já mencionado, a atividade de extensão “Pessoa Idosa na Formação Acadêmica” teve início em 2015 e, no ano de 2020, teve de ser interrompida (tendo em vista que as pessoas idosas foram consideradas “grupo de risco” em face da pandemia do Covid-19). Deste modo, foi adotado o recorte temporal 2015.1 (primeiro semestre letivo de 2015) a 2019.2 (segundo semestre letivo de 2019).

Assim, é importante destacar que os sujeitos da pesquisa passaram pela experiência do contato intergeracional há algum tempo, alguns há mais de quatro anos, o que circunscreve suas narrativas ao campo da memória. Esta é, portanto, uma característica específica do presente trabalho, pois, ao serem acessados, os/as interlocutores/as foram convidados/as a pensar e

mantido em agosto de 2020.

⁷ Ver exemplo em <https://proece.ufms.br/proece-lanca-edital-para-adesao-e-registro-de-vagas-para-pessoas-idosas-em-disciplinas-de-graduacao-extensao-cultura-e-esporte/>, acessado em 10 de julho de 2021.

⁸ Ver exemplo em <https://www.ufms.br/unapi-abraca-idosos-com-oferta-de-vagas-em-disciplinas-e-projetos-de-extensao-cultura-e-esporte/>, acessado em 10 de julho de 2021.

rememorar suas experiências, por certo, falando sobre o que “ficou”. E o que fica na memória? Ecléa Bosi (1994, p. 11, grifos da autora), nos lembra que:

O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da *memória-hábito*, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado.

Se a *memória-hábito* se dá pelas exigências da socialização e é adquirida pelo esforço de atenção e pela repetição de gestos ou palavras, a *lembrança pura* “quando se atualiza na imagem-lembrança, traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida” (BOSI, 1994, p. 11). Daí, também, o caráter não mecânico, mas evocativo, do seu aparecimento por via da memória. Isso nos permite considerar que “fica o que significa” e, se ficou, é porque algum significado teve para aquele sujeito.

A presente pesquisa teve caráter qualitativo, o que implicou em analisar o objeto de estudo a partir de manifestações e de interpretações das relações intergeracionais e de poder estabelecidas, mediadas pelas condições sociais e culturais dos sujeitos envolvidos, procurando desvendar suas contradições e, eventualmente, estratégias.

Para estudar as interseccionalidades propostas no objetivo, procurou-se observar as suas expressões gerais, de maneira a situá-las no contexto da inclusão de pessoas idosas em disciplinas de graduação da UFMS, sua constituição e suas implicações no processo de estabelecimento das relações intergeracionais e de poder.

Situada no âmbito da epistemologia qualitativa, dentre outros proposta por Fernando Gonzáles Rey (2005), a pesquisa desenvolveu uma reflexão aberta e sem âncoras apriorísticas, uma vez que não buscou na realidade a aplicação da teoria; procurou, simplesmente, compreendê-la em seu movimento. Deste modo, partiu de três pressupostos básicos formulados por Gonzáles Rey (2005): 1) o conhecimento possui caráter construtivo-interpretativo, no qual a realidade é um domínio infinito de campos inter-relacionados e interdependentes e, quando se aproxima deste complexo sistema através da prática, forma-se um novo campo da realidade; 2) a produção do conhecimento legitima o singular, ou seja, a pesquisa é produção teórica que não se reduz a formas de saber preexistentes, mas diz respeito aos próprios processos de construção intelectual, e 3) o processo de comunicação é uma via privilegiada para conhecer as configurações e os processos de sentido subjetivo que caracterizam os sujeitos individuais e que permitem conhecer o modo como as diversas condições objetivas da vida social afetam o ser humano.

O levantamento de informações no trabalho de campo se subdividiu nas seguintes momentos: 1) obtenção dos contatos das pessoas idosas e jovens participantes do projeto; 2) seleção das pessoas idosas e adultos jovens que foram convidadas a participarem da pesquisa; 3) apresentação da pesquisa e formalização de convite para participação das pessoas idosas e adultos jovens; 4) aplicação dos instrumentos (questionário estruturado e entrevista semiestruturada) específicos para a interlocução e levantamento de impressões dos sujeitos selecionados, e 5) análise das informações levantadas.

Foram obtidas anuências institucionais para aplicação dos instrumentos da pesquisa com os estudantes de graduação (Diretoria de Planejamento e Gestão Acadêmica da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFMS – Anexo 1) e com as pessoas idosas (Diretoria de Escola de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte da UFMS, que é a unidade responsável pela gestão de todos os Programas Institucionais de Extensão, com é o caso – Anexo 2).

Foram considerados sujeitos desta pesquisa homens e mulheres, com idade igual ou superior a 18 anos, que passaram pela experiência do contato intergeracional (adultos jovens, representados pelos estudantes regulares, e pessoas idosas) proporcionado pela inclusão de pessoas idosas em disciplinas isoladas de graduação presencial no período. Ainda que a experiência tenha sido realizada nas cidades sul-mato-grossenses de Campo Grande, Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, os participantes da pesquisa foram, todos, oriundos de Campo Grande-MS.

A pretensão inicial da pesquisa foi equilibrar o número de sujeitos idosos e adultos jovens. De imediato constatou-se que, considerado o quantitativo de vagas disponibilizadas para acolhimento de pessoas idosas em disciplinas de graduação presencial, o número de pessoas idosas matriculadas tenderia a ser, obviamente e via de regra, bem inferior ao número de pessoas jovens (estudantes regulares de graduação) matriculadas nestas disciplinas.

Assim sendo, tendo em vista esta pretensão inicial, optou-se por, primeiramente, solicitar e receber da Diretoria de Escola de Extensão/UFMS a listagem contendo os contatos de todas as pessoas idosas matriculadas pela atividade de extensão (nos anos de 2015 a 2019), estratificados em termos de disciplina de graduação. Deste modo foram recebidos os contatos (e-mail e telefone/*WhatsApp*) de 197 pessoas idosas, para as quais foi enviada a apresentação da pesquisa e formalizado o convite de participação. Responderam à primeira etapa (questionário) 21 pessoas idosas, tendo 15 participado da entrevista, o que fez um total de 7,61% do universo de pessoas idosas participantes da experiência no período. Os dados de perfil

sociológico de seis pessoas idosas não foram considerados por não terem completado o ciclo da pesquisa com a entrevista.

Na sequência foi solicitada e recebida da Diretoria de Planejamento e Gestão Acadêmica/UFMS a listagem e contatos dos estudantes regulares de graduação presencial matriculados naquelas mesmas disciplinas que acolheram pessoas idosas pela UnAPI/UFMS, relativamente ao mesmo período. Estas pessoas (em número de 1.759 indivíduos) foram classificadas em ordem alfabética nominal crescente e numeradas sequencialmente, iniciando-se pela atribuição do número 1 (um) e reiniciando-se o mesmo procedimento no interior de cada disciplina.

Considerados estes números atribuídos foram inicialmente sorteadas, para cada disciplina e por meio do site/serviço Sorteador (<https://sorteador.com.br/>), duas pessoas (uma “titular” e uma “suplente”, num total de 352 pessoas), para as quais também foram enviadas a apresentação da pesquisa e formalizados, por contatos de e-mail e de WhatsApp, os convites para participação. No decorrer deste processo foi recebida a informação de que uma destas pessoas, no caso, uma mulher adulta jovem, havia recentemente falecido em decorrência de complicações da Covid-19. Mais do que a letalidade do vírus e da pandemia, que não podem ser tomados isoladamente, este fato traz à tona a necessidade de uma reflexão mais ampla, o que inclui a forma como têm sido conduzidas as políticas públicas educacionais. Esmael Oliveira *et al.* (2020, p. 70-71) lembram que

[...] se a COVID-19 mata indiscriminadamente, as políticas/medidas de saúde e quaisquer outras criadas para o enfrentamento da crise, ao desconsiderar os atravessamentos de classe, raça, território, deficiência, gênero e sexualidade tendem a ser tão perigosas quanto o vírus ou, no mínimo, tendem a agravar sua periculosidade. Governos e gestores/as se mostram indispostos/as ou incapazes de gerar e produzir apoio/suporte a grupos e populações vulneráveis. Não se revela aí apenas uma incompetência, mas sim o lado perverso de um estado e de instituições virulentas. Não é mero acaso que a estatística apareça novamente, como nos afirma Michel Foucault (2008), como dados do Estado para controle, vigilância e punição da população.

De todo modo, comparativamente ao grupo das pessoas idosas, constatou-se menor adesão à participação na pesquisa dentre os estudantes regulares convidados. O aumento da participação teve de ser buscado mediante indicação de colegas que já haviam aceitado participar da pesquisa e de professores das disciplinas, o que resultou, para igualar o número de participantes do segmento idoso, na adesão de 15 sujeitos (o que corresponde a 0,85% do total de sujeitos desta categoria). Todos estes 15 sujeitos responderam ao questionário e participaram da entrevista.

Tentando refletir sobre as possíveis causas desta relativa baixa adesão dentre os estudantes universitários, é de se suspeitar que a decisão de manutenção do calendário acadêmico com aulas remotas e estudos dirigidos, associada ao “discurso institucional de estímulo ao empreendedorismo - que substitui a categoria ‘trabalhador’ por ‘colaborador’ afinal, ‘somos um time’ e a Universidade é defendida pela administração central ‘como vanguarda’” (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 68) não tenha sido suficiente para mobilizar os estudantes à continuidade de seus vínculos com a instituição – ou pelo menos não os mobiliza, na mesma medida, a vivenciar com igual intensidade os processos de ensino, pesquisa e extensão.

É necessário frisar que, enquanto pesquisa qualitativa, em momento algum houve a pretensão de abranger a totalidade dos municípios alcançados pela UnAPI/UFMS e nem de atingir percentuais específicos da totalidade dos sujeitos elencados. O que não se considerou foi a participação de sujeitos que não tivessem experimentado o referido contato intergeracional.

A participação destes sujeitos, conforme proposto e preconizado na pesquisa, foi voluntária e não houve despesas ou remuneração para participar. Os riscos de participação dos sujeitos na pesquisa foram considerados mínimos, associados ao eventual cansaço durante o preenchimento do questionário ou desconforto e/ou incômodo durante a entrevista. Ou ainda, como situação que é considerada comum ao responder-se questionários e/ou entrevistas, poderia ter surgido acanhamento e/ou constrangimento de algum participante. Então os sujeitos tiveram plena liberdade para desistir da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou penalização alguma, ou ainda puderam deixar de responder à(s) questão(ões) ou pergunta(s) que desejaram. Nomes e identidades dos participantes foram e serão mantidos em sigilo absoluto, compromisso este consignado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁹.

Por conta do quadro pandêmico das síndromes da angústia respiratória aguda grave e da Doença por Covid-19, atendendo às orientações sanitárias de distanciamento social, todos os contatos com os sujeitos da pesquisa foram mantidos remotamente, utilizando-se, para tanto, das plataformas e serviços disponíveis que atendessem satisfatoriamente a esta finalidade. Assim, o próprio TCLE foi disponibilizado para consulta e aceite por meio de formulário eletrônico (*Google Forms*). Após leitura, compreensão e eventual esclarecimento de dúvidas com o pesquisador responsável, cada sujeito que aceitou participar da pesquisa pode assinalar

⁹ Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFMS, CAAE nº 46863121.0.0000.0021

a opção correspondente no formulário eletrônico, sendo este aceite digitalmente registrado considerado como sua assinatura (que, de qualquer forma, foi também confirmada no ato da entrevista gravada). O TCLE, na íntegra e contendo a assinatura eletrônica do pesquisador responsável, foi enviado para o endereço eletrônico (e-mail e/ou *WhatsApp*) de cada participante.

A participação dos sujeitos da pesquisa se dividiu em duas etapas, realizadas integralmente via remota (Internet e/ou contatos telefônicos/*WhatsApp*): a) responder a um questionário via *Google Forms* (Apêndice 1) com dados sobre o perfil e contendo perguntas fechadas e b) participar de uma entrevista on-line agendada oportunamente, realizada e gravada via *Google Meet*, seguindo roteiro semiestruturado (Apêndice 2) com perguntas abertas. Como medida adicional relativa ao TCLE, até devido à ausência de assinatura física do sujeito no Termo, a primeira questão da entrevista (gravada) foi a confirmação do aceite e, se tivesse sido necessário, realizada nova leitura e esclarecidas quaisquer eventuais novas dúvidas (o que não ocorreu em nenhum dos casos).

Quanto à duração, o questionário (formulário eletrônico) teve um tempo estimado de 5 minutos para ser respondido e a entrevista o tempo estimado de 15 a 20 minutos. Contudo, na prática, até mesmo para permitir a fluidez no desenvolvimento e na verbalização das ideias dos sujeitos, houve o cuidado de não se limitar este tempo para mais ou para menos. Decorrente deste cuidado, na prática, houve entrevistas curtas, com duração de 13 minutos, e entrevistas mais longas, com duração de uma hora e 20 minutos.

As respostas ao questionário puderam ser realizadas de duas formas, conforme conveniência de cada participante: 1) preferencialmente por meio do preenchimento direto pelos sujeitos, sendo para tanto encaminhado por e-mail o *link* do questionário elaborado no formulário eletrônico *Google Forms* ou 2) por meio de contato telefônico. Todos/as optaram pela primeira opção, tendo sido colocada a possibilidade permanente de sanar quaisquer dúvidas por e-mail, por telefone ou, mesmo, via aplicativo *WhatsApp*.

A entrevista, em caso de ausência de condições tecnológicas para participação via *Google Meet*, igualmente pode ser realizada via contato telefônico ou *WhatsApp*, conforme limites ou conveniência de cada participante. Somente uma entrevista deixou de ser realizada via *Google Meet*, com uma pessoa jovem (estudante regular de graduação) tendo sido realizada via troca de áudios de *WhatsApp*. De qualquer forma, a primeira questão também foi a confirmação do aceite (TCLE).

Realizar o presente estudo em tempos de distanciamento social, devido ao quadro pandêmico da Covid-19, impôs a necessidade de adoção de contatos virtuais com os/as

interlocutores/as. É possível afirmar que, inicialmente, a adoção do uso de tecnologias digitais para registrar as respostas ao questionário (*Google Forms*) e para a realização e registro das entrevistas (*Google Meet*), tenha sido um elemento dificultador. De um lado, pelo desconhecimento destas ferramentas (e o desconhecido pode causar algum tipo de receio ou temor), e de outro, pela eventual ausência de equipamento ou dificuldade de acesso à Internet por parte dos/as interlocutores/as.

Sobre a necessidade de lidar com ferramentas desconhecidas, neste caso especialmente pensando nas pessoas idosas, mesmo que a maioria (nove de 15 interlocutores/as) tenha afirmado preferir que as entrevistas se dessem por chamada telefônica ou troca de mensagens via *WhatsApp*, após breve contato e explicação de como acessar a ferramenta, 100% das entrevistas com as pessoas idosas foi realizada via *Google Meet*. Do outro lado, apenas uma dentre os/as 15 interlocutores/as jovens disse preferir que a entrevista se desse por troca de mensagens via *WhatsApp*, mas também acabou participando da entrevista via *Google Meet*, enquanto um outro interlocutor jovem que, inicialmente, afirmou ter condições para participar da entrevista via *Google Meet*, devido à momentânea dificuldade de acesso à Internet onde se encontrava no período, teve a entrevista realizada via troca de áudios no *WhatsApp*.

As informações relativas ao perfil sociológico dos/as interlocutores/as, obtidas por meio do questionário, foram organizadas, tabuladas, entrecruzadas entre si e são apresentadas na forma de tabelas no próximo capítulo, acompanhadas de parágrafos explicativos e uma primeira análise interseccional. Para observar a necessidade de preservar a identidade destes sujeitos, utilizou-se do serviço de sorteio de nomes (<https://gerador-nomes.herokuapp.com/>), adotando-se apenas para pseudônimos apenas o primeiro nome e descartando os sobrenomes gerados aleatoriamente, sempre vinculando um nome real a um nome fictício, conforme o gênero de cada interlocutor/a.

Para a análise sobre as narrativas obtidas no decorrer das entrevistas, ou seja, das respostas formuladas pelos/as interlocutores/as a partir das questões provocativas (respostas “abertas”), foi adotado o seguinte percurso metodológico:

- 1) as entrevistas foram gravadas (resultando em 29 arquivos de áudio/vídeo e um conjunto de 11 áudios trocados via *WhatsApp* com um interlocutor);
- 2) os registros de áudio/vídeo foram integralmente transcritos em arquivo do *Word*, seguindo o roteiro de entrevistas, sendo um arquivo para cada interlocutor/a (identificado pelo pseudônimo), o que resultou, portanto, em 30 arquivos com 11 narrativas cada;

- 3) as narrativas já transcritas foram reorganizadas em torno de cada uma das onze perguntas provocativas do roteiro, em um único arquivo, resultando na apresentação de todas as narrativas formuladas em resposta à pergunta 1, todas as narrativas formuladas em resposta à pergunta 2, e assim sucessivamente, preservadas as identificações dos pseudônimos e caracterização básica de cada interlocutor/a no início de cada narrativa, resultando em um arquivo com 71 páginas digitadas na fonte *Times New Roman*, corpo 10, espaçamento simples;
- 4) o arquivo da transcrição reorganizada foi impresso e, a partir dele, foi feita a leitura atenciosa de cada uma das 330 narrativas, sendo destacadas e comentadas no arquivo impresso as expressões e formulações que dialogavam com intergeracionalidade, interseccionalidade e poder/agência;
- 5) foram criados três novos arquivos do *Word*, sendo um arquivo para intergeracionalidade, um para interseccionalidade e outro para poder/agência, para onde foram sendo transportados os trechos das narrativas que dialogavam com estes recortes, sendo mantida, nesta configuração, apenas o pseudônimo e a idade do/a interlocutor, logo adiante do trecho copiado e entre parênteses, pois assim o trecho da narrativa escolhida estaria pronto para ser copiado e colado como citação no decorrer do trabalho de análise;
- 6) os trechos copiados em cada arquivo foram sendo reagrupados em torno de enunciados semelhantes para, finalmente, se dar início à análise do discurso, propriamente dita, e que está concretizada no próximo capítulo.

Discurso é aqui entendido como o conjunto de enunciados sob uma dada formação discursiva, seguindo relações postas pelos saberes e pelas instituições estabelecidas (FOUCAULT, 2008). Na análise do conteúdo destes discursos, portanto, procurou-se evidenciar e fazer uma leitura crítica acerca das interseccionalidades, da intergeracionalidade e das questões de poder/agência encontrados, sempre enriquecendo e amparando a análise em contribuições de autores/as que pudessem iluminar, fortalecer ou oferecer um contraponto às interpretações realizadas.

Dessa maneira, a produção de cada uma das análises empreendidas pode ser sintetizado como um diálogo entre três dimensões de saber: 1) os saberes contidos nas formulações discursivas de nossos/as interlocutores/as; 2) o saber produzido a partir de nossa leitura crítica sobre estas formulações, e 3) os saberes de autores/as que abordaram, em publicações reconhecidas pelo meio acadêmico, cada um dos recortes analisados.

A análise pressupõe preparo prévio, competência e uma boa capacidade de abstração para a leitura e para a interpretação dos significados encontrados. Certamente isto não exclui, pelo contrário, abrange algum grau de arbitrariedade por parte de quem organiza estes discursos, mormente, buscando se aproximar e compreender seu objeto de pesquisa.

Não obstante, é importante ressaltar que o estabelecimento das citadas “chaves de leitura” não pretendeu invisibilizar a concretude e a complexidade da vida vivida pelos/as interlocutores/as em suas relações de poder. Ao contrário, foi exatamente a riqueza das manifestações acerca das relações estabelecidas na vida que iluminou o conhecimento que se acredita ter sido possível produzir a partir dos/as e com estes/as interlocutores/as.

CAPÍTULO 2 - Geração, juventude e velhice em relações intergeracionais

O objetivo deste capítulo é apresentar a discussão sobre geração, velhice, significados e mudanças através dos tempos, bem como localizar a relação intergeracional no âmbito dos conceitos de diferença e de alteridade, com enfoque nas relações de poder e na perspectiva interseccional.

2.1. O conceito de geração e o envelhecimento populacional

Para Karl Mannheim (1993), o problema sociológico das gerações começa no momento em que a relevância sociológica desses dados é distinguida. Para ir além dos fenômenos elementares, a primeira tarefa para estudar gerações seria compreender a conexão geracional como um tipo específico de posição social.

Como será apresentado na sequência, há uma significativa modificação na estrutura etária da sociedade e a utilização impensada de categorias geracionais (nas quais se incluem as pessoas jovens e as pessoas idosas) acaba por legitimar desigualdades sociais onde, a rigor, poderiam ser vistas apenas diferenças, como proposto por Maria Walter (2010).

Ademais, o presente trabalho concorda com a proposição de Homi Bhabha (1998) de que nenhuma cultura é unitária em si mesma e tampouco apenas dualista, quando confrontadas as relações do Eu com o Outro. Sobre estas relações, quando observadas a partir da subalternidade que é produzida, vale destacar Gayatri Spivak (2010, p. 60-61):

Para o “verdadeiro” grupo subalterno, cuja identidade é a sua diferença, pode-se afirmar que não há nenhum sujeito subalterno irrepresentável que possa saber e falar por si mesmo. A solução do intelectual não é a de se abster da representação. O problema é que o itinerário do sujeito não foi traçado de maneira a oferecer um objeto de sedução ao intelectual representante.

Para Spivak (2010), o trabalho crítico-disciplinar na leitura destas relações de subalternidade seria necessariamente intervencionista e consistiria numa tarefa de “medir silêncios”, de “medir o desvio” de um ideal que seria, para a autora, irredutivelmente diferencial.

O que fica patente é que, conforme proposto por Bhabha (1998), a relação com o Outro não se faz pelo relativismo de distância e nem pela capacidade cultural de falar e de julgar o Outro, de se colocar na posição do Outro. Parte da presente proposta é refletir a partir deste

Outro que, no caso, são as pessoas idosas e as pessoas jovens, tendo como ponto de partida seu modo de inserção e de autopercepção da realidade.

Neste sentido, cabe também lembrar da proposição de Pierre Bourdieu (2003, p. 151), para quem “o reflexo profissional do sociólogo é lembrar que as divisões entre as idades são arbitrárias” e que “a fronteira entre juventude e velhice é em todas as sociedades uma parada em jogo de luta”. Ou seja, a divisão e a fronteira entre idades não são dadas; são construídas e relacionadas à disputa por poder. Na sequência Bourdieu (2003) argumenta que as classificações por idade (tanto quanto as classificações por sexo e por classe social) acabam, sempre, impondo limites e produzindo uma ordem, em que cada qual deve se manter em seu lugar. Assim, ao estabelecer a classificação etária, a sociedade admite um marcador social da diferença que acaba, muitas vezes, resultando na produção de uma desigualdade social.

É necessário lembrar, entretanto, que estas marcações sociais da diferença não estão “soltas” – elas acontecem dentro de contextos socioculturais, geográficos, econômicos específicos ou, em outras palavras, em relações de poder. Pensando, por exemplo, na classificação etária, sabe-se que em algumas culturas uma pessoa só vai ser considerada adulta após ter um/a filho/a. A adolescência, apenas para citar um outro exemplo, não é um instituto universal, conforme Teresa Ferreira e Maria Farias (2010, p. 228):

Ao mesmo tempo em que é proposta a universalidade do estágio da adolescência, observa-se que ela depende de uma inserção histórica e cultural, que determina, portanto, variadas formas de viver a adolescência, de acordo com o gênero, o grupo social e a geração.

Para Bourdieu (2003), as categorias juventude e velhice são construções culturais e sociais arbitrárias que atendem aos interesses políticos de grupos sociais na luta pelo exercício do poder. Uma vez que os grupos se definem a partir do lugar social em que se encontram, essa forma de organização social fundamentada na classificação dos sujeitos cria relações de poder ao promover a hierarquização e a dominação de determinados grupos sobre outros. Entretanto, a preocupação de análise do presente trabalho é exatamente extrapolar esta oposição binária entre dominantes e dominados, considerando que é totalmente possível ser privilegiado e discriminado ao mesmo tempo.

Para situar a importância da reflexão acerca das relações intergeracionais, é importante lembrar que o fenômeno do envelhecimento humano tem provocado significativa modificação na composição etária da sociedade, tanto no panorama mundial quanto nacional. Neste sentido, o envelhecimento e suas implicações sociopolíticas e culturais requerem, também, atenção acadêmica, no interior e para além das políticas públicas sociais. Este fenômeno e suas

implicações fazem emergir, na e para a sociedade, um conjunto complexo de demandas específicas que, por sua vez, se relacionam com as mais variadas políticas públicas sociais, conforme argumentado por Walter (2010, p. 187):

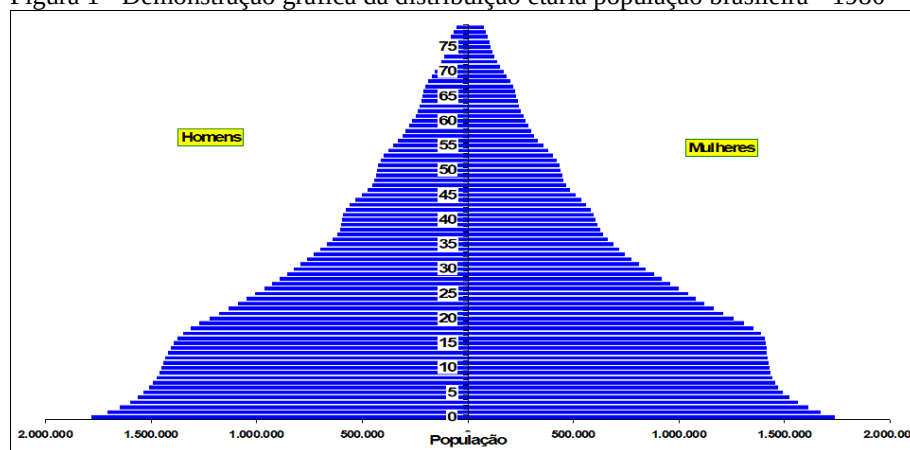
A mudança na estrutura etária das populações, pelo aumento da quantidade e da proporção de pessoas de mais idade, fez com que esse segmento social não mais pudesse ser circunscrito às esferas privada e familiar, emergindo como questão política, social e de saúde pública.

Para tornar mais complexa a questão, a incompreensão ou o desrespeito aos direitos da população idosa vêm sendo acompanhados de uma significativa transformação no perfil demográfico brasileiro, ocorrida a partir dos anos 1970. Segundo Gabriella Miranda (2016), de uma sociedade majoritariamente rural e tradicional, com famílias numerosas e alto risco de morte na infância, o Brasil vem experimentando o processo de urbanização crescente, com redução da taxa de natalidade e adotando novas formas de estrutura familiar.

Do ponto de vista da composição da estrutura geracional, o que se percebe no Brasil, conforme Miranda (2016), é que a transição demográfica (do rural para o urbano) veio acompanhada da redução das taxas de mortalidade e, em seguida, de uma vertiginosa queda das taxas de natalidade, provocando significativas alterações na estrutura etária da população.

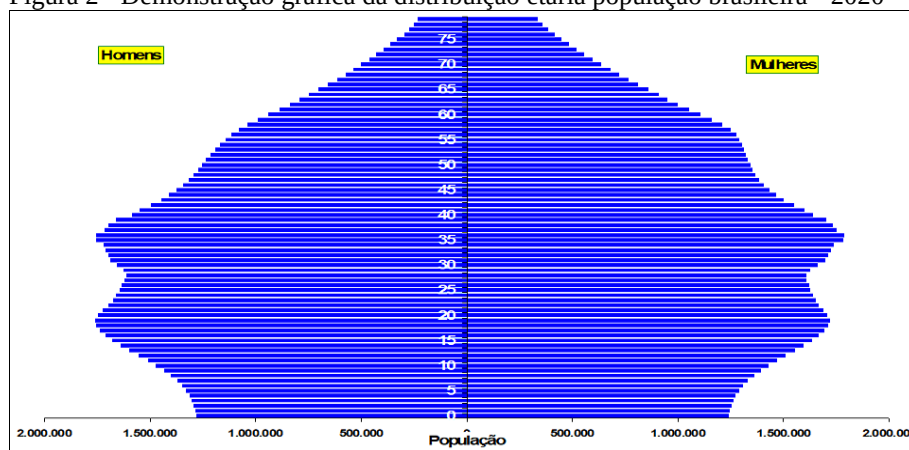
A demonstração gráfica do resultado destas transformações (Figuras 1, 2 e 3), a partir dos levantamentos censitários e da projeção estatística da população realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2008), é impactante:

Figura 1 - Demonstração gráfica da distribuição etária população brasileira - 1980



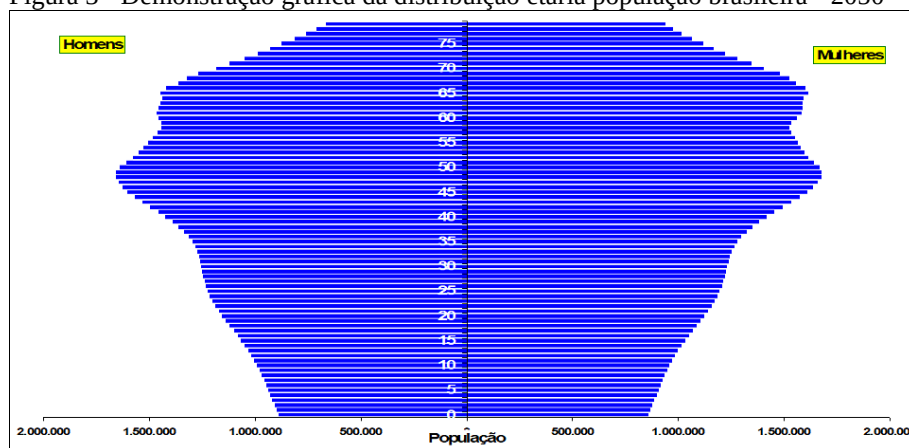
Fonte: IBGE, 2008.

Figura 2 - Demonstração gráfica da distribuição etária população brasileira - 2020



Fonte: IBGE, 2008.

Figura 3 - Demonstração gráfica da distribuição etária população brasileira - 2050



Fonte: IBGE, 2008.

Com alguma razão, em meados da década de 1980 constituiu-se no imaginário social brasileiro a ideia de que o Brasil seria um país de jovens, conforme Pollyanna Souza (2005). De fato, ao se observar a composição etária da população brasileira em 1980, o próprio nome “pirâmide” fazia todo o sentido. A conformação gráfica produzida a partir dos dados censitários demonstrava, sem sombra de dúvidas, o formato muito próximo ao de um triângulo (ou pirâmide), na base do qual a maioria absoluta da população brasileira era constituída por crianças, adolescentes e adultos jovens.

Entretanto, como se pode perceber, o nome “pirâmide”, simbolicamente adotado pelo Brasil sob a égide da ideia de que seria (como era, na década de 1980) um país de jovens, deixou de fazer sentido muito rapidamente e, com base nas projeções estatísticas, em 2050 tende-se a vivenciar como resultado quase que uma pirâmide invertida.

Como já dito anteriormente, o envelhecimento populacional humano apresenta demandas específicas e crescentes, tanto para a sociedade e quanto para o poder público.

Compartilhamos, neste sentido, dos apontamentos de Guita Debert (1998), Delia Goldfarb (1998), Matheus Papaléo Netto (2002), Ana Camarano e Maria Pasinato (2004); Rede (2009), Marcelo Ferreira (2009), Walter (2010), Miranda (2016) e Thaís Libardoni (2018).

De toda forma, a consolidação da ideia de que o Brasil é (ou de que será) eternamente um país de jovens no imaginário coletivo, bem como o seu reflexo nas posturas e decisões individuais, coletivas, econômicas e políticas, prestou-se a severos desfavores no processo civilizatório, no que diz respeito aos direitos humanos da pessoa idosa. Até mesmo a “discriminação positiva” (por exemplo, assentos reservados ou a gratuidade nos transportes coletivos para pessoas idosas) não é muito bem compreendida e nem muito bem aceita por todos os membros da nossa sociedade. Vide, apenas a título de exemplo, as práticas corriqueiras de jovens estudantes (que igualmente usufruem da gratuidade no transporte coletivo urbano em diversos municípios brasileiros), ou mesmo de trabalhadores adultos-jovens, que se recusam a “ceder” o assento preferencial para que as pessoas idosas possam realizar o seu trajeto de maneira mais segura e confortável.

Vários exemplos concretos sobre o descontentamento ou incompreensão da discriminação positiva poderiam ser apresentados para ilustrar estes momentos de tensão, mas contentemo-nos com um com o qual tivemos contato direto. Houve uma confusão presenciada por um profissional da Rádio Globo do Rio de Janeiro no momento do transporte coletivo realizado por balsa na travessia Niterói-Rio de Janeiro e provocada pela recusa de um jovem a ceder o assento preferencial a uma pessoa idosa. A recusa do jovem foi apoiada por vários passageiros e criticada por outros tantos passageiros. O assunto rendeu matéria rádio jornalística e uma entrevista telefônica com este pesquisador, à época na condição de Secretário Executivo do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. O radialista, após os anúncios de praxe e breve relato do ocorrido, nos apresentou o seguinte questionamento: “o jovem *tinha* que se levantar para ceder o lugar à pessoa idosa”? Detalhe interessante foi a entonação de voz do radialista na palavra “*tinha*”, que denotou perceptível grau de incredulidade ou de descontentamento com esta obrigatoriedade. Para responder ao questionamento mencionamos o inciso II do art. 5^a da Constituição Federal (“ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”) e o § 2º da Lei nº 10.741/2002, que trata da reserva de assentos preferenciais para pessoas idosas, ou seja, sim, o jovem era obrigado por disposição legal a se levantar e ceder o lugar à pessoa idosa.

O que se verifica, e isso é necessário frisar, é que a ideia de um país de jovens, mesmo que ainda insista em se fazer presente no imaginário coletivo, já não serve para representar, de fato, a realidade social brasileira. Sobre esta questão, considerando que os brasileiros vivem em

uma sociedade de consumo, vale destacar Ferreira (2009, p. 56), para quem “a perspectiva de que é proveitoso se manter jovem, de que é melhor permanecermos sempre jovens não existiria sem o incentivo a atitudes de consumo e de ação social sustentadas na juventude como um valor inquestionável”. Neste sentido, o autor defende que a discussão em torno do envelhecimento seja acompanhada da reflexão sobre as políticas públicas sociais, necessárias e desenvolvidas em torno das necessidades e demandas colocadas pelos grupos humanos que envelhecem.

Como seremos capazes de cuidarmos de nós mesmos se não abdicarmos da ilusão da juventude e nos conscientizarmos do processo de envelhecimento? O tempo não se paralisará em qualquer fase da vida, nem mesmo naquela que eventualmente tenhamos elegido como “a melhor” – no caso, até hoje, a juventude, ainda que haja eufemismos considerando a velhice como “melhor idade” (FERREIRA, 2009).

Assim, se por um lado as estatísticas comprovam que este aspecto da composição do tecido social vem sendo modificado, no sentido de sua majoração, há que se considerar que o fator geracional tem sido, preponderante e largamente, factível de ser percebido enquanto um dos marcadores sociais das diferenças, especialmente, mas não exclusivamente, na sociedade atual.

A construção do significado social da velhice é permeada por crenças, mitos, preconceitos, estereótipos que, na sociedade contemporânea, se expressa por meio de representações depreciativas do fenômeno do envelhecimento e do sujeito que envelhece, definindo o seu lugar social nesta perspectiva. As produções do imaginário materializam-se nas instituições e nas práticas e são utilizadas em proveito da ordem social e do poder vigentes. É, então, com o respaldo das representações forjadas pelo grupo dos não idosos que foi construído o imaginário social sobre o idoso (FERREIRA, 2009).

A subjetividade¹⁰ produzida nessa representação de que “só é velho/a quem quer” (como se envelhecer fosse simplesmente uma escolha individual) desencadeia angústias e levam o indivíduo a “se culpar” por sua velhice. É o que Debert (1998) muito apropriadamente chamou de reprivatização da velhice, uma vez que, neste discurso, ficar ou não velho/a dependeria de autocontrole individual, o que isenta o Estado e a sociedade de qualquer responsabilidade nesse processo. Torna-se quase uma obrigação se comportar, sentir e ser como jovem, num desprezo total às perdas inexoráveis vindas com a velhice. Tem mais chances de reconhecimento social o/a velho/a capaz, com autonomia, sendo destinado/a ao descaso o/a velho/a incapacitado/a. É

¹⁰ Subjetividade é aqui empregada em termos foucaultianos: os modos pelos quais seres humanos tornam-se sujeitos, ou seja, os modos de subjetivação, que aparecem e se desenvolvem historicamente como práticas de si, ainda que vigorem no interior de práticas discursivas e de práticas de poder, conforme Hélio Cardoso Júnior (2005).

a partir desta perspectiva que, para ser valorizado/a, o/a velho/a tem que negar a velhice e identificar-se com o/a jovem, de alguma forma.

A comparação do/a velho/a (visto/a pelo lado “negativo”) com o/a jovem (visto/a pelo lado “positivo”), por vezes, impele as pessoas a negarem o envelhecimento e a buscarem a fórmula da eterna juventude, utilizando a figura da pessoa idosa para atingir outro tipo de público, muitas vezes descaracterizando-o/a e apresentando-o/a com deboche. Um dos aspectos agravantes dessa situação é que esta caricatura debochada retira das pessoas idosas a sobriedade e desperta contra elas o desprezo e a repulsa.

Dessa forma, a pessoa idosa é atravessada e constituída, enquanto sujeito, pela atitude prática e ideológica da sociedade em relação a ela. Por meio de um controle e manobras dissimuladas, regras de vestuário e comportamento podem lhe ser impostas levando-a a conformar-se com a imagem que a sociedade na qual ela vive constrói para ela. Uma coisa facilmente percebida, quando se observa essa construção social da diferença baseada nas fases da vida, é que os modos de infância e de velhice estão organizados em torno da ideia de criança como “incapaz” (aquela que ainda não chegou) e velho como aquele que “já foi capaz” ou que, pelo menos, está se tornando incapaz. Estas questões atravessam estes sujeitos.

Contudo, ainda que intuitivamente se possa saber o que seria ficar velho/a, definir quais seriam as características intrínsecas da pessoa idosa não é tarefa simples. Até porque nenhum segmento social, seja pelo viés geracional, de gênero, de raça/etnia, de classe social ou qualquer outro, não é nada mais do que um.... recorte da realidade. E este recorte, no caso de estudos, é realizado por quem realiza a pesquisa. O que nos relembra Maria Minayo (2002, p. 15):

A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela.

Neste sentido, e falando especificamente quanto aos recortes por idade, os grupos assim categorizados são, em realidade, constituídos por pessoas que comportam características extremamente diversificadas, como assinalou Walter (2010, p. 193):

Diferentemente das crianças e adolescentes, e até mesmo dos adultos, pessoas acima de 60 ou 65 anos possuem características pessoais tão diversificadas quanto é possível em um grupo que pode conter diferenças etárias de mais de 30 anos. Entre os idosos encontram-se pessoas num gradiente que vai desde aquele que desempenha todas as suas atividades de maneira independente, trabalha, tem renda, boa saúde, relações familiares e sociais, até a pessoa totalmente dependente de cuidados de terceiros, com necessidades físicas e psíquicas extremas, que não se relaciona mais familiar ou socialmente por impedimentos de saúde, por exemplo. Em cada ponto desse gradiente, extremamente matizado, pois todas as combinações de condições físicas,

mentais e sociais são possíveis, a idade das pessoas pode ser extremamente diversificada. É possível que uma pessoa aos 70 anos ocupe qualquer de seus extremos, mesmo reconhecendo ser mais provável que o avanço da idade agrave os empecilhos a uma vida semelhante à de um adulto saudável.

Antevemos, assim, a necessidade de uma abordagem interseccional. Reforçando esta perspectiva, Lizete Rodrigues e Geraldo Soares (2006) fazem interessante reflexão sobre a simbologia das representações sociais que, segundo os autores, determinaria a forma como uma sociedade se relaciona com o processo de envelhecimento, resultando na atribuição de um determinado conjunto de valores ao sujeito que envelhece e ao/à velho/a. Embora o artigo tenha sido elaborado em perspectiva diversa à análise dos Estudos Culturais, merece destaque o fato de defenderem que os mitos sociais construídos em torno da temática podem respaldar e naturalizar comportamentos de determinados grupos, no caso, dos não idosos, com relação a outros, no caso, o grupo de idosos, podendo levar a uma aceitação generalizada de processos de injustiça social. Não foi abordado por este trabalho, mas esta naturalização de comportamentos passa, inclusive, pela modificação que ocorre nos corpos, na medida em que um corpo envelhecido adquire uma nova estética, que tanto pode ser objeto de desejo ou cujo desejo vai sendo interditado.

Para Rodrigues e Soares (2006), um outro aspecto deste olhar majoritariamente negativo sobre as pessoas idosas diz respeito ao que se poderia nominar como “discurso do ônus social”. Segundo os autores do artigo, embora o ônus previdenciário, por exemplo, seja uma questão real, este seria potencializado pela representação social oriunda da construção da imagem negativa sobre as pessoas idosas. Este olhar negativo, especialmente, diria respeito a uma suposta carga de gastos para famílias, Estado (previdência social e saúde) e, por fim, para os/as trabalhadores/as “ativos” que, segundo esta ótica preconceituosa, seriam responsáveis pela manutenção da parcela “inativa” dos indivíduos aposentados – composto não exclusivamente, mas majoritariamente, por pessoas idosas.

Sobre estas dualidades até aqui apresentadas, vale destacar os questionamentos propostos por Bhabha (1998, p. 41):

Pode a meta da liberdade de conhecimento ser a simples inversão da relação opressor e oprimido, centro e periferia, imagem negativa e imagem positiva? Será que nossa única saída de tal dualismo é a adoção de uma oposicionalidade implacável ou a invenção de um contra-mito originário da pureza radical? Deverá o projeto de nossa estética liberacionista ser para sempre parte de uma visão utópica totalizante do Ser e da História que tenta transcender as contradições e ambivalências que constituem a própria estrutura da subjetividade humana e seus sistemas de representação cultural?

Walter (2010) nos fala que a tentativa de contrapor estas visões negativas do envelhecimento, destacando que a conquista da experiência, da sabedoria e de um certo grau de tranquilidade, acabaria por configurar a velhice como uma ruptura necessária. Assevera, contudo, que mesmo a tentativa de fuga de estereótipos sobre a pessoa idosa pode acabar por reforçá-los.

A autora destaca que uma pessoa, ao chegar à velhice, continua sendo única e que, mesmo o fato de eventualmente se aposentar, isto por si só não significaria abandono de seus projetos. E mesmo o abandono de determinados projetos precisaria ser observado como decisão pessoal motivada por circunstâncias que o indivíduo julgou apropriadas. Em outros termos, com a entrada na velhice, a aposentadoria e, mesmo, o eventual abandono de alguns projetos pessoais, não necessariamente podem ser lidos como se a pessoa idosa tivesse deixado de usar sua criatividade, construída ao longo de toda a sua vida, e nem mesmo como se isso inviabilizasse, univocamente, o estabelecimento de relações profícuas entre os segmentos dos mais jovens com o dos mais velhos.

Tanto assim que o previsto conflito geracional advindo do aumento na quantidade e na proporção de pessoas idosas nas sociedades não se concretizou exatamente como previsto, inclusive com relação à disputa pela destinação de recursos públicos para seguridade social, especialmente, mas também para educação e cultura, apenas para mencionar exemplos, assim como aos postos de trabalho, às questões de acesso aos bens culturais. Em seu estudo comparado dos casos de Brasil, Espanha e Estados Unidos com relação à dualidade de inserção política, social e familiar da pessoa idosa, Walter (2010, p. 196) constatou que:

Essa é uma discussão ainda presente, principalmente para casos como o Brasil, com altas taxas de desigualdade social que ampliam a importância da distribuição dos recursos sociais. Há autores que consideram que os idosos foram privilegiados em relação a outros grupos de idade (ver, por exemplo, Goldani, 2004). Mesmo assim, não foram encontradas referências que comprovem que a melhoria mais acentuada dos indicadores sociais referentes aos idosos ocorreu em detrimento de outros grupos, apenas que os avanços dos demais foram menores, mas também foram positivos.

A autora Goldfarb (1998), preocupada com a infantilização e a desqualificação do/a velho/a, aborda outra face da questão. Tendo em vista que a maioria das ações voltadas para a pessoa idosa visa apenas o entretenimento, conclui que a sociedade, por acreditar na inutilidade dos/as seus/suas velhos/as, tenta mascará-la com atividades exclusivamente lúdicas, desprezando a sua experiência e seus conhecimentos acumulados. Vale registrar que as atividades de entretenimento também devem compor os programas de atenção às pessoas idosas. Porém, tais programas não devem se limitar a essa abordagem, exclusivamente.

2.2. A categoria geracional como marcador social da diferença

Vale lembrar que o objeto a ser investigado não são as pessoas em si (procura-se não essencializar as situações) e sim as relações entre sujeitos “pertencentes” a duas categorias geracionais distintas (no caso, formado por pessoas idosas e por pessoas jovens). Isto inclui interrogar quem são estes sujeitos no contexto estudado, quais foram as circunstâncias em que a relação foi estabelecida etc.

O ponto de partida do estudo é o reconhecimento de que ninguém é diferente em si mesmo: a diferença é socialmente construída a partir do olhar de uns sobre os outros, notadamente mediante contrastes capturados pelo olhar humano que observa. Percebidas então no processo de alteridade e de comparações as diferenças, no caso em tela, ao serem categorizadas a partir do marcador geração/intergeracionalidade, vão se constituindo em uma complexa teia de significados e de valores que são vinculados às condições sociais de existência que, de alguma forma, podem se traduzir (ou não) em relações hierarquizadas.

Assim, abandona-se a matriz *essencialista* segundo a qual a existência de grupos e/ou comunidades se daria por alguma categoria inerente ou inata. Situar a análise no âmbito dos Estudos Culturais implica em reconhecer que a diferença não é produto de herança biológica, não é recebida pelo sangue, não é dada pelo local de nascimento ou de moradia – e nem mesmo é produto de um “estoque cultural acumulado”. Assim, também quando se pensa nas relações intergeracionais, não há que se falar em diferenças naturais entre os sujeitos e sim na atribuição de significados sociais que marcam relações que podem ser desiguais (STOLCKE, 1991), mas que de fato são permeadas por relações de poder, relações de comunicação e de capacidades objetivas (FOUCAULT, 1995).

As formas de identificação, por serem parciais, podem trazer à tona outras temporalidades culturais que permitiriam, inclusive, a “reinvenção da tradição”. Assim, tanto quanto é recusada a *essencialidade* da diferença, também a ideia de identidade original ou de tradição recebida é recusada.

As pessoas idosas, do ponto de vista sociológico e enquanto categoria geracional, podem ser percebidas como “minorias”, não necessariamente no sentido numérico do termo, mas por estarem experimentando uma fase da vida que pode se traduzir, em muitos casos, como desvantagem social. Na perspectiva das “minorias” a articulação social da diferença situa-se em uma complexa *negociação* que busca legitimar os hibridismos que aparecem nos momentos de transformação histórica (BHABHA, 1998).

As tentativas de reconstrução dos direitos humanos não atentam para a distinção entre função biopolítica do direito e soberania. Estudos de Foucault (1988) sobre biopoder nunca deixaram dúvidas: tomar a vida como reflexão significa compartilhar poder – e confrontar-se com suas estratégias. Não se trata de recorrer à soberania para limitar os efeitos do poder disciplinar, mas de propor um “direito novo”. Foucault (2005) denuncia as implicações do direito com os mecanismos de saber-poder modernos, mas recusa qualquer referência a um direito fundador sem renunciar à retórica do direito como instrumento de luta.

Os *discursos*¹¹ sobre os marcadores sociais da diferença, como aqui se defende, são entendidos como produtivos pois, ainda que a fixação da diferença seja, em si, uma relação de poder que envolve dominação, a própria tentativa de objetivação também é capaz de produzir algo além do controle, da tutela, a fuga pela identificação a uma determinada posição, uma afirmação, uma expansão.

Estes discursos demandam análise quanto à representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade, ou seja, requerem uma perspectiva interseccional. Neste sentido, a interseccionalidade é o caminho metodológico para se alargar estas fronteiras, até mesmo porque os grupos categorizados como pessoas idosas são constituídos por indivíduos que comportam características extremamente diversificadas, como assinalou Walter (2010).

Assim como não se envelhece de maneira igual, a própria longevidade, enquanto dinâmica social fundamentada no princípio do direito à vida (e nem estamos falando ainda do direito a levar uma vida digna) sequer chega a ser experimentada por todos os indivíduos de determinados grupos humanos. Como exemplo, podemos mencionar os inúmeros casos, no Brasil contemporâneo (embora isso nada tenha de novidade), de pessoas pretas e transexuais que tem sua vida precocemente abreviada pelas ações violentas, inclusive do próprio Estado, que se fundam nos discursos do preconceito e do ódio.

Alda Britto da Motta (2010) chama a atenção para o sentido dinâmico e plural da condição, pois, segundo ela, *geração* corresponderia, em um sentido amplo, tanto à posição quanto à atuação do indivíduo em seu grupo etário (o que aqui entendemos como categoria geracional). Outro aspecto importante destacado pela autora é que as pessoas mudam de idade (processo biossocial) e de expectativas sobre ela, fazendo com que em determinados períodos de suas vidas, seu grupo etário vá assumindo posições geracionais diversas enquanto *coorte*¹²

¹¹ O conceito de discurso, no presente trabalho, é empregado como o conjunto de enunciados sob uma dada formação discursiva e praticados ao longo do tempo. O discurso segue as relações já postas pelos saberes e pelas instituições estabelecidas, conferindo-lhes uma determinada positividade que, por sua vez, desempenha o papel de um *a priori* histórico (FOUCAULT, 2008).

¹² “Coorte é referência estatística ou demográfica e basicamente designa um conjunto de indivíduos nascidos em

geracional, ainda que não necessariamente enquanto geração social no sentido definido por Mannheim (1993).

O envelhecimento humano, enquanto fenômeno social hodiernamente reconhecido, pode ser estudado e analisado de diversas formas e a partir de expectativas igualmente diversas, tanto do ponto de vista de sua percepção social quanto – e isto é importante – do ponto de vista da análise própria do fazer científico. Aqui optou-se por analisá-lo na perspectiva das diferenças culturais, que perpassam a produção da categoria geração, das desigualdades forjadas em torno desta categoria pela intergeracionalidade e, por fim das possibilidades de resignificação a partir da consciência das posições dos sujeitos e da superação de narrativas de subjetividades originárias, como proposto por Bhabha (1998).

A política institucional, na qual se situa a iniciativa da UnAPI/UFMS, envolve um processo intergeracional, na medida que oferece às pessoas idosas e jovens, ambos de grupos constituídos por indivíduos distintos entre si, a partir de outros marcadores sociais da diferença, a possibilidade de pensarem os modos como jovens se relacionam com pessoas idosas, e vice-versa, questionarem as expectativas socialmente produzidas para um e para outro grupo. Não se trata, portanto, de opor grupos, e sim de compor, de pensar até que ponto e de que maneira estes indivíduos internalizam, rompem ou reificam a política institucional. Neste sentido, a interseccionalidade pode auxiliar no processo de quebrar certezas idealizadas, construídas em torno de determinados conceitos “universais” de velhice e também de juventude.

Analisar o fenômeno pelo viés dos Estudos Culturais implica, portanto, em reconhecer que a sociedade não é harmônica e sim conflitiva. Implica igualmente considerar que a dominação não existe como algo dado e perene, mas que justamente é reflexo do exercício de poder em um processo regulado de disputas, em sistemas sociais que se entrecruzam e produzem sujeitos. Obviamente não se nega as diferenças, mas é importante frisar que mesmo que as diferenças estejam, de fato e em contextos diversificados, articuladas em termos de intergeracionalidade ou de gênero, por exemplo, as relações entre ambas não estão isentas de simultâneas articulações com outros marcadores sociais da diferença e de exercícios de poder, incluindo a resistência.

Parte-se do pressuposto de que cultura é algo comum a todas as sociedades e a todos os modos de pensar. Assim, embora os sujeitos sejam produtores e produto de suas próprias

um mesmo intervalo de tempo, expostos a determinados eventos de caráter demográfico (...) *coorte* é o que deveria ser usado no sentido social mais amplo, *geração* referindo-se apenas ao âmbito da família, no sentido genealógico. Bengtson (1995) critica duramente o uso de geração, pela imprecisão, propondo até, em seu lugar, o termo *linhagem*, porém ao mesmo tempo edita toda uma discussão teórica em que geração é inevitável – a paradigmática equidade entre as gerações” (BRITTO DA MOTTA, 2010, p. 228).

culturas e, neste sentido, agentes da construção do futuro comum. Para Raymond Williams (2015, p. 12), “tentar pular o futuro, imaginar que, de algum modo, você é o futuro é, estritamente falando, uma insanidade”.

2.3. A relação intergeracional: poder, interseccionalidade e agência

O sujeito, para Foucault, é algo construído pelas múltiplas relações que interagem na conformação de subjetividades e, por conseguinte, identidades. As reflexões sobre governamentalidade e ética escapam da concepção jurídica do sujeito e a ética produz um novo tipo de sujeito que tem de lidar com a autonomia de si e a sua relação com os outros. Aqui cabe incluir um desafio: promover novas formas de subjetividade pela recusa da individualidade moderna, conforme ressalta Kleber Prado Filho (2017).

A vida natural, apropriada pelas novas relações de poder da biopolítica, é uma das condições de surgimento dos Direitos Humanos e, neste sentido, Direitos Humanos são uma resistência para a compreensão dos poderes contemporâneos e também para se pensar as formas de resistência a eles (MARINHO, 2017).

Para Foucault (1988), o poder não é onipotente e nem onisciente; antes, se compõe de um caráter relacional que só existe em função da multiplicidade de pontos de resistência. Essa multiplicidade nas relações de poder desempenham “o papel do adversário, de alvo, de apoio, de saliência onde se agarrar” (MARINHO, 2017, p. 89). O poder que interessa ao presente trabalho não é aquele que se desenvolve e se exerce apenas nas formas do direito e da lei, não se origina somente do Estado e não é somente dedutível e inteligível a partir da categoria jurídico-política da soberania. Assim como a resistência não é somente da ordem do direito, do âmbito jurídico e não se fundamenta somente na soberania de um sujeito prévio.

Onde há relações de poder há sempre uma multiplicidade de resistências imprevisíveis e heterogêneas que a ideia de simples dominação e a lógica binária não conseguem apreender. Foucault não estava preocupado com o enfrentamento binário entre dois adversários (ou do compromisso de um com o outro), mas em desvelar como o exercício dos diferentes modos de subjetivação do ser humano na cultura seria capaz de conduzir condutas. No contexto foucaultiano, os direitos humanos produziram práticas; têm um condicionamento histórico e não são definitivos; devem incitar o questionamento da vida social e dos direitos humanos para além das meras soluções governamentais.

Reconhece-se, portanto, que o aumento quantitativo e proporcional de pessoas idosas no conjunto da sociedade faz emergir uma complexa teia de relações intergeracionais e de poder

que já não pode ficar – e de fato não fica – restrita ao âmbito familiar. Esta “novidade social” vem colocando em realce a necessidade de se pensar não apenas neste segmento, mas de se pensar com e de se articular a partir deste conjunto de pessoas, tanto em consideração às suas demandas por políticas públicas sociais quanto na própria produção do conhecimento humano.

Neste sentido, o presente trabalho comunga da perspectiva proposta por Walter (2010) de que as pessoas idosas, na atualidade, desempenham ou deveriam desempenhar um duplo papel, qual seja, o de “problema” e o de “solução”. A autora detectou, em seus estudos comparativos internacionais, que, se antes as pessoas idosas eram tidas mais como “problema”, na atualidade esta situação tenderia a se equilibrar e, hoje, já representariam mais soluções, como são vistos os “adultos”. Crianças e adolescentes continuariam a representar mais “problemas”, entretanto para a autora isso seria “natural”, diferentemente do que ocorre com as pessoas idosas que, como já assinalado, tiveram um significativo crescimento quantitativo e proporcional na composição do tecido social. A questão intergeracional e suas implicações sobre estes grupos será discutida na sequência.

O que ocorre é que a pluralidade das identidades age contra estas divisões não naturais. Rotular e classificar as pessoas em uma determinada categorização social acaba por produzir desigualdades onde, a rigor, não deveriam existir, e é precisamente na esteira dos discursos das diferenças transmutadas em desigualdade que ocorrem as violações de direitos.

Do ponto de vista dos sujeitos que envelhecem, corrobora-se a proposição de Ferreira (2009) acerca da necessidade de abandonar a ilusão (coletiva) de ser eternamente jovem, assim como, pelo menos, questionar a valoração consignada a esta idealização da juventude. É inarredável se buscar a compreensão acerca do processo de envelhecimento e de transformar a perspectiva de vislumbrar seu resultado apenas pelo “negativo”. Tanto quanto é inarredável abandonar o ideal de juventude eterna. Há que se reconhecer, também, que esta idealização da juventude é, paradoxalmente, acompanhada da ideia de que a juventude significa risco, perigo, inclusive ocasionando o extermínio de certos jovens.

Da mesma forma que as pessoas jovens não são todas iguais, também a velhice, enquanto etapa da vida, não torna todos os indivíduos desta categoria homogêneos. Pelo contrário, assim como em todas as categorias no interior das quais as pessoas podem ser classificadas, aquelas categorizadas como idosas continuam sendo seres dotados de características que as diferenciam entre si, por diversos fatores econômicos, socioculturais e de saúde que marcam sua trajetória de vida, incluindo diferentes potencialidades e fragilidades.

Em que pese haver alguns avanços no sentido de modificação da condição de “pessoa-situação-problema” para “pessoa-situação-solução”, nos termos assinalados por Walter (2010),

é necessário ultrapassar os fortes resquícios de significação da velhice associada a perdas. Mesmo as eventuais limitações físicas podem ser interpretadas pelo viés da necessidade de adaptações, evoluindo para outras formas de viver e, especialmente, de permanência na sociedade.

As mudanças advindas do processo de envelhecimento (individual e social) poderiam e, assim aqui é defendido, deveriam ser interpretadas apenas como o que de fato são: mudanças que colocam em relevo uma das facetas das diferenças (que não necessariamente devem ser desigualdades). Diferenças que, na atualidade, refletem na ampliação das relações intergeracionais. Isto implica na necessidade de a sociedade deixar de rejeitar o que é inevitável e, assim, absorver e compreender o envelhecimento como algo que faz parte da vida.

Reitera-se, portanto, que os agrupamentos e classificações nas quais se incluem as pessoas idosas de fato até podem possuir características específicas, mas que estas também são, como no interior de outras gerações e de outras diferenças, múltiplas e multifacetadas. Além disto, este segmento populacional não está estagnado no tempo e vem experimentando mudanças tanto objetivas quanto subjetivas.

Aliás, estas mudanças em curso não alcançam apenas e especificamente as pessoas idosas. Britto da Motta (2012) discute o que para ela seria um contraditório movimento da sociedade contemporânea: quanto maior a longevidade, maior está sendo a juvenilização das idades: “assim como a vida é prolongada, as situações geracionais também o são; somos adolescentes, jovens, adultos plenos, maduros e velhos-jovens durante muito mais tempo” (BRITTO DA MOTTA, 2012, p. 11).

Dentre os diversos exemplos de mudanças apontadas por Britto da Motta (2012), encontram-se alguns exemplos dentre as pessoas idosas que, obviamente, não tem a pretensão de ser uma lista e nem de esgotar as possibilidades: gravidez bem sucedida de mulheres idosas, ainda que com óvulos doados; plásticas dentre mulheres aos 80 anos (antes procuravam o procedimento com 40, 50 anos); implante de silicone nas mamas; crescimento das Doenças Sexualmente Transmissíveis; aumento de gastos com produtos eletrônicos dentre pessoas idosas; homens idosos que também se preocupam com beleza e, principalmente, realizam atividades esportivas, às vezes até “radicais”; homens centenários afirmando que seus filhos estão mais velhos que eles; mulheres centenárias que não se escandalizam com nada e que em termos de “cabeça”, segundo as próprias netas, são mais jovens do que elas, e assim por diante.

Dentre os jovens Britto da Motta (2012, p. 21) aponta uma dualidade contraditória:

Tornaram-se o modelo universalmente preconizado ou desejado de ser social, espetacularizado, mas, ao mesmo tempo, despidos de características realmente

específicas, porque o contorno de sua imagem social foi borrado pelo apagamento dos limites geracionais; e enquanto a sociedade os impele ao consumo de invejadas mercadorias “apropriadas” à sua condição geracional e privilegiamento estético, simultaneamente os refreia de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho e ganharem real autonomia.

Assim, o que se constata é que o segmento idoso merece uma abordagem específica, sem desconsiderar as ambiguidades e dualidades que vêm marcando os discursos sobre envelhecimento: “É somente pela compreensão da ambivalência e do antagonismo do desejo do Outro que podemos evitar a adoção cada vez mais fácil da noção de um Outro homogeneizado, para uma política celebratória, oposicional, das margens ou minorias” (BHABHA, 1998, p. 87). De todo modo, concordamos com Walter (2010), para quem é necessário retirar definitivamente a referência do idoso no segmento mais jovem. Como sugeriu Spivak (2010), é preciso “medir silêncios”, fazer a leitura das entrelinhas, do dito e do não-dito.

Se se acredita que os seres humanos são, como propôs Bhabha (1998, p. 34), criaturas literárias e animais políticos, “devemos nos preocupar com a compreensão da ação humana e do mundo social como um momento em que algo está fora de controle, mas não fora da possibilidade de organização”.

Estes mitos e crenças que fornecem sustentação para o processo de marginalização e/ou exclusão deste segmento populacional, bem como os arranjos e os discursos que só valorizam pessoas idosas enquanto estas permanecerem entrelaçadas aos ideais de juventude, não é favorável, como aqui se discutiu, nem mesmo para as pessoas jovens. Acredita-se que a desconstrução e reconstrução deste processo somente se efetivará a partir da reação das pessoas idosas.

Talvez a geração que vem chegando a esta etapa da vida possa se constituir enquanto agente, provocando a mudança cultural quanto ao indivíduo que envelhece. Este será, sem dúvida, um processo lento, mas que já está em andamento. É indispensável, contudo, levar-se em consideração que não está se tratando de um grupo homogêneo de pessoas que envelhecem em condições substancialmente diferenciadas, atravessadas por questões de gênero, de raça/etnia, de classe social, e assim por diante.

Assim, pensando no princípio da interseccionalidade, postulado formal e inicialmente por Kimberlé Crenshaw (2002) a partir da percepção da vida concreta experimentada pelas mulheres negras participantes do movimento feminista nos Estados Unidos, este provocou a compreensão quanto à necessidade de se abandonar as propostas de estudo pautadas em categorias “monolíticas” de análise, assim como aquelas que tão somente consideram as demais

categorias como exclusivamente “aditivas”. Neste sentido, Lucas Hertzog e Luciana Mello (2020, p. 240), pontuam que:

Crenshaw (2002) chama atenção para o fato de que a invisibilidade do caráter interseccional da dominação e da opressão torna necessário repensar a importância da diferença intragrupo. Assim, quando certos problemas são categorizados como manifestações da subordinação de gênero de mulheres ou da subordinação racial de determinados grupos, surge um duplo problema de superinclusão e de subinclusão.

Não obstante, é necessário frisar que, conforme discutido por Gabriela Kyrillos (2020), mesmo antes de assim ser nomeado por Crenshaw, o conceito de interseccionalidade, até por ser uma ideia basilar, já era uma preocupação existente no interior de outros movimentos sociais e de outros textos teóricos externos ao movimento feminista negro estadunidense. Kyrillos afirma, ainda, que o potencial da interseccionalidade não deve se reduzir aos limites impostos pela/na academia, exatamente considerando que sua incorporação pela academia se dá como resposta às críticas e militâncias de diversos coletivos até então excluídos deste espaço.

Patricia Collins (2017), por seu turno, além de pontuar a necessidade de não se reduzir a concepção de interseccionalidade a uma categoria analítica manuseada pela academia, assevera que esta não deve ser aplicada tão somente com o intuito de encontrar “verdades” científicas. Deve também se ocupar de manter a sua perspectiva (original) de busca por justiça social: “A verdade importa, porém, quando os estudos interseccionais privilegiam a verdade sobre a justiça, entrando no terreno escorregadio do conluio com hierarquias de poder” (COLLINS, 2017, p. 14).

De fato, o que se pode constatar é que o conceito de interseccionalidade, ainda que provisório ou em construção, vem sendo absorvido e incorporado nos estudos acadêmicos enquanto importante categoria analítica e, assim se espera, de comprometimento acadêmico com a justiça social, primeiramente nos estudos sobre a interseccionalidade gênero/raça mas, logo na sequência, difundindo-se para outras searas dos estudos que se interessam sobre análises quanto aos marcadores sociais da diferença, como é o caso do presente estudo.

A perspectiva da interseccionalidade “permite refletir como as diferenças – que vão se tornando desigualdades – são socialmente construídas, sem que se adote, sempre e em todas as vezes, como ponto de partida um único elemento” (HERTZOG; MELLO, 2020, p. 231). A ideia principal, para Hertzog e Mello (2020), é tomar a intersecção como um processo e não como uma localização específica ocupada por grupos e indivíduos.

A par da perspectiva de encontrar verdades científicas preocupadas com a justiça social, Adriana Piscitelli (2008) trouxe outra importante contribuição ao debate acerca de

interseccionalidades. Para esta autora, Crenshaw teria feito uma abordagem *sistêmica*, que confundiria diferença com desigualdade e colocaria os marcadores sociais da diferença como sistemas de dominação, no interior do qual uns sujeitos teriam poder e outros não.

Conforme a crítica de Piscitelli (2008), o que ocorre é que, nesta perspectiva, o enfoque *sistêmico*, embora às vezes se utilize do referencial teórico de poder elaborado por Foucault, não lhe é coerente, na medida em que desconsidera que Foucault não restringe poder à repressão, mas também concebe poder como algo produtivo, que não apenas suprime, mas produz sujeitos. Ou seja, a abordagem *sistêmica* de Crenshaw, criticada por Piscitelli, ignoraria que as relações de poder, para Foucault, seriam marcadas por conflitos e pontos de resistência que coexistem – e isto, precisamente, não deveria ser ignorado na perspectiva de qualquer abordagem que se pretenda interseccional.

Com o intuito de contrapor o enfoque *sistêmico* Piscitelli (2008) considera que a interseccionalidade, a partir especialmente dos trabalhos de Anne McKlinton e Avtar Brah, assumiu uma abordagem que ela denominou *construcionista*. Para Piscitelli, a abordagem construcionista estaria assentada sobre os aspectos dinâmicos e relacionais de identidade social, como proposta de apreender a articulação entre as múltiplas diferenças e desigualdades e onde estaria presente, também, a visão de poder em Gramsci. Como método, a abordagem *construcionista* de interseccionalidades colocaria em xeque a visão estática de uma categoria “monolítica” de análise, porquanto procuraria apreender o sentido/significado das interações verificadas entre as diferenças em contextos específicos.

Piscitelli argumenta que as categorias social e historicamente constituídas existem nas e por meio das relações entre elas, pois “em um contexto racializado, todas as sexualidades estão inscritas em matrizes racializadas de poder, mas os encontros racializados também têm lugar em espaços de profunda ambivalência, admiração, inveja, desejo” (PISCITELLI, 2008, p. 269). Isto porque, ainda que estas diferenças estejam, de fato e em contextos diversificados, articuladas em termos de gênero e de racialidade, as relações entre ambas não estariam isentas de simultâneas articulações com outros marcadores sociais da diferença, de exercícios (intencionais ou não) de resistências, abrindo brechas para uma gama de negociações nos contextos investigados.

Embora o esforço acadêmico de demonstrar a origem do conceito de interseccionalidade seja importante, segundo Luis Hirano (2019) as relações entre perspectivas e terminologias o ultrapassam e contribuem para compreender as implicações políticas e as razões teóricas e empíricas de suas construções. Reconhecendo o nascedouro do conceito, defende-se que as

categorias (enquanto marcadores sociais da diferença) não são ou não deveriam ser exclusivas para a concepção acadêmica do conceito de interseccionalidade.

O próprio termo “marcador social da diferença” não necessariamente exclui e nem essencializa as categorias de gênero e raça, mas contribui para explicitar quais categorias operam em determinados contextos: “o que é possível depreender [...] é que interseccionalidade, para Patrícia Hill Collins, se refere necessariamente a formas de sistemas sociais que se entrecruzam” (HIRANO, 2019, p. 36).

Assim, enquanto a perspectiva sistêmica destaca as opressões estruturais e a confluência de eixos de opressão (na qual a interseccionalidade é um paradigma para a análise e para a agenda política do feminismo negro), a perspectiva construcionista (sem negar a opressão), busca uma interpretação que esteja atenta às especificidades contextuais e processuais, não deixando de observar os espaços possíveis da agência, da resistência e pontos de fuga (HIRANO, 2019).

O presente trabalho comunga da perspectiva construcionista de interseccionalidade, exatamente porque esta prioriza o sujeito, enquanto a abordagem sistêmica focaliza a estrutura. Parte-se do pressuposto, entre outros, defendido por Hirano (2019), de que as diferenças percebidas e socialmente marcadas não acarretam, necessária e inequivocamente, desvantagens ou desníveis de prestígio, poder e riqueza. Estas diferenças são, recorrentemente, marcadas por desigualdades no plano das representações sociais e, estas sim, dão respaldo a posições e relações de assimetria, exclusão e iniquidade.

Assim, não se pode perder de vista que as posições “definidas” pelos marcadores sociais da diferença não são fixas e, a partir do “entre-lugar”, nos termos propostos por Bhabha (1998), bem como da ambivalência e do aspecto relacional, podem ser (e muitas vezes de fato são) subvertidas. A ideia de “entre-lugar” pode remeter à ideia de espaço entre limites, mas preferimos entendê-la como o espaço da fronteira, o ponto onde nos encontramos, o ponto onde nos construímos, ou seja, o “entre-lugar” não como aquilo que nos separa, mas justamente aquilo que nos possibilita o encontro com as diferenças. Estas negociações terão lugar, em certa medida, de maneira independente das formas que a categorização inicial pretendeu limitar, abrindo, assim, as possibilidades para a *agência*.

[..] a multiplicidade de fatores que influenciam os mecanismos que produzem a exclusão nos convidam a abraçar a complexidade do social sem que necessariamente o façamos por meio de procedimentos que retirem o protagonismo dos atores como desencadeadores da transformação social no plano da experiência e no curso da história (HERTZOG; MELLO, 2020, p. 245).

Sherry Ortner (2007) faz importante revisão das produções teóricas sobre *agência* e defende que a definição do conceito envolveria três componentes: 1) inerência (ou não) de intencionalidade, como conceito que pretende incluir todos as maneiras como a ação aponta, cognitiva e emocionalmente, para algum propósito; 2) universalidade *versus* construção social, segundo a qual a agência é diferentemente plasmada, e também nutrida ou tolhida, em diferentes regimes de poder, e 3) estreita relação entre agência e poder.

Sobre a intencionalidade, Ortner (2007, p. 54) defende a existência de um “*continuum* entre as práticas de rotina, que ocorrem com pouca reflexão, e os atos de agência, que intervêm no mundo com algo em mente (ou no coração)”. Quanto à questão da universalidade *versus* construção cultural de agência, Ortner (2007) argumenta haver consenso entre teóricos tanto com relação ao caráter universal da capacidade de agência e quanto de que esta seja culturalmente construída, destacando a importância da linguagem neste processo.

Foco central de sua análise, e mais apropriadamente adequado à abordagem do presente trabalho, Ortner (2007) dedica maior atenção à relação entre agência e poder social que, até por ter recebido pouca atenção dos/as teóricos/as, tenderia a circular em torno da noção geral de capacidade de afetar coisas. Citando Laura Ahearn, lembra que desde o início o surgimento de uma “agência” problemática teve suas raízes em questões de poder. Contrapõe ainda a equiparação entre agência e resistência, esta última uma das formas possíveis de agência, e afirma que a capacidade de transformação seria apenas uma dimensão de como o poder operaria nos sistemas sociais.

Em um dos pontos altos da discussão, Ortner (2007) apresenta o ponto de vista de Sewell, que concordaria com Giddens quanto à necessidade de, ao fazer análise de estrutura, não ignorar as assimetrias de poder (o que, em certa medida, incluiria as noções de dominação e de resistência, enquanto formas de agência). Entretanto, para este autor citado por Ortner (2007), ainda que haja desigualdade na distribuição de recursos (humanos e não humanos), alguma parte destes ainda seria controlada por todos os membros da sociedade, ainda que destituídos e oprimidos. Neste sentido, a agência não se oporia a estrutura – seria desta um componente. Tanto estruturas quanto agências humanas que elas conferem estariam carregadas de diferenças de poder, na medida em que *empoderam* diferentemente os agentes que, por sua vez, “encarnam” diferentemente desejos, intenções e conhecimentos.

A agência de poder (desigual), tanto da dominação como da resistência, pode ser contrastada com o segundo modo principal de agência anteriormente apontado: o de intenções, propósitos e desejos formulados em termos de “projetos” culturalmente estabelecidos. Essa agência de projetos é, sob certos

ângulos, a dimensão mais fundamental da idéia (sic) de agência (ORTNER, 2007, p. 63).

Ortner (2007) ressalta que esta distinção entre agência de poder e agência de projetos estaria situada no campo da heurística, mas que, na prática, ambos costumam ser inseparáveis. Para ela, os dominados mantêm a “agência” tanto resistindo à dominação, de diversas formas, mas também sem deixar de tentar sustentar projetos próprios e culturalmente constituídos, o que lhes permitiria certo tipo de autenticidade cultural (ou pessoal) “nas margens do poder”. Ou seja, mesmo atores/as subordinados/as não são completamente destituídos/as de agência.

Mencionando vários exemplos de outros estudos, Ortner (2007) demonstra que as relações de poder são instáveis e que, isto é importante no âmbito do presente estudo, para dominar “o jogo” dominadores/as acabam tendo que se articular com relações internas de poder em um micro nível, fortalecendo alguns atores em detrimento de outros. Mesmo no caso de culturas subordinadas sob o colonialismo, o que se verifica é que a dialética da dominação/resistência se realiza mediante inevitável choque entre projetos de pessoas, o que necessariamente inclui suas intenções culturalmente constituídas, seus desejos e suas metas – individuais e coletivas.

[...] no contexto do que tenho chamado de jogos sérios, a realização de projetos necessariamente acarreta, para alguns, a subordinação de outros. Mas estes outros, nunca completamente destituídos de agência, têm poder e projetos próprios, e a resistência (da mais sutil à mais evidente) sempre é uma possibilidade. Então, tanto a dominação como a resistência sempre estão, a meu ver, a serviço de projetos, da autorização ou do empoderamento para perseguir objetivos e fins culturalmente significativos, sejam estes para o bem ou para o mal. E, assim, os jogos continuam (ORTNER, 2006, p. 76).

O presente trabalho, sobretudo e inclusive no processo de trabalho de campo, propriamente dito, está baseado nestas ponderações, reflexões e conceituações. Estes foram os elementos basilares que nortearam a investigação proposta. No próximo tópico será analisada a produção teórico-prática de outros trabalhos investigativos que tiveram interface direta com estas nuances, bem como serão apresentadas as especificidades do trabalho de campo.

2.4. Um breve estado da arte

Este levantamento não se restringiu a obter eventuais contribuições que poderiam ser advindas destes trabalhos, mas, sobretudo, sondar complementaridades, verificar o grau de originalidade da proposta em tela e, eventualmente, poderiam reafirmar ou redimensionar seu objeto.

Para a constituição do que se convencionou denominar “estado da arte”, foram feitas buscas em duas grandes bases de dados: a **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações** (BDTD)¹³, mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC), e o **Portal de Periódicos**¹⁴ mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC). A busca em ambas se deu a partir de cinco descritores que, combinados, permitiram localizar trabalhos que se relacionam ou dialogam com o objeto de estudo proposto pela presente pesquisa. Os descritores escolhidos foram: 1) marcadores sociais da diferença; 2) geração e juventude; 3) geração e idosos; 4) interseccionalidade, e 5) intergeracionalidade.

Os trabalhos localizados (em número de 3.286) foram pré-selecionados a partir da leitura dos títulos e resumos (resultando na escolha de 112 trabalhos). Posteriormente, após leitura de introdução, metodologia e resultados, com o olhar especificamente sobre o objeto da pesquisa proposta, qual seja, as relações intergeracionais, foram selecionados 16 trabalhos (sendo quatro teses de doutorado, cinco dissertações de mestrado e sete artigos científicos). Os trabalhos selecionados foram publicados entre os anos de 1998 e 2018.

Quadro 1 - Síntese das teses e dissertações selecionadas a partir do levantamento realizado na BDTD

Ano	Nível/IES	Autor/a	Título do trabalho
2003	Doutorado em Educação da Unesp	FINATO, Mariza da Silva Santos	A Universidade Aberta a Terceira Idade e as redes de apoio afetivo e social do idoso
2007	Mestrado em Gerontologia da Unicamp	LIMA, Cristina Rodrigues	Programas intergeracionais: um estudo sobre as atividades que aproximam as diversas gerações
2009	Doutorado em Psicologia da USP	FERRIGNO, José Carlos	O conflito de gerações: atividades culturais e de lazer como estratégia de superação com vistas à construção de uma cultura intergeracional solidária
2010	Mestrado em Língua e Literatura Italiana da USP	FUKUMOTO, Alessandra Harumi Bonito	O ambiente intergeracional no ensino de italiano LE: o caso do italiano no campus
2015	Doutorado em Ciência da Informação da USP	PAIVA, Simone Borges	Oficinas intergeracionais: saberes e fazeres da experiência, mediação cultural e significação
2015	Doutorado em Ciências Sociais da PUC/SP	PEREIRA, Mario Cesar da Silva	A re(a)presentação da velhice e corpo na universidade

¹³ <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

¹⁴ <http://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/>

Quadro 1 - Síntese das teses e dissertações selecionadas a partir do levantamento realizado na BDTD

Ano	Nível/IES	Autor/a	Título do trabalho
2016	Mestrado em Enfermagem da UEM	DERHUN, Flávia Maria	A universidade aberta à terceira idade promovendo qualidade de vida: experiências de brasileiros e espanhóis
2018	Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFPel	LIBARDONI, Thaís Debli	Espaços públicos urbanos & relações intergeracionais: Affordances de suporte a jovens e idosos no centro histórico de Pelotas
2018	Mestrado em Educação da UFRGS	MENDES, Jozelina Silva da Silva	Educação intergeracional a distância: conect@ndo jovens e idosos

Fonte: Elaboração do autor, 2020.

Quadro 2 - Síntese dos artigos científicos selecionadas a partir do levantamento realizado no Portal de Periódicos CAPES/MEC

Ano	Revista	Autor/es/as	Título do trabalho
1998	Psicologia: Reflexão e Crítica	RUSCHEL, Ângela Ester; CASTRO, Odair Perugini de	O vínculo intergeracional: o velho, o jovem e o poder
2008	Kairós Gerontologia	CACHIONI, Meire; AGUILAR, Luis Enrique	A convivência com pessoas idosas em instituições de ensino superior: a percepção de alunos da graduação e funcionários
2009	Interface: Comunicação Saúde Educação	ALENCAR, Maria do Socorro Silva; CARVALHO, Cecília Maria Resende Gonçalves de	O envelhecimento pela ótica conceitual, sociodemográfica e político-educacional: ênfase na experiência piauiense
2011	Revista Ciência em Extensão	EVANGELISTA, Aureo; LEITE, Jacqueline Nayara Ferraça; COELHO, Stefanie Bertti; FIGUEIRA, Mathilde Elisa	Universidade aberta a terceira idade: paradigma de um ambiente inclusivo e intergeracional
2017	Laplage em Revista	VILAS-BOAS, Susana; RAMOS, Natália; OLIVEIRA, Albertina; AMADO, João; MONTERO GARCÍA, Inmaculada	A redução de estereótipos e atitudes negativas entre gerações: o contributo da educação intergeracional
2016	Psicologia: Teoria e Pesquisa	VITÓRIA, Andreia; REGO, Armenio; BOAS, Madalena Vilas	Atitudes perante os trabalhadores mais velhos: a perspectiva dos estudantes universitários
2018	Estudos e Pesquisas em Psicologia	LEITE, Soniárlei Vieira; FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho	A Importância da intergeracionalidade para o desenvolvimento de universitários mais velhos

Fonte: Elaboração do autor, 2020.

Quadro 3 - Distribuição do total de trabalhos selecionados, segundo Grande Área/Área do Conhecimento

Grande Área	Área (ou Subárea)	Nº de trabalhos
Ciências da Saúde	Enfermagem	1
Ciências Sociais Aplicadas	Arquitetura e Urbanismo	1
	Ciência da Informação	1
Ciências Humanas	Psicologia	4
	Educação	4
	Ciências Sociais	1
	Políticas Públicas	1
Linguística, Letras e Artes	Língua e Literatura Italiana	1
Multidisciplinar	Gerontologia	2
TOTAL		16

Fonte: Elaboração do autor, 2020.

Um aspecto que chamou a atenção no resultado deste levantamento, conforme demonstrado no Quadro 3, foi a diversidade de áreas do conhecimento nas quais os trabalhos selecionados, a partir da interface com o objeto da pesquisa proposta, foram realizados: 10 trabalhos nas Ciências Humanas (quatro de Educação, quatro de Psicologia, um de Ciências Sociais e um de Políticas Públicas), dois Multidisciplinares (Gerontologia), dois nas Ciências Sociais Aplicadas (um de Ciência da Informação e um de Arquitetura e Urbanismo), um de Linguística, Letras e Artes (Língua e Literatura Italiana) e um de Ciências da Saúde (Enfermagem).

Considerando que o objeto da investigação proposta situa-se no âmbito das relações humanas é compreensível que, dentre os trabalhos selecionados, tenha havido a prevalência das Ciências Humanas (62,5%), em contraponto a um único trabalho na área das Ciências da Saúde. Se o objeto eleito para estudo tivesse sido apenas a velhice e/ou apenas o envelhecimento, por exemplo, muito possivelmente teria havido prevalência de trabalhos na área das Ciências da Saúde, mas este não foi o caso.

De qualquer modo, é interessante destacar que o assunto tem sido objeto de preocupação, também, de outras áreas do conhecimento para além das Ciências Humanas, ainda que em menor grau. Há, ainda, a importante discussão quanto à afirmação, pelo meio acadêmico, para o reconhecimento e inclusão de áreas Multidisciplinares, como é o caso da Gerontologia, conforme Shirley Prado e Jane Sayd (2007). Aliás, também na área Multidisciplinar encontram-se os Estudos Culturais e, sob estes, não foi encontrado nenhum estudo que tivesse interface com a pesquisa proposta, o que lhe assegura o caráter de ineditismo.

Quadro 4 - Distribuição do total de trabalhos selecionados, segundo Grande Área do Conhecimento e identidade de gênero dos/as autores/as

Grande Área	Autores/as ¹⁵		
	Homem	Mulher	Total
Ciências da Saúde	1	1	2
Ciências Sociais Aplicadas	1	3	4
Ciências Humanas	10	16	26
Linguística, Letras e Artes	0	2	2
Multidisciplinar	1	3	4
TOTAL	13	25	38

Fonte: Elaboração do autor, 2020.

Conforme demonstrado no Quadro 4, outro aspecto interessante é que, levando-se em conta a distribuição das autorias dos trabalhos com relação à identidade de gênero, 65,79% são mulheres e 34,21% são homens. Este fato provavelmente deva ser creditado à questão cultural, ao processo histórico da predominância de mulheres em alguns âmbitos profissionais e, concomitantemente, de estudo. Corroboram esta perspectiva os trabalhos de Mirla Cisne (2004); Adriéli Craveiro e Jéssica Machado (2011), e Juliana Fritzen (2015).

Sobre este aspecto em particular, mesmo não sendo objetivo do presente estudo aprofundar a questão, merece destaque as importantes reflexões e contribuições presentes na publicação “Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações”, coordenado por Silvia Yannoulas, e que teve como objetivo mais amplo “reconhecer e valorizar as mulheres e as características ditas femininas no mundo do trabalho, da ciência, da política, das relações sociais” (YANNOULAS, 2013, p. 52). Neste trabalho a autora lembra que a relação social entre os gêneros é fundamentalmente antagônica, na medida em que haveria atividades que não seriam tão desejadas ou cobiçadas e, na resolução deste antagonismo, tais atividades “sobrariam” para o lado “mais fraco”, no caso por ela estudado, mulheres negras e/ou imigrantes. Por este motivo a autora defende a adoção de políticas que promovam uma inserção mais igualitária de homens e mulheres no conjunto do mundo do trabalho.

Os trabalhos serão aqui sinteticamente apresentados em termos de objetivo, pressupostos iniciais, sujeitos e conclusões que, de alguma forma, dialogam com o objeto da pesquisa proposta. Metodologicamente optou-se pela apresentação a partir da ordem classificativa das áreas de conhecimento e, dentro destas, foi observada a ordem cronológica.

Na dissertação de mestrado em Enfermagem “A universidade aberta à terceira idade promovendo qualidade de vida: experiências de brasileiros e espanhóis”, Flávia Derhun (2016)

¹⁵ Neste número foram incluídos/as os/as orientadores/as dos trabalhos de mestrado e de doutorado.

procurou compreender os significados de qualidade de vida atribuídos por 22 idosos participantes de atividades na UNATI da Universidade Estadual de Maringá (UEL - Brasil) e outros 22 idosos na experiência análoga na Universidade de Barcelona (UB - Espanha). Afirma que a participação em atividades universitárias promoveu a convivência social, inclusive na perspectiva intergeracional e conclui que a participação em atividades universitárias apontou para um único benefício: a melhoria da qualidade de vida promovida do mesmo modo nas duas instituições.

Na dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo intitulada “Espaços públicos urbanos & relações intergeracionais: *affordances* de suporte a jovens e idosos no centro histórico de Pelotas”, Thaís Libardoni (2018) explorou as potencialidades do convívio intergeracional em ambientes urbanos, com base numa perspectiva ecológica. Tanto jovens quanto idosos/as reconhecem a importância da convivência intergeracional e apontam seus benefícios: jovens pela troca de experiências e idosos/as por se manter atualizados e inseridos na contemporaneidade. A existência de um conflito direto entre as gerações estudadas é refutada. Entretanto, conclui que a simples coexistência de grupos etários em um espaço não pode ser tomada como indicador de proximidade intergeracional, mas auxilia a enfraquecer estereótipos negativos e desencadear interações significativas para a coesão comunitária.

Na sua tese de doutorado em Ciência da Informação, intitulada “Oficinas intergeracionais: saberes e fazeres da experiência, mediação cultural e significação”, Simone Paiva (2015) defendeu a importância das trocas intergeracionais de experiências na qualificação de processos de construção de conhecimento e cultura na contemporaneidade. Os sujeitos da pesquisa foram os/as educandos/as atendidos/as pelo Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis, município de São Paulo/SP (7 a 15 anos), a equipe de profissionais que nele atuam e os/as idosos/as residentes naquela comunidade. As oficinas intergeracionais mostraram que, a despeito das idades e das especialidades, somos sempre mestres e aprendizes, dependendo das circunstâncias, de nossas próprias experiências e do outro. Assim, a experiência seria esse espaço “entre”, esse terceiro que humaniza e vincula os sujeitos, o conhecimento e a cultura.

Na área de Psicologia, o primeiro trabalho foi o artigo “O vínculo intergeracional: o velho, o jovem e o poder”, por meio do qual Ângela Ruschel e Odair Castro (1998) discutem a problemática da comunicação na família à luz das relações vinculares entre filhos, pais e avós, fundamentando-se nos tópicos: interação e poder. Tendo como base metodológica observação participante e análise do discurso, a pesquisa teve como sujeitos 20 mulheres idosas (60 a 72 anos), e 10 jovens (16 a 24 anos) de ambos os sexos com relação de parentesco com alunos/as da Universidade para a Terceira Idade (UNITI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(UFRGS). Para os/as jovens, os pais (principalmente mãe) são percebidos como mais impositivos e a experiência de vida dos avós é entendida como forma legítima de poder, ou seja, há um reconhecimento do poder instituído através das gerações. Os avós, perdendo jurisdição sobre filhos/as, direcionam seu poder sobre os/as netos/as, exercido com “suave cumplicidade”.

Ainda na área de Psicologia, a tese de doutorado de José Carlos Ferrigno (2009) analisou como as atividades culturais e de lazer operariam enquanto estratégia de superação ao conflito de gerações. O foco do seu estudo são as situações de conflitos e os esquemas de **cooperação** em pequenos grupos, tendo como sujeitos 21 participantes das oficinas intergeracionais realizadas no Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo/SP (8 jovens de 12 a 16 anos; 6 idosos/as de 66 a 85 anos e 7 professores/as, de 35 a 47 anos). Conclui que a semelhança de interesses opera como facilitadora da aproximação intergeracional e como aspectos determinantes destaca o prazer do lúdico, igualitarismo nas relações e iniciativa dos/as mais velhos/as.

Outro trabalho na área de Psicologia foi o artigo “Atitudes perante os trabalhadores mais velhos: a perspectiva dos estudantes universitários”. Nele, Andreia Vitória, Armenio Rego e Madalena Boas (2016) discutem discriminação etária, envelhecimento e relações entre gerações. Procuram verificar se a estrutura pentadimensional, elaborada para compreender atitudes de gestores/as perante trabalhadores/as mais velhos, seria aplicável a estudantes universitários. A amostra envolveu 278 estudantes da Universidade de Aveiro (UA - Portugal) com idade de 18 a 49 anos (72% entre 18 e 23 anos). Constatou que a idade dos/as estudantes não se relaciona com as atitudes, mas que os estudantes homens tendem a ver o trabalhador mais velho de forma menos positiva. Concluíram que o pendor discriminatório dos estudantes seria superior ao dos gestores e que a relevância do tema é mais do que apenas acadêmica. Pensando sobre os achados deste trabalho, parece que o pendor discriminatório dos homens jovens pode estar associado à ideia de que eles teriam que desempenhar o papel de provedor e, neste sentido, a permanência de homens mais idosos no mundo do trabalho poderia ser interpretada como uma concorrência que precisaria ser eliminada.

O quarto e último trabalho da área de Psicologia foi o artigo “A Importância da intergeracionalidade para o desenvolvimento de universitários mais velhos”, de Soniárlei Leite e Lucia França (2018), por meio do qual buscaram verificar a importância da intergeracionalidade no desenvolvimento dos/as estudantes mais velhos/as. Apostam na educação como um dos instrumentos fundamentais para a inclusão social e na solidariedade intergeracional como fio condutor para reverter alguns valores, para ruptura de preconceitos e

para promover efeito positivo na saúde e no bem-estar dos/as mais velhos/as. Participaram da pesquisa 20 universitários/as (10 de 18 a 25 anos e 10 com mais de 60 anos), três professores/as (45-50 anos) e dois/duas funcionários/as (30 e 22 anos) de duas instituições de ensino superior (IES) privadas do Rio de Janeiro. O contato intergeracional é apontado como benéfico aos/as universitários/as, independentemente da idade, mas especialmente para os/as mais velhos/as, tanto para o seu desenvolvimento pessoal quanto para o desempenho acadêmico.

O primeiro trabalho selecionado na área de Educação foi a tese de doutorado intitulada “A Universidade Aberta a Terceira Idade e as redes de apoio afetivo e social do idoso”, defendida por Mariza Finato (2003). Em seu estudo a autora investigou se as universidades abertas à terceira idade (UNATIs) poderiam funcionar como uma rede de apoio afetivo e social, tendo como sujeitos da pesquisa 71 pessoas idosas participantes da experiência UNATI na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e na Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Marília/SP. Embora a autora tenha situado o trabalho como qualitativo, os dados foram apresentados de maneira quantitativa e estatística. Concluiu-se que os amigos/colegas e equipes envolvidas foram considerados como uma rede de apoio extremamente valiosa.

O segundo trabalho da área de Educação foi o artigo “Universidade aberta a terceira idade: paradigma de um ambiente inclusivo e intergeracional”, de Áureo Evangelista, Jacqueline Leite, Stefanie Coelho e Mathilde Figueira (2011), no qual o/as autor/as reafirmam o aumento da expectativa de vida, a exclusão dos/as idosos/as dos benefícios dos avanços tecnológicos e abordam o oferecimento do curso de informática, pela UNATI/UNESP, câmpus de Jaboticabal/SP, que teria como objetivo promover a troca de conhecimentos e experiências entre idosos/as e jovens estudantes da UNESP dentro de uma perspectiva inclusiva e intergeracional. Concluem que projetos de extensão são importantes por estabelecer laços entre universidade e comunidade e que o projeto, além de aprendizado, oferece um ambiente saudável com troca de experiências, entretenimento, novas amizades e o convívio intergeracional.

O terceiro trabalho da área da Educação foi o artigo “A redução de estereótipos e atitudes negativas entre gerações: o contributo da educação intergeracional”, de Susana Vilas-Boas, Natália Ramos, Albertina Oliveira, João Amado e Inmaculada Montero García (2017). Apresentam a educação intergeracional como meio para a redução de estereótipos e atitudes negativas tendo como base a idade e as relações entre as gerações. Na investigação qualitativa entrevistou 20 pessoas (9 homens e 11 mulheres), cinco em cada grupo de idades (15 a 24; 25 a 44, 45 a 64, 65 a 88) da freguesia do Bonfim da cidade do Porto, Portugal. De acordo com estes sujeitos o contato entre as diferentes gerações é muito reduzido; há mais estereótipos negativos do que positivos em relação à geração dos/as adultos/as idosos/as e dos/as jovens, e

estes estereótipos conjuntamente com diferentes perspectivas e valores de jovens e adultos/as idosos/as resultam em atitudes negativas de uma geração em relação à outra. Contrastando os achados deste trabalho, o campo de estudos de nossa pesquisa situa-se precisamente em espaço institucional que promove as relações intergeracionais.

O quarto e último trabalho da área de Educação foi a dissertação de mestrado “Educação intergeracional a distância: conect@ndo jovens e idosos”, defendida por Jozelina Mendes (2018). Neste, a autora investigou quais ações educativas intergeracionais poderiam contribuir para aproximar jovens e idosos/as na Educação Intergeracional a Distância. Os sujeitos da pesquisa foram 24 idosos/as que participaram de um curso de inclusão digital na Unidade de Inclusão Digital (UNIDI) da UFRGS e cinco jovens com idade entre 15 a 29 anos. Afirma que a aprendizagem intergeracional não é algo novo, mas que as mudanças tecnológicas contribuiriam para o distanciamento entre as gerações, colocando a Educação a Distância (EAD) como possibilidade para aproximar jovens e idosos/as. Concluiu-se que a interação entre idosos/as e jovens envolvendo a temática das tecnologias ainda não é muito desenvolvida no país, sobretudo envolvendo EAD.

Na tese de doutorado em Ciências Sociais intitulada “A re(a)presentação da velhice e corpo na universidade”, Mário Pereira (2015) analisou a relação entre velhice e corpo reproduzida pelo professor e 10 alunos/as da disciplina de Gerontologia, ministrada no curso de Fisioterapia de uma IES pública do Paraná. Para o docente, grande parte da sociedade não estaria preparada para a convivência intergeracional. Os/as alunos/as compreendem a velhice como uma etapa da vida – não a associam com doença, entretanto, na esteira da reprodução de conceitos compostos com forte visão biológica, tecnicista, de causa e efeito na relação entre velhice, corpo e sociedade. O autor acredita que a valorização da Antropologia nos cursos de Fisioterapia possibilitaria uma visão mais ampla ao conectar corpo, cultura e a sociedade.

O artigo “O envelhecimento pela ótica conceitual, sociodemográfica e político-educacional: ênfase na experiência piauiense”, de Maria Alencar e Cecília Carvalho (2009) é parte da revisão que ancorou sua dissertação de mestrado em Políticas Públicas. Nele as autoras discutem a “novidade” do envelhecimento populacional do ponto de vista demográfico, a inclusão da pessoa idosa na agenda pública, fazem um breve histórico sobre as UNATIs e nele situam a criação do Programa Terceira Idade em Ação (PTIA) na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Concluem que o PTIA pode ser um elemento que ancore o/a idoso/a, apesar das diversidades, a superar limitações, como idade, condição física e social e morbidade, para que ele/a busque seus desejos e possa superar alguns estereótipos ainda tão arraigados em nossa sociedade.

Na dissertação de mestrado em Língua e Literatura Italiana “O ambiente intergeracional no ensino de italiano LE: o caso do italiano no campus”, Alessandra Fukumoto (2010) levantou a visão de alunos/as e monitores/as sobre os relacionamentos intergeracionais ocorridos no curso de extensão Italiano no Campus/Universidade de São Paulo (USP) que, não sendo um programa intergeracional, comportava em suas turmas alunos/as de 16 a 78 anos. Monitores/as e alunos/as enxergavam a heterogeneidade etária e a convivência intergeracional como algo natural, sendo a separação por faixa etária descartada para 91,8% dos/as alunos/as. Conclui ser importante não olhar para a inclusão do/a “diferente” como tentativa de apagar diferenças – defende a aceitação do outro como ele é, justamente na sua diferença – e sempre questionar quais relações fizeram com que as pessoas idosas passassem a ser vistas de forma negativamente marcada na sociedade ocidental atual.

No campo da Gerontologia, o primeiro trabalho foi a dissertação de mestrado “Programas intergeracionais: um estudo sobre as atividades que aproximam as diversas gerações”, defendida por Cristina Lima (2007). A autora se propôs a investigar formas de interação entre as gerações além do âmbito familiar, mais especificamente, entre 40 sujeitos (15 idosos/as, 7 adultos/as, 6 jovens e 12 crianças) participantes do Programa SESC Gerações, realizado pelo SESC/Campinas. A cooperação ocupou papel central nas análises. Concluiu-se que os Programas Intergeracionais servem como um meio determinante para fomentar a coesão e fortalecer a interdependência positiva das gerações ao estimular as relações intergeracionais saudáveis.

Já o segundo trabalho no campo da Gerontologia foi o artigo “A convivência com pessoas idosas em instituições de ensino superior: a percepção de alunos da graduação e funcionários”, de Meire Cachioni e Luís Aguilar (2008), no qual procuraram identificar a natureza do convívio com pessoas idosas na universidade (se este contato modificou a percepção sobre pessoas idosas). Participaram da pesquisa alunos/as da graduação e funcionárias envolvidas com os programas para os/as idosos/as em três instituições de ensino superior (duas públicas, uma de São Paulo e outra de Santa Catarina, e uma privada, de São Paulo). A amostra contou com 47 alunos/as de graduação (média de 22 anos, 42 mulheres) e seis funcionárias (média de 49 anos, cinco mulheres). Constataram que alunos/as de graduação e funcionárias percebem o convívio como oportunidade para trocas de vivências entre diferentes gerações, possibilidade de rever conceitos e obter ganhos profissionais, além de rever o próprio processo de envelhecimento. Conclui haver troca de saberes entre as gerações.

Esta parte do trabalho dedica-se a promover uma correlação inicial entre os trabalhos selecionados e delineados resumidamente nos parágrafos anteriores, com os elementos que

nortearam a investigação realizada. Para tanto, a discussão será apresentada em termos de sínteses quanto aos locais, aos sujeitos, às perspectivas e objetivos e, por fim, as principais conclusões e/ou resultados apresentados.

Quadro 5 - Síntese dos trabalhos selecionados segundo espaços onde pesquisas foram realizadas

Grande Área	Espaço(s)
Ciências da Saúde	UNATI (UEL e UB).
Ciências Sociais Aplicadas	Ambientes urbanos (Pelotas/RS); Comunidade de Paraisópolis (São Paulo/SP).
Ciências Humanas	UNITI (UFRGS); SESC/SP; UA (Portugal); IES-RJ; UNATI (UEL e UNESP/Marília); UNATI (UNESP/Jaboticabal); Freguesia do Bonfim (Portugal); UNIDI (UFRGS); IES-PR; PTIA (UFPI).
Linguística, Letras e Artes	Italiano no Campus/USP.
Multidisciplinar	SESC/Campinas; IES (SP e SC).

Fonte: Elaboração do autor, 2020.

Quanto aos espaços onde as pesquisas foram realizadas, conforme sintetizado no Quadro 5, a maior parte dos trabalhos (11) buscou observar a intergeracionalidade ocorrida em ambientes universitários. Situar-se no âmbito comunitário três trabalhos (dois da área de Ciências Sociais Aplicadas e um das Ciências Humanas) e outros dois trabalhos no ambiente institucional SESC (um das Ciências Humanas e outro Multidisciplinar).

Dentre os trabalhos realizados e que tiveram como espaço da relação intergeracional o ambiente universitário, sete eram diretamente vinculados a programas ou projetos específicos de inclusão de pessoas idosas nestes espaços. Note-se que esta vinculação foi priorizada justamente porque o espaço onde a presente pesquisa se desenvolve é também um espaço de inclusão de pessoas idosas no ambiente universitário. A seleção de trabalhos não realizados nestes espaços se justifica, como se demonstrará mais adiante, pelos outros recortes.

Quanto à localização geográfica dos espaços investigados nas pesquisas selecionadas, embora às vezes um mesmo trabalho tenha mais de um local de realização, verificou-se que se concentraram na Região Sudeste (sete no Estado de São Paulo e um no Rio de Janeiro) e na Região Sul (três no Paraná, dois no Rio Grande do Sul e um em Santa Catarina), enquanto na Região Nordeste houve apenas um trabalho (no Piauí). Três trabalhos foram realizados ou se estenderam para fora do Brasil (dois em Portugal e um na Espanha). Ou seja, nenhum dos estudos, selecionados na perspectiva perseguida, foi realizado a partir das Regiões Norte e Centro-Oeste, o que, novamente, denota a importância do presente estudo, localizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Quadro 6 - Síntese dos trabalhos selecionados segundo sujeitos e perspectivas e/ou objetivos das pesquisas

Grande Área	Sujeitos	Perspectivas/objetivos
Ciências da Saúde	Pessoas idosas.	Percepção sobre qualidade de vida.
Ciências Sociais Aplicadas	Pessoas idosas e jovens; jovens, profissionais e pessoas idosas.	Convívio intergeracional em ambientes urbanos; importância das trocas intergeracionais.
Ciências Humanas	Mulheres idosas e jovens (parentesco); jovens, pessoas idosas e professores; estudantes universitários; estudantes jovens e idosos, professores e funcionários; pessoas idosas; pessoas idosas e jovens; professor e estudantes jovens; programa Terceira Idade.	Problemática da comunicação, interação e poder; conflito de gerações / cooperação; discriminação etária / atitudes de estudantes; importância da solidariedade intergeracional / bem-estar dos mais velhos; rede de apoio para pessoas mais velhas; troca de conhecimentos e experiências; educação intergeracional como meio para redução de estereótipos e aproximação entre gerações; percepção sobre velhice e corpo; envelhecimento e inserção em políticas públicas.
Linguística, Letras e Artes	Jovens e idosos.	Visão sobre relacionamentos intergeracionais.
Multidisciplinar	Idosos, adultos, jovens e crianças; estudantes e funcionários.	Formas de interação entre gerações / cooperação; natureza do convívio intergeracional / percepção sobre pessoas idosas.

Fonte: Elaboração do autor, 2020.

No que diz respeito aos sujeitos das pesquisas, associados às perspectivas e/ou objetivos, conforme síntese apresentada no Quadro 6, todos os trabalhos tiveram, direta ou indiretamente, foco na intergeracionalidade, seja na perspectiva dos jovens com relação às pessoas idosas (quatro), seja na perspectiva das pessoas idosas quanto às suas experiências e valores (três), sendo a maioria (nove trabalhos) voltados à percepção intergeracional de jovens e de pessoas idosas, concomitantemente, o que coincide com o foco da pesquisa pretendida no presente trabalho. De qualquer forma, as perspectivas e/ou objetivos dos trabalhos, embora dialoguem com o campo que se pretende estudar, são amplamente variáveis, distanciando-se entre si inclusive dentro de uma mesma área do conhecimento.

Enquanto na área da Saúde o trabalho selecionado buscou observar a contribuição de participação na UNATI quanto à significação de qualidade de vida, na percepção de pessoas idosas, o trabalho da área de Linguística, Letras e Artes concentrou-se na visão de pessoas jovens e idosas quanto aos relacionamentos intergeracionais havidos em um curso de línguas. O primeiro se distancia e o segundo tangencia o objeto perseguido pelo presente trabalho.

Na área das Ciências Humanas a preocupação enunciada em um grupo de trabalhos girou entre o conflito de gerações, troca de conhecimentos e experiências e a inserção do envelhecimento em políticas públicas, incluindo os programas intergeracionais. Um segundo grupo de trabalhos ocupou-se mais detidamente na perspectiva de mais velhos ou de mais jovens (rede de apoio para mais velhos, percepção de não idosos sobre velhice e corpo, discriminação etária na perspectiva de jovens estudantes, importância da solidariedade intergeracional para o bem-estar dos mais velhos).

Dois trabalhos das Ciências Humanas destacaram-se pela maior aproximação com a temática do presente estudo: o que defende a educação intergeracional como meio para a redução de estereótipos e aproximação entre gerações (realizado, porém, com jovens e idosos de uma comunidade em Portugal, e não no ambiente universitário) e o que se preocupou com a problemática da comunicação, interação e poder. Este último, embora localizado no ambiente de uma UNATI e dialogado com as reflexões sobre poder em Foucault, centrou-se nas relações interfamiliares e não na relação intergeracional promovida pela UNATI.

Já na área Multidisciplinar (Gerontologia), o trabalho realizado no SESC/Campinas preocupou-se com as formas de interação entre gerações extrafamiliares ali havidas, entretanto tendo como suporte o conceito de cooperação. O outro trabalho desta área, realizado em duas IES, embora tenha focado a natureza do convívio intergeracional, o fez no sentido de captar a eventual mudança de percepção dos adultos jovens sobre as pessoas idosas.

Quadro 7 - Síntese dos trabalhos selecionados segundo resultados e/ou conclusões

Grande Área	Resultados / conclusões
Ciências Humanas	Experiência dos avós como forma legítima de poder; semelhança de interesses e iniciativa dos mais velhos aproxima as gerações e atenua conflito; o pendor discriminatório dos estudantes é superior ao dos gestores; contato intergeracional como benéfico aos universitários, especialmente para os mais velhos; amigos/colegas e equipes considerados como rede de apoio extremamente valiosa; UNATI como espaço saudável para troca de experiências, entretenimento, novas amizades e o convívio intergeracional; o contato entre diferentes gerações é reduzido; há mais estereótipos negativos do que positivos de adultos idosos para jovens e vice-versa; estereótipos resultam em atitudes negativas de uma geração em relação à outra; mudanças tecnológicas contribuiriam para distanciamento entre as gerações; interação entre idosos e jovens envolvendo tecnologias não é muito desenvolvida no país; estudantes de Gerontologia tendem a reproduzir forte visão biológica, tecnicista, de causa e efeito na relação entre velhice, corpo e sociedade; PTIA pode ancorar o idoso a superar limitações e alguns estereótipos.
Ciências da Saúde	Participação em atividades universitárias apontou a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas.

Quadro 7 - Síntese dos trabalhos selecionados segundo resultados e/ou conclusões

Grande Área	Resultados / conclusões
Ciências Sociais Aplicadas	Refuta conflito entre gerações, mas reconhece que a simples coexistência de grupos etários em um espaço não pode ser tomada como indicador de proximidade intergeracional; somos sempre mestres e aprendizes, dependendo das circunstâncias; a experiência seria o espaço “entre” que humaniza.
Linguística, Letras e Artes	Monitores e alunos enxergam a heterogeneidade etária e a convivência intergeracional como algo natural e não desejam a separação; defende a aceitação do outro como ele é, justamente na sua diferença.
Multidisciplinar	Programas intergeracionais fomentam a coesão e fortalecem a interdependência positiva entre gerações; troca de saberes entre gerações faz com que estudantes e funcionários percebem o convívio intergeracional como oportunidade para trocas de vivências, possibilidade obter ganhos profissionais, além de rever conceitos e o próprio processo de envelhecimento.

Fonte: Elaboração do autor, 2020.

Concordando com a diversidade de perspectivas e objetivos, também os resultados e conclusões apresentados foram múltiplos, como se depreende da leitura da síntese apresentada no Quadro 7.

Parece coerente, diante dos objetivos do presente trabalho, destacar a conclusão de um dos trabalhos da área de Ciências Sociais Aplicadas (Arquitetura e Urbanismo) de que a coexistência de grupos etários em um mesmo espaço não indica proximidade intergeracional, mas ajuda a enfraquecer estereótipos (LIBARDONI, 2018). Com efeito, parece otimismo imaginar que o simples compartilhamento de espaços físicos seria suficiente para suportar a diversidade intergeracional e as implicações socioculturais decorrentes desta complexa relação.

Seguindo esta linha de raciocínio, verificou-se nestes estudos que, se o pendor discriminatório dos estudantes, como apontado no trabalho da área de Ciências Humanas (Psicologia) é superior ao dos gestores, a importância do contato intergeracional para rever conceitos, promover novas formas de amizade e convívio intergeracional tem sido apontado como de extrema relevância.

O presente estudo comunga do reconhecimento evidenciado em muitos dos trabalhos selecionados quanto à importância do espaço educacional para as relações intergeracionais. Entretanto, a perspectiva de analisar as relações intergeracionais a partir de sua concretude em um ambiente universitário e na perspectiva dos marcadores sociais da diferença, das relações de poder e da interseccionalidade não foi encontrada em nenhum dos trabalhos analisados e que compõem o “estado da arte”.

Reconhecer o ambiente universitário como um espaço de relações de poder remete, novamente, a Foucault (1988): onde há poder há resistência – e esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder.

No campo educacional, a demanda por políticas e ações está, inclusive, presente nas legislações referentes às pessoas idosas. A Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994), por exemplo, propõe a melhoria das condições de estudo para que os idosos possam aprender com mais facilidade, criando programas específicos, além de educar a população para melhor entender o processo de envelhecimento.

No Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003), estabelece-se que a pessoa idosa tem direito à educação, respeitando a peculiar condição de sua idade; que o Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, havendo cursos especiais para que o mesmo se integre à vida moderna, além de apoiar a criação de **universidade aberta para as pessoas idosas** e publicações de livros e periódicos com conteúdos adequados a esta população. Assim as universidades, enquanto instituições baseadas na indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, têm sua parcela de contribuição a oferecer.

Mas para quais pessoas idosas as universidades estão abertas? Não se trata, neste caso, nem de pessoas idosas do quadro de servidores da universidade, nem das pessoas que ingressam tardiamente na graduação. No caso do presente estudo, a UnAPI/UFMS é um programa de extensão e, neste sentido, seu foco é na relação/inclusão de pessoas idosas da comunidade externa ao meio universitário.

CAPÍTULO 3 - A interseccionalidade no perfil e nos discursos dos sujeitos da pesquisa

O objetivo deste capítulo é promover a discussão sobre as interseccionalidades, tanto a partir do perfil sociológico quanto dos discursos dos sujeitos da pesquisa. A ideia é observar, na perspectiva da intergeracionalidade, como se deu a interação com outros marcadores sociais da diferença, procurando detectar nas manifestações possibilidades de exercício de poder, de interseccionalidade e de agência.

3.1. “Naquilo que é diferente entre as pessoas há uma completude” – Análise do perfil sociológico e dos discursos sobre marcadores sociais da diferença na intergeracionalidade

Este tópico é dedicado à realização de uma leitura interseccional, proporcionada tanto pela análise sociológica do perfil quanto pela análise dos discursos dos sujeitos da pesquisa. Esta pesquisa contou com a participação de 30 sujeitos, sendo 15 estudantes regulares de graduação, com idade cronológica média de 26,27 anos (entre 22 e 39 anos), e 15 pessoas idosas, com idade cronológica média de 68,93 anos (entre 63 e 76 anos).

A caracterização individual dos sujeitos está apresentada no Quadro 8.

Quadro 8 - Caracterização individual dos sujeitos da pesquisa

Estudantes Regulares	Pessoas Idosas
GEOVANA nasceu em Fátima do Sul/MS, tem 22 anos, é solteira e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia branca. Sua religião é católica, sua escolaridade é superior incompleto (Fisioterapia). Bolsista, sua renda pessoal é inferior a 1 salário mínimo e sua renda familiar também inferior a 1 salário mínimo. Participou da disciplina 2019.2 - Saúde do Idoso (Fisioterapia).	DENISE nasceu em Campo Grande/MS, tem 63 anos, é solteira e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia parda. Sua religião é cristã, sua escolaridade é superior incompleto (Graduação de Professores). Aposentada, sua renda pessoal é inferior a 1 salário mínimo e sua renda familiar de 2 a 3 salários mínimos. Participou da disciplina 2018.2 - Tópicos Especiais em Sociologia (Ciências Sociais).
RAFAEL nasceu em Campo Grande/MS, tem 22 anos, é solteiro/a e identifica-se como pessoa não binária, pansexual, da raça/etnia branca. É ateu, sua escolaridade é superior incompleto (Ciências Sociais). Com emprego formal, sua renda pessoal é de 1 a 2 salários mínimos e sua renda familiar é inferior a 1 salário mínimo. Participou das disciplinas 2018.2 - Tópicos Especiais em Sociologia (Ciências Sociais) e 2018.2 - Consultoria, Planejamento Social e Laudos Antropológicos (Ciências Sociais).	INÊS nasceu em Guia Lopes da Laguna/MS, tem 65 anos, é solteira e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia amarela. Sua religião é católica, sua escolaridade é superior incompleto (Técnico em Contabilidade). Aposentada, sua renda pessoal é de 1 a 2 salários mínimos e sua renda familiar também de 1 a 2 salários mínimos. Participou das disciplinas 2015.1 – Bioquímica Médica I (Medicina), 2015.2 - Bioquímica Médica II (Medicina) e 2015.2 - Educação e Religiosidade (Pedagogia).

Quadro 8 - Caracterização individual dos sujeitos da pesquisa

Estudantes Regulares	Pessoas Idosas
RIAN nasceu em Ji-Paraná/RO, tem 22 anos, é solteiro e identifica-se como homem cisgênero, bissexual, da raça/etnia branca. Não possui religião, sua escolaridade é superior incompleto (Educação Física – Licenciatura). Bolsista, sua renda pessoal é inferior a 1 salário mínimo e sua renda familiar também inferior a 1 salário mínimo. Participou da disciplina 2018.2 - Educação Física, Corpo e Cultura (Educação Física).	MILA nasceu em Caetité/BA, tem 65 anos, é solteira e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia branca. Sua religião é católica (atualmente pratica ho'oponopono, originado no Havaí), sua escolaridade é superior incompleto (Pedagogia). Aposentada, sua renda pessoal é de 3 a 5 salários mínimos e sua renda familiar também de 3 a 5 salários mínimos. Participou das disciplinas 2016.1 - Antropologia e Sociologia Jurídicas I (Direito) e 2016.1 - Literatura Brasileira I (Letras).
JULIA nasceu em Campo Grande/MS, tem 23 anos, é solteira e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia preta. Sua religião é católica, sua escolaridade é superior incompleto (Fisioterapia). Sem ocupação e sem renda pessoal, sua renda familiar é de 2 a 3 salários mínimos. Participou da disciplina 2019.2 - Saúde do Idoso (Fisioterapia).	ANGÉLICA não é brasileira de nascimento, tem 66 anos, é casada e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia branca. Sua religião é estudante da bíblia, sua escolaridade é ensino médio completo (Magistério). Aposentada, sua renda pessoal é inferior a 1 salário mínimo e sua renda familiar também inferior a 1 salário mínimo. Participou das disciplinas 2015.1 - Fundamentos da Educação Inclusiva (Pedagogia) e 2015.2 - Nutrição e Envelhecimento (Nutrição).
CAIQUE nasceu em Araçatuba/SP, tem 24 anos, é solteiro e identifica-se como homem cisgênero, bissexual, da raça/etnia parda. Sua religião é cristã, sua escolaridade é mestrado incompleto (Jornalismo). Bolsista, sua renda pessoal é de 1 a 2 salários mínimos e sua renda familiar também de 1 a 2 salários mínimos. Participou da disciplina 2018.2 - Tópicos Especiais em Sociologia (Ciências Sociais).	SOLANGE nasceu em Rio Brilhante/MS, tem 66 anos, é divorciada e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia parda. Sua religião é católica, sua escolaridade é superior completo (Serviço Social). Aposentada, sua renda pessoal é de 3 a 5 salários mínimos e sua renda familiar também de 3 a 5 salários mínimos. Participou da disciplina 2019.1 - Marketing Turístico (Turismo).
FLOR nasceu em Campo Grande/MS, tem 24 anos, é casada e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia parda. Sua religião é evangélica, sua escolaridade é superior completo (Fisioterapia). Com emprego formal, sua renda pessoal é de 1 a 2 salários mínimos e sua renda familiar de 2 a 3 salários mínimos. Participou da disciplina 2018.2 - Saúde do Idoso (Fisioterapia).	CAMILA nasceu em Itabuna/BA, tem 66 anos, é viúva e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia parda. Sua religião é evangélica, sua escolaridade é especialização completa (Letras e Pedagogia). Pensionista, sua renda pessoal é superior a 5 salários mínimos e sua renda familiar também de 3 a 5 salários mínimos. Participou das disciplinas 2015.1 - Políticas Educacionais (Pedagogia), 2015.2 - Metodologia e Redação Científica (Arquitetura e Urbanismo), 2016.1 - Psicologia e Diversidade II (Psicologia) e 2018.2 - Consultoria, Planejamento Social e Laudos Antropológicos (Ciências Sociais).
CLÁUDIO nasceu em Belo Horizonte/MG, tem 24 anos, é solteiro e identifica-se como homem transgênero, bissexual, da raça/etnia branca. Sua religião é umbanda, sua escolaridade é superior incompleto (Fisioterapia). Bolsista e com emprego informal, sua renda pessoal é inferior a 1 salário mínimo e sua renda familiar também inferior a 1 salário mínimo. Participou da disciplina 2015.2 - Saúde do Idoso (Fisioterapia).	FRANCISCA nasceu em Campo Grande/MS, tem 67 anos, é divorciada e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia branca. Sua religião é católica, sua escolaridade é superior incompleto (Pedagogia). Aposentada, sua renda pessoal é de 3 a 5 salários mínimos e sua renda familiar também de 3 a 5 salários mínimos. Participou das disciplinas 2015.1 - Aspectos Psicossociais do Trabalho I (Psicologia), 2015.1 - Fundamentos da Educação Inclusiva (Pedagogia), 2015.2 - Nutrição e Envelhecimento (Nutrição), 2015.2 - Psicologia e Trabalho (Psicologia), 2016.1 - História da Educação (Pedagogia) e 2016.1 - Psicologia e Diversidade II (Psicologia).

Quadro 8 - Caracterização individual dos sujeitos da pesquisa

Estudantes Regulares	Pessoas Idosas
ESTEVÃO nasceu em Campo Grande/MS, tem 25 anos, é solteiro e identifica-se como homem cisgênero, heterossexual, da raça/etnia parda. Sua religião é cristã-batista, sua escolaridade é superior completo (Ciências Sociais). Com emprego formal, sua renda pessoal é de 1 a 2 salários mínimos e sua renda familiar de 2 a 3 salários mínimos. Participou da disciplina 2015.2 - Ciências Sociais e Turismo (Ciências Sociais).	NÉLIA nasceu em São Paulo/SP, tem 69 anos, é viúva e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia branca. Sua religião é católica, sua escolaridade é superior completo (Farmácia Bioquímica). Aposentada e pensionista, sua renda pessoal é de 3 a 5 salários mínimos e sua renda familiar também de 3 a 5 salários mínimos. Participou da disciplina 2019.2 - Saúde do Idoso (Fisioterapia).
LEILA nasceu em Campo Grande/MS, tem 25 anos, é solteira e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia branca. Sua religião é cristã, sua escolaridade é mestrado completo (Biologia Vegetal). Com emprego formal, sua renda pessoal é de 1 a 2 salários mínimos e sua renda familiar de 2 a 3 salários mínimos. Participou da disciplina 2015.2 - Parasitologia Humana (Biologia).	ZOÉ nasceu em Jaraguari/MS, tem 69 anos, é divorciada e identifica-se como “mulher etero”, heterossexual, da raça/etnia parda. Sua religião é cristã, sua escolaridade é superior incompleto (Designer de Interior). Aposentada, sua renda pessoal é de 2 a 3 salários mínimos e sua renda familiar também de 2 a 3 salários mínimos. Participou das disciplinas 2015.1 - Fundamentos da Cultura e Cultura Brasileira I (Artes Visuais), 2015.2 - Ciências Sociais e Turismo (Ciências Sociais) e 2015.2 - Saúde do Idoso (Fisioterapia).
JACYARA nasceu em Campo Grande/MS, tem 26 anos, é solteira e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia parda. Sua religião é católica, sua escolaridade é superior incompleto (Fisioterapia). Com emprego informal, não possui renda pessoal e sua renda familiar é de 1 a 2 salários mínimos. Participou da disciplina 2018.2 - Saúde do Idoso (Fisioterapia).	ARY nasceu em Olímpia/SP, tem 69 anos, é divorciado e identifica-se como homem cisgênero, heterossexual, da raça/etnia amarela. Sua religião é católica, sua escolaridade é superior completo (Administração de Empresas). Aposentado, sua renda pessoal é de 1 a 2 salários mínimos e sua renda familiar também de 1 a 2 salários mínimos. Participou da disciplina 2019.1 - Gestão de Pessoas II (Administração).
SARAH nasceu em Campo Grande/MS, tem 27 anos, é solteira e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia preta. Sua religião é espírita, sua escolaridade é superior incompleto (Letras). Autônoma, não possui renda pessoal e sua renda familiar é inferior a 1 salário mínimo. Participou da disciplina 2016.1 - Literatura Brasileira I (Letras).	EMMA nasceu em Campo Grande/MS, tem 71 anos, é casada e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia branca. Sua religião é católica, sua escolaridade é superior incompleto (Farmácia Bioquímica). Aposentada, sua renda pessoal é de 3 a 5 salários mínimos e sua renda familiar de 2 a 3 salários mínimos. Participou das disciplinas 2015.1 - Introdução à Fisioterapia (Fisioterapia), 2015.2 - Saúde do Idoso (Fisioterapia), 2018.2 - Bioquímica II (Medicina) e 2018.2 - Produção Agroecológica de Alimentos (Nutrição).
ANSELMO nasceu em Inocência/MS, tem 28 anos, é solteiro e identifica-se como homem cisgênero, homossexual, da raça/etnia parda. Não possui religião, sua escolaridade é superior incompleto (Geografia). Bolsista, sua renda pessoal é inferior a 1 salário mínimo e sua renda familiar de 1 a 2 salários mínimos. Participou das disciplinas 2015.1 - Desenho e Representação I (Arquitetura e Urbanismo) e 2016.1 - Metodologia e Redação Científica (Arquitetura e Urbanismo).	FERNANDA nasceu em Ponta Porã/MS, tem 73 anos, é divorciada e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia branca. Sua religião é católica, sua escolaridade é superior completo (Direito). Aposentada, sua renda pessoal é superior a 5 salários mínimos e sua renda familiar também superior a 5 salários mínimos. Participou das disciplinas 2015.1 - Bioquímica Médica I (Medicina), 2015.2 - Bioquímica Médica II (Medicina), 2016.1 - Biologia Reprodutiva de Angiospermas (Biologia) e 2016.2 - Parasitologia Humana (Biologia).

Quadro 8 - Caracterização individual dos sujeitos da pesquisa

Estudantes Regulares	Pessoas Idosas
TELMA nasceu em Campo Grande/MS, tem 29 anos, é casada e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia branca. Sua religião é católica, sua escolaridade é especialização completa (Psicologia - Saúde Mental). Com emprego formal, sua renda pessoal é de 2 a 3 salários mínimos e sua renda familiar de 3 a 5 salários mínimos. Participou da disciplina 2015.2 - Psicologia e Trabalho (Psicologia).	DIVA nasceu em Bela Vista/MS, tem 73 anos, é divorciada e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia branca. Sua religião é cristã, sua escolaridade é ensino médio completo (Científico). Aposentada, sua renda pessoal é inferior a 1 salário mínimo e sua renda familiar também inferior a 1 salário mínimo. Participou das disciplinas 2015.1 - Alimentos Funcionais (Nutrição) e 2015.1 - Teoria Política 1 (Ciências Sociais).
JOICE nasceu em Aracaju/SE, tem 34 anos, é casada e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia preta. Sua religião é católica, sua escolaridade é especialização completa (Ciências Jurídicas/Direito). Com emprego formal, sua renda pessoal é superior a 5 salários mínimos e sua renda familiar também superior a 5 salários mínimos. Participou da disciplina 2019.2 - Metodologia do Ensino das Danças (Educação Física).	NÁDIA nasceu em Sales Oliveira/SP, tem 76 anos, é casada e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia branca. Sua religião é católica, sua escolaridade é mestrado completo (Educação). Aposentada, sua renda pessoal é superior a 5 salários mínimos e sua renda familiar também superior a 5 salários mínimos. Participou das disciplinas 2015.1 - Antropologia da Alimentação (Nutrição), 2015.1 - História da Música I (Música), 2015.2 - Interações Medicamentosas (Farmácia) e 2016.1 - Infectologia e suas interfaces (Medicina).
SUZANA nasceu em Campo Grande/MS, tem 39 anos, é casada e identifica-se como mulher cisgênero, heterossexual, da raça/etnia preta. Sua religião é evangélica, sua escolaridade é superior completo (Fisioterapia). Com emprego informal, sua renda pessoal é de 1 a 2 salários mínimos e sua renda familiar também de 1 a 2 salários mínimos. Participou da disciplina 2015.2 - Saúde do Idoso (Fisioterapia).	EZIO nasceu em Paulópolis/SP, tem 76 anos, é casado e identifica-se como homem cisgênero, heterossexual, da raça/etnia amarela. Sua religião é católica, sua escolaridade é superior incompleto (Economia). Aposentado, sua renda pessoal é inferior a 1 salário mínimo e sua renda familiar de 2 a 3 salários mínimos. Participou das disciplinas 2015.1 - Desenho e Representação I (Arquitetura e Urbanismo), 2015.1 - Introdução à Fisioterapia (Fisioterapia), 2016.2 - Educação Física, Corpo e Cultura (Educação Física), 2018.2 - Produção Agroecológica de Alimentos (Nutrição) e 2019.2 - Saúde do Idoso (Fisioterapia).

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

A partir das informações fornecidas pelos sujeitos no preenchimento do questionário estruturado, para permitir uma análise sociológica e das interseccionalidades presentes em seus perfis, foram realizados entrecruzamentos de dados em termos de identidade de gênero, raça/etnia, orientação sexual, religião, estado civil, ocupação, nível de escolarização e classe social (renda).

As análises de perfil sociológico serão acompanhadas, sempre que possível contrastivamente, à análise dos discursos dos sujeitos com relação aos marcadores sociais da diferença, na medida em que tenham sido mobilizados na construção de suas narrativas. Os discursos serão apresentados em enunciados que envolvem interseccionalmente as ideias de raça/etnia, religião/cultura, gênero/sexualidade, classe social/trabalho, nível de escolarização e geração/família. Destaque-se que os marcadores sociais da diferença foram informados pelos

próprios sujeitos e compõem os seus perfis, enquanto a interseccionalidade, tanto dos perfis quanto dos discursos, é um tratamento metodológico desta pesquisa.

Nas Tabelas 1 e 2 são apresentadas a distribuição dos sujeitos segundo a identidade de gênero e raça/etnia.

Tabela 1 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo identidade de gênero e raça/etnia

Identidade de Gênero	Branco/a		Pardo/a		Preto/a		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Homem cisgênero	1	6,67%	3	20,00%	0	0,00%	4	26,67%
Mulher cisgênero	3	20,00%	2	13,33%	4	26,67%	9	60,00%
Homem transgênero	1	6,67%	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%
Pessoa não binária	1	6,67%	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%
TOTAIS	6	40,00%	5	33,33%	4	26,67%	15	100,00%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Tabela 2 - Distribuição das PESSOAS IDOSAS, segundo identidade de gênero e raça/etnia

Identidade de Gênero	Branco/a		Pardo/a		Amarelo/a		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Homem cisgênero	0	0,00%	0	0,00%	2	13,33%	2	13,33%
Mulher cisgênero	8	53,33%	4	26,67%	1	6,67%	13	86,67%
TOTAIS	8	53,33%	4	26,67%	3	20,00%	15	100,00%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Somente entre os estudantes regulares encontram-se pessoas pretas, com 26,67% do total (Tabela 1), sendo todas mulheres cisgênero. Somando-se pessoas pretas e pardas dentre os estudantes este percentual sobe para 60%, contra 40% de pessoas brancas. Em que pese a perspectiva apresentada, dentre outros, por Eugênia Marques (2018, p. 5), de que “os jovens negros se evadem ou são reprovados no ensino médio e não são inseridos na educação superior na mesma proporção que os brancos”, o recorte em análise, ao comportar mais pessoas pretas e pardas, faz pensar que essa alteração possa ser relacionada, sobretudo, com a Lei de Cotas (BRASIL, 2012), enquanto ação afirmativa utilizada em todas universidades federais brasileiras para garantir uma entrada menos desigual.

Com efeito, de acordo com a pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” (IBGE, 2019), em 2018, pela primeira vez, o número de matrículas de estudantes pretos e pardos nas universidades e faculdades públicas no Brasil ultrapassou o número de brancos, totalizando 50,3% dos estudantes do ensino superior da rede pública. Em que pese a ainda sub-representação desta população (que já correspondia a 55,8% da população brasileira naquele ano), a situação tem sido objeto de contestação por parte dos parlamentares de espectro mais

conservador, até porque a própria Lei de Cotas (BRASIL, 2012) previu, em seu artigo 7º, que no prazo de 10 anos seria promovida a revisão do Programa. Em outras palavras, não há garantia de que o equilíbrio seja mantido.

Conforme apresentado na Tabela 2, a maioria das pessoas idosas se declararam brancas, com 53,33%, contra 20% de amarelas e 26,67% de pardas que, *lato sensu*, têm sido associadas conjuntamente às pessoas pretas. Sobre este aspecto, há que se considerar que o acesso à UnAPI/UFMS, ao menos até a realização do presente estudo, tem sido facultado exclusivamente a pessoas idosas com, pelo menos, ensino médio completo e, neste sentido, não se pode desconsiderar que na Região Centro-Oeste (IBGE, 2010) a maioria da população idosa (81,4%) tem apenas o ensino fundamental. Neste sentido, pode-se considerar que um maior nível de escolarização das pessoas idosas possui relação com os estudos relacionados ao nível de escolarização cruzados com raça/etnia, o que resultou na participação majoritária de pessoas brancas, no âmbito do presente estudo, com acesso ao Programa, em detrimento das demais raças/etnias.

Assim, pensando sobre esta realidade, não é difícil considerar que a maior participação percentual de pessoas pardas e pretas dentre os estudantes regulares (pessoas jovens) do que entre as pessoas idosas seja um reflexo diretamente relacionado à adoção, pelo Estado, de ações afirmativas, inexistentes à época da formação das pessoas idosas.

Com relação aos discursos, a questão raça/etnia foi diferentemente mobilizada nas narrativas dos estudantes regulares e das pessoas idosas. Dentre os estudantes regulares o recorte raça/etnia aparece verbalizado em termos de “branquitude/negritude”, articulada à ideia de classe social (renda):

Certamente um jovem... pra um jovem vindo de classe alta, classe média-alta, sobretudo sendo branco, né, é um período em que a sociedade espera que ele se forme, é um período que ele se apresenta para a sociedade enquanto alguém que possa colaborar com a sociedade, né, onde o seu conhecimento... ele adquire um conhecimento e ao mesmo tempo esse conhecimento colabora com a sociedade. Eu acho que pra juventude pobre, pra juventude sobretudo negra, é o momento que se começa a trabalhar, né? Então é a nossa inauguração no mundo do trabalho (Anselmo, 28).

Observa-se que a construção narrativa formulada por Anselmo, ao discorrer sobre sua compreensão acerca da juventude e articular o recorte racial/étnico à questão de classe, vai ao encontro da proposição formulada por Luís Groppo (2004, p. 12):

Isto significa que, na análise social e histórica, é preciso correlacionar a juventude com outras categorias sociais, como classe social, nacionalidade, região, etnia, gênero, religião, condição urbana ou rural, momento histórico, grau de “desenvolvimento” econômico etc. Assim, ao analisar as juventudes

concretas, é preciso fazer o cruzamento da juventude – como categoria social – com outras categorias sociais e condicionantes históricos. O que história e a análise sociológica demonstram é que, o que existe efetivamente, são grupos juvenis múltiplos e diversos, não uma única juventude concreta.

A estas reflexões, parece-nos oportuno acrescentar as ponderações de Olívia Cunha (2002), quando discute os riscos de a “raciologia”, ao se desvencilhar da retórica científica, vir sendo capaz de contaminar mídia e discursos:

Revela-se através da (*sic*) uma linguagem quase redentora, voltada para formas de consumo especialmente dirigidas a corpos e culturas. Gilroy mostra-se extremamente crítico das retóricas multiculturalistas e anti-racistas, justamente por permanecerem enredadas em um continuado discurso de essencialização da diferença (CUNHA, 2002, p. 157).

Estas ponderações nos provocam a refletir sobre dois aspectos. Primeiro, que não se deve essencializar ou romantizar a diferença, no caso em questão de viés étnico/racial, enquanto marcador social que apenas reduziria ou colocaria, desde sempre, os sujeitos na condição de uma subalternidade insuperável. Em contraponto, também permite pensar que a adesão ao apaniguado discurso formulado pela “raciologia” e pelo “anti-racismo”, enquanto retórica multiculturalista, igualmente revela-se inadequado, uma vez que não rompe com a essencialização da diferença dos corpos racializados.

Ainda sobre a questão raça/etnia, é, pelo menos, curioso observar que no presente estudo não se obteve a participação de nenhum sujeito que se declarasse indígena, apesar de Mato Grosso do Sul comportar, segundo o IBGE (2012), a segunda maior população indígena do país. Por outro lado, verificou-se que pelo menos uma pessoa idosa, que se declarou “amarela”, ou seja, de origem oriental, ao discorrer sobre a velhice, abordou a forma como, na sua concepção, indígenas e orientais (“amarelos”), se relacionariam com a velhice:

Primeiro, o idoso ele acha que ele tem que ser respeitado. Deveria. Não é que acha ou não. Eu acho que ele deveria ser respeitado. Porque, pô, os índios consideram os idosos sábios, conselheiros, coloca o idoso lá em cima, o cacique, o conselho dos índios... os orientais a mesma coisa. Não esqueça que eu venho de um berço oriental, tá? No Japão o idoso ele é muito respeitado (Ary, 69).

As ideias presentes nesta formulação discursiva de Ary colocam em relevo, pelo menos, duas questões. A primeira delas é um certo grau de romantismo que postula uma concepção genérica e abstrata das populações indígenas – aquela formulada pelos não-indígenas. Sob este viés, a narrativa comunga da ideia de que toda e qualquer população indígena, no interior de seus agrupamentos humanos, se relacionaria de maneira homogênea (e “respeitosa”) com as pessoas que envelhecem. Entretanto, assim como não há nada que nos permita definir

genericamente “um idoso”, também não o há para definir o que é ser “um índio”, de forma igualmente genérica, conforme lembram Anna Silva e Paulo Silva Junior (2007, p. 34341):

Ainda que haja necessidades constantes em idades avançadas, como há em todas as faixas de idade, deve-se ter em consideração as diferenças internas de cada grupo e as diferenças entre grupos. Assim, refletir sobre idosos indígenas, idosas viúvas, idosos homossexuais, idosos deficientes, idosos imigrantes, pode revelar demandas, competências e vulnerabilidades peculiares, além de permitir uma relativização – e mesmo desnaturalização – da velhice.

Por seu turno Minayo (2003), ao citar um estudo sobre etnias e sociedades africanas, traz reflexões e ponderações que, além de contrapor aquele caráter idílico, demonstra exatamente o contrário, ou seja, a intenção de aniquilamento das pessoas que envelhecem:

Em um estudo sobre diferentes etnias africanas Riffiotis (2000) demonstra como, nessas tribos onde impera uma rígida divisão de funções etárias, essa intenção de aniquilamento político dos velhos é ritualizada, pois em uma determinada fase da vida, eles são levados para morrerem, em cavernas distantes dos seus povoados (MINAYO, 2003, p. 784).

Debrucemo-nos, agora, no segundo aspecto presente na formulação discursiva de Ary, de que as pessoas idosas, assim como ocorreria dentre as populações indígenas (e como vimos não necessariamente ocorre), seriam valorizadas ou, sendo mais fiéis aos termos por ele empregados, “respeitadas” (o discurso de “respeito” será discutido mais adiante) pelas populações orientais, mais especificamente, japonesas.

Sobre este segundo aspecto cabe ressaltar que há distinções geográficas, históricas, políticas, econômicas, culturais e sociais que tornam impossível conformar genericamente como “orientais” toda essa gama de diversidades pelas quais se distinguem as populações aludidas. Pode-se dizer o mesmo com relação a uma ideia homogeneizadora da sociedade japonesa (que comporta várias especificidades e distinções, como por exemplo, entre *okinawanos* e *nikkeis*). Ainda que se considerasse, nesse caldeirão de efervescente diversidade, eventuais práticas culturais que, em alguma medida, fossem relativamente comuns, oriundas de princípios religiosos e do culto aos antepassados, por exemplo, o que alguns pesquisadores sobre a temática verificaram é que o desenvolvimento capitalista ocorrido no Japão no período pós-guerra alterou a concepção que se tinha sobre a pessoa idosa e a forma como, ao menos parte daquela sociedade, vinha se relacionando com as pessoas que envelhecem, conforme Madoka Hayashi (2009, p. 54):

Segundo Kubota (2004), a imagem do idoso foi alterada pelo desenvolvimento industrial enquanto “fraco” [jyakusha 弱者], “deficiente” [shougai ga aru mono 障害がある者], e ainda mais como “incapacitado” [muno 無能], “ineficiente” [kouritu no waru 効率の悪い] e “praga da nação” [kokka no

yakkai mono 国家の厄介者] no sistema econômico capitalista. Além disso, o idoso no âmbito familiar passa a ser visto como um fraco por ter baixa capacidade de produção.

Outro dado relevante nas Tabelas 1 e 2 diz respeito à cisgeneridade¹⁶. Todas as pessoas idosas se declaram cisgênero e, dentre os estudantes, somente pessoas brancas declararam não se conformar à constituição identitária hegemônica cisgênero. O que já demonstra que duas intersecções se fazem presentes no grupo em questão: gênero com geração e gênero com raça/etnia. Sobre este último, vale destacar o apontamento de Sofia Favero (2019, p. 177):

Todavia, esse lugar fronteiro do qual falamos não deve ser compreendido como sinônimo de local isolado, uma vez que a cisgeneridade está articulada com a branquitude e a heteronormatividade, bem como de outros marcadores sociais, sexuais, de classe, raça e etnia, na produção da diferença.

Verifica-se na Tabela 2 que a maioria das pessoas idosas matriculadas e participantes desta pesquisa foi composta por mulheres cisgênero (86,67%), acompanhando a perspectiva de que o envelhecimento é também uma questão de gênero, enquanto marcador social da diferença que se faz presente nestes processos, como já pontuou Camarano, Solange Kanso e Juliana Mello (2004, p. 29): “Considerando a população idosa como um todo, observa-se que 55% dela são formados por mulheres”.

Sem desconsiderar a questão numérica censitária, merece registro que há críticas acerca da aludida oposição binária, focada nas diferenças entre homens e mulheres que alcançam este momento da vida, e que busca saber quais, dentre ambos, se adaptariam melhor à velhice. Esta vertente remeteria a uma suposta condição de mulher universal, na esteira da também hipotética universalidade na condição da velhice que teria fundado o campo da gerontologia. Não obstante, Carlos Henning e Debert (2015, p. 13) apontam que:

Os anos de 1970 assistiram a uma revisão desse pressuposto. As diferenças de classe social, de etnicidade e de gênero dariam à experiência de envelhecimento, em uma mesma sociedade, conteúdos distintos que mereceriam investigação. Como afirmado anteriormente, a hipótese da diversidade é um convite a uma série de pesquisas preocupadas com a elaboração de medidores sofisticados e com a definição de instrumentos capazes de avaliar a qualidade de vida na velhice. Entretanto, a perspectiva que tem orientado a maioria desses trabalhos é a de que grupos sociais distintos se adaptam diferencialmente à experiência comum de envelhecimento e a tarefa então passa a ser a de propor explicações para as diferenças constatadas.

¹⁶ “Cisgênero poderia ser, portanto, quem não transiciona entre os gêneros, ou, dito de um modo simples, poderia ser também aquele que se identifica com o gênero designado ao nascer” (FAVERO, 2019, p. 176).

Nesta perspectiva podemos incluir, a título de exemplo, a pesquisa conduzida por Duarte (2021), que se concentrou especificamente em analisar as experiências de envelhecimento de mulheres que, desafiando o senso comum, participaram de disciplinas de graduação por meio da Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI/UFMS:

Cada marcador social da diferença que ajuda a compor as experiências das interlocutoras, pode fazer com que chegue na terceira idade de formas diferentes. Sendo assim, não há homogeneidade nos processos de envelhecimento investigados. Entendemos, para tanto, o uso da interseccionalidade como ruptura à análise monolítica do processo de envelhecimento (DUARTE, 2021, p. 30).

Se, por um lado, alguns estudos como este citado, especialmente aqueles que fazem uso da interseccionalidade, têm sido capazes de construir outras narrativas que buscam romper com a concepção binária na questão de gênero (mas também de outros marcadores sociais da diferença), não é raro se deparar, no cotidiano das vidas vividas, com enunciados e narrativas que ainda se ancoram, mesmo que irrefletidamente, em algum tipo de binarismo:

Eles sentavam na frente, mas tinha o senhor que sentava lá no fundo, ele era quietão, do fundão. É, sentava lá no fundo, ele fazia as coisas dele... mas elas geralmente sentavam lá na frente, conversavam. Acho que, pelo fato de serem mulheres, terem mais habilidades pra conversar. Ele era muito fechado. Então elas já conversavam (Caique, 24).

O que este enunciado de Caique nos apresenta? Que algumas pessoas idosas são mais reservadas e outras mais falantes. Por quais motivos? Para este interlocutor, pelo simples fato de serem mulheres, elas teriam mais habilidades para conversar do que o homem. Este binarismo pode ser associado a uma espécie de “naturalização” das diferenças de gênero, contrariando uma diversidade de estudos, inclusive os já aqui citados.

Na sequência a Tabela 3 apresenta a distribuição dos estudantes regulares, segundo a identidade de gênero e orientação sexual. Todas as pessoas idosas, além de se declararem cisgênero, igualmente se declaram heterossexuais.

Tabela 3 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo identidade de gênero e orientação sexual

Identidade de Gênero	Heterossexual		Homossexual		Bissexual		Pansexual		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Homem cisgênero	1	6,67%	1	6,67%	2	13,33%	0	0,00%	4	26,67%
Mulher cisgênero	9	60,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	9	60,00%
Homem transgênero	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%	0	0,00%	1	6,67%
Pessoa não binária	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%	1	6,67%
TOTAIS	10	66,67%	1	6,67%	3	20,00%	1	6,67%	15	100,00%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Ainda que, de acordo com os dados apresentados na Tabela 3, a heterossexualidade esteja presente na maioria dos estudantes (66,67%), chama a atenção o fato de todas as mulheres se definirem como cisgênero e heterossexuais, enquanto apenas homens cisgêneros apresentam diversidade na orientação sexual (6,67% heterossexuais, 6,67% bissexuais e 13,33% homossexuais). Sobre este aspecto vale destacar o entendimento de Guilherme Passamani *et al.* (2020, p. 63): “As pessoas cis, ainda que não se identifiquem como heterossexuais, conseguem, potencialmente, de forma menos complicada, passar por heterossexuais e garantir um trânsito mais tranquilo pelo espaço público, claramente, LGBTfóbico”.

É importante observar que a heterossexualidade, também, não se fez presente entre aqueles que “escaparam” à cisgeneridade: a pessoa não-binária se define como pansexual e o homem transgênero se define como bissexual. Sobre este aspecto, é importante destacar a distinção entre identidade de gênero e orientação sexual, pois segundo Romeu Gomes *et al.* (2018, p. 1998), “identidades como travesti e transexual não remetem a orientações sexuais, uma vez que pessoas trans podem ter seu desejo sexual voltado para pessoas do mesmo sexo, do outro sexo ou mesmo para outras pessoas trans”. E se nos propusermos a pensar sobre a bissexualidade? Deparamo-nos com a perspectiva de que esta orientação sexual tem sido questionada e até desqualificada:

Segundo alguns teóricos, a bissexualidade é alvo de certa desconfiança e as acusações de “não existência”, de ser uma “fase de dúvida” e “confusão”, porque, justamente, borraria a dicotomia hetero/homo, alguns dos binarismos que organizariam a norma social (PASSAMANI *et al.*, 2020, p. 63).

É interessante destacar, assim, que até mesmo teóricos que se debruçam sobre o tema da orientação sexual ou da identidade de gênero, podem se “deixar contaminar” pelos – ou se “render” aos – discursos binaristas. Entretanto, a diversidade das orientações sexuais não se restringe à dicotomia hetero/homo; pelo contrário, se espraia no mundo vivido, atravessa diferentemente os sujeitos em seus processos de subjetivação e, também, interfere nas formas como estes sujeitos podem ser lidos, social e cientificamente.

A Tabela 4 apresenta a distribuição dos estudantes regulares, segundo a religião e orientação sexual. 100% das pessoas idosas se declaram heterossexuais e de matriz cristã (católica, cristã, evangélica ou espírita), havendo diversidade apenas entre os estudantes.

Tabela 4 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo religião e orientação sexual

Religião	Heterossexual		Homossexual		Bissexual		Pansexual		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Católica	5	33,33%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	5	33,33%
Cristã	2	13,33%	0	0,00%	1	6,67%	0	0,00%	3	20,00%
Evangélica	2	13,33%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	13,33%
Espírita	1	6,67%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%
Umbanda	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%	0	0,00%	1	6,67%
Nenhuma	0	0,00%	1	6,67%	1	6,67%	0	0,00%	2	13,33%
Ateu	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%	1	6,67%
TOTAIS	10	66,67%	1	6,67%	3	20,00%	1	6,67%	15	100,00%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

A intersecção religião com orientação sexual dentre os estudantes, apresentados na Tabela 4, demonstra que os sujeitos que escapam à heteronormatividade são cristãos, umbandistas, não professam nenhuma religião ou são ateus (um indivíduo cada). Sem pretender fazer uma distinção entre as expressões de religiosidade ou, menos ainda, classificá-las e ordená-las em algum tipo de valor em si, admite-se que as religiões “tiveram e ainda têm importante papel na formação do comportamento do ser humano, inclusive sobre o sexual”, conforme Alisson Duarte (2017, p. 82), corroborando a afirmação de Foucault (1988) de que o discurso cristão a respeito da sexualidade exerce grande influência sobre as práticas e representações de cristãos ocidentais.

As Tabelas 5 e 6, a seguir, apresentam os dados relativos à intersecção religião x estado civil.

Tabela 5 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo religião e estado civil

Religião	Solteiro/a		Casado/a		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Católica	3	20,00%	2	13,33%	5	33,33%
Cristã	3	20,00%	0	0,00%	3	20,00%
Evangélica	0	0,00%	2	13,33%	2	13,33%
Nenhuma	2	13,33%	0	0,00%	2	13,33%
Espírita	1	6,67%	0	0,00%	1	6,67%
Umbanda	1	6,67%	0	0,00%	1	6,67%
Ateu	1	6,67%	0	0,00%	1	6,67%
TOTAIS	11	73,33%	4	26,67%	15	100,00%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Tabela 6 - Distribuição das PESSOAS IDOSAS, segundo religião e estado civil

Religião	Solteiro/a		Casado/a		Divorciado/a		Viúvo/a		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Católica	2	13,33%	3	20,00%	4	26,67%	1	6,67%	10	66,67%
Cristã	1	6,67%	1	6,67%	2	13,33%	0	0,00%	4	26,67%
Evangélica	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%	1	6,67%
TOTAIS	3	20,00%	4	26,67%	6	40,00%	2	13,33%	15	100,00%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Dentre os estudantes regulares (Tabela 5), a maioria é solteira (73,33%), sendo casadas apenas aquelas de matriz cristã (católicas ou evangélicas). Um dado curioso relativo às pessoas idosas (Tabela 6) é que, embora sejam todas de matriz cristã (católicas, cristãs ou evangélicas), 40% são divorciadas. Não se dispõe de informações acerca da época de adesão às religiosidades destas mulheres (se antes ou após o divórcio), mas é de se supor que, em sendo vinculadas a uma corrente religiosa cristã, o sacramento não tenha sido um imperativo que as tornassem reféns de seus casamentos, cada qual por seus motivos próprios e particulares. Ao discorrer sobre a influência do cristianismo no conceito de casamento e de vida privada, Paula Dias (2004, p. 117) destaca que:

O divórcio permaneceria o grande traço de divisão entre as duas instituições, entre a Igreja, o Estado e respectivas leis. A Igreja reconhece com facilidade a diferença entre o contrato, de natureza civil e que não lhe dizia respeito, e o sacramento cristão. Ela dá a sua benção, e torna sagrado o contrato no caso de os noivos serem cristãos, ou seja, acrescenta algo à sua natureza de contrato natural e civil. Mas, se o divórcio é possível para a união civil, a Igreja considera indissolúvel o laço sacramentado.

Sobre este aspecto, ainda, vale destacar o papel desempenhado pelo dispositivo¹⁷ de aliança que, para Foucault (1988, p. 100), seria um “sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens”. Foucault (1988) defende que, devido aos processos econômicos e a forma política não encontrarem nele um suporte suficiente, o dispositivo de sexualidade foi edificado e passou a superpor o dispositivo de aliança.

Não obstante, é interessante verificar que a forma como cada sujeito se posiciona e lida com estes dois dispositivos não é homogênea. Dentre as pessoas idosas deparamo-nos com

¹⁷ Desenvolvido por Foucault em História da sexualidade I: a vontade de saber, o conceito de dispositivo, enquanto ferramenta analítica, é explicado pelo próprio autor como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 1998, p. 244).

narrativa que, ainda que articulando questões de geração, de gênero, de estado civil e de sexualidade, tenciona estes dispositivos:

Então, foi muito engraçado. E também foi engraçado no começo que nós fizemos a entrevista e nos apresentamos. E aí, um monte de velha lá né, tudo... Várias idades né. Eu acho que sou uma das entre as mais velhas. Aí o pessoal “Quem é casada, viúva, separada?”. Aí perguntando o quê que queria da vida né? Aí ele falou assim “Quem tem marido?”, ninguém tinha marido. Ou era viúva ou era separada. “E quem namora?” e eu falei assim “Eu quero arrumar um namorado que faz sexo! Eu quero um namorado que faz sexo! Sem sexo eu não quero!”. Todo mundo olhou pra mim, principalmente os dois ou três homens que tavam lá, falou “Putá, a véia tá que tá, né”. Então foi muito interessante. Assim, tinha momentos hilários, sabe? Que eu chegava e falava, o pessoal é muito... Eu acho o pessoal idoso muito retraído (Nélia, 69).

Esta narrativa de Nélia remete a uma situação ocorrida em um espaço intergeracional, do qual participavam pessoas jovens, adultas e idosas, e que comportava a presença de homens e de mulheres. O que esta parte da situação relatada por Nélia nos provoca a pensar? De imediato, questionar como as pessoas (jovens, adultas e idosas) pensam que é, ou que poderia ser, ou que deveria ser, a sexualidade de quem envelhece, e que seriam motivadoras do espanto, segundo Juliana Fernandes *et al.* (2015, p. 25):

A vivência da sexualidade na velhice ainda é considerada uma complexa realidade. De início, os sujeitos que possuem e vivem a sexualidade explicitamente e frequentemente, ainda são considerados seres profanos. Se este sujeito for idoso, potencializa o nível da discriminação pelo simples fato de que, culturalmente, a velhice está atrelada à pureza, à desertização, a impotência e à assexualidade.

Ainda pensando sobre a sexualidade na velhice, mesmo que consideremos a narrativa de Nélia como potente, é forçoso reconhecer que isto não é ponto pacífico. Corroborando esta perspectiva já apresentada por Fernandes *et al.* (2015), Debert e Mauro Brigueiro (2012), consideram que seria próprio das sociedades, como a nossa, a tendência de reprimir a sexualidade na velhice, bem como o entendimento de que esta repressão seria exercida não apenas pelos mais jovens, mas também por parte das próprias pessoas idosas, o que nos remete ao surgimento do “mito da velhice assexuada”. O que o campo nos oferece para a reflexão é que pode haver adesão das próprias pessoas idosas ao “mito da velhice assexuada”, conforme foi verbalizado por uma das nossas interlocutoras:

As meninas levaram uma... alguém da Secretaria de Saúde, da parte de saúde, pra falar de preservativo, essas coisas, né? Eu falei “ué, por que pra nós? Vocês tem que falar isso pra, né, só pros homens, pras mulher não, né, por que pra nós?” Aí elas (risos) “não, mas tem que ser pra todo mundo, patati, patatá” (risos). Falei “eu não quero aprender isso não, eu nem olho mais pra isso aí” (gargalhadas), aí eu falei “ó, fui!” (Risos). Aí eu saí. Eu não sei o que que as acadêmicas falou assim “essa dona aí é doida, só pode” (risos). Elas assim

“não, tem que ser, faz parte”, aí eu falei “ah, não, chama só os veinho, então, fala só pros veinho” (gargalhadas) (Solange, 66).

Ainda que não tenha sido dito por Solange, tudo leva a crer que o espaço onde a situação narrada ocorreu guarde as mesmas características do espaço citado por Nélia, ou seja, comportar pessoas jovens, adultas e idosas, homens e mulheres. No que as duas narrativas diferem e no que se aproximam? Enquanto Nélia abertamente afirmou desejar encontrar um namorado que faça sexo (negando o “mito da velhice assexuada”), o enunciado Solange levanta duas outras questões.

Primeiramente, sabe-se que o uso de preservativo remete ao cuidado necessário, do ponto de vista sanitário, para se estabelecer uma relação sexual segura. O que a negativa de Solange de participar daquela aula pode significar? Para esta interlocutora, o uso de preservativos deveria ser assunto a ser abordado exclusivamente com homens (mesmo que “veinho”, como ela disse), ignorando a existência de preservativos femininos. Ao dizer que “eu nem olho mais pra isso aí”, é provável que esteja se referindo ao seu particular desinteresse para a manutenção de relações sexuais, sobre as quais ela não estaria propensa sequer a pensar (assumindo para si o “mito da velhice assexuada”).

O outro aspecto da narrativa de Solange que nos chamou a atenção foi “essa dona aí é **doida**, só pode” (grifos meus). Parece evidente que o uso do termo “doida” não se refere exatamente à loucura, como aspecto daquilo que se convencionou, *stricto sensu*, situar enquanto objeto dos estudos e das práticas médicas psiquiátricas relacionadas à saúde mental, extensamente estudada em “História da Loucura” por Foucault (1972). Mas mantém uma relação com os estudos sobre “Os anormais” (FOUCAULT, 2001), uma série de onze aulas pelas quais desenvolveu o projeto de estudar a formação, no ocidente moderno, do conceito de “anormalidade” e, dentro daquilo que seriam os três elementos constitutivos do “grupo dos anormais”, mais especificamente com a figura do “indisciplinado”. É uma pena que o autor, diante de tantas outras preocupações, não tenha se debruçado mais sobre as discussões sobre esta figura:

Agora gostaria de dar marcha a ré e tentar chegar a essas observações sobre a sexualidade e ao que lhes disse sobre o instinto e o personagem do monstro, pois creio que o personagem do anormal - que vai adquirir todo o seu estatuto e a sua amplitude no fim do século XIX – tinha na realidade dois ou três antecedentes. Sua genealogia era o monstro judiciário, de que lhes falei; era o pequeno masturbador, de que lhes falei nas últimas sessões; e o terceiro, de que infelizmente não vou poder lhes falar (mas, como vocês vão ver, não tem muita importância), era o indisciplinado (FOUCAULT, 2001, p. 348).

É pelo menos curioso registrar que, conforme será apresentado logo nos próximos parágrafos, em sua pesquisa de campo Debert e Brigeiro (2012) também apontaram, ainda que sem dar destaque, a articulação de narrativas sobre a sexualidade de mulheres envelhecidas com a “normalidade racional”, para as quais apenas mulheres que “perderam a razão” poderiam pretender ter uma vida sexual ativa.

Retornando, agora, à questão da sexualidade na velhice, entra-se em Marcos Arcoverde (2006, p. 67) uma reflexão interessante:

Nesse contexto, são os mitos e os preconceitos que nos levam a pensar que a andropausa e a menopausa são responsáveis pelas dificuldades sexuais. Se o enfoque de análise da sexualidade do idoso for centrado na genitália, na qual o coito apresenta-se como única fonte de prazer, estaríamos decretando a sua impossibilidade como ser sexuado. O que mais interfere na vida sexual do idoso não são apenas as limitações orgânicas, que são reflexos naturais do processo de envelhecimento, mas as questões de ordem psicológica e social que também respondem as mudanças ocorridas durante a trajetória existencial.

Este assunto nos impele a resgatar algumas considerações sobre situações encontradas, em pesquisa de campo, por Debert e Brigeiro (2012) e que demonstram, por meio de estudo etnográfico, diferenciações importantes acerca da autopercepção da sexualidade na velhice por parte de homens e de mulheres. Para os homens, no campo estudado, o interesse na manutenção de uma vida sexual ativa estaria estritamente relacionado aos imperativos da masculinidade, tal como assumida em nossa sociedade, e que organizaria suas performances cotidianas nos espaços de shopping centers, praças ou associações de aposentados, e nas quais a mulher figuraria basicamente como objetos de suas proezas sexuais. No que diz respeito às mulheres, a etnografia mostra que, para elas, a experiência de um envelhecimento bem-sucedido independe de uma vida sexual gratificante, pois o corpo envelhecido não poderia ser objeto de desejo:

Ter vida sexual na velhice é, para elas, um desejo dos homens, dos “velhos bobos” que não percebem que apenas o dinheiro pode atrair as mulheres jovens que eles conquistam. Em sua visão, só as mulheres que já perderam a razão poderiam pretender ter uma vida sexual ativa. Os homens ainda teriam a chance de se relacionar com mulheres jovens, porque, segundo elas, o dinheiro e poder erotizam o corpo masculino (DEBERT e BRIGEIRO, 2012, p. 49).

Ainda dentro da temática dos corpos envelhecidos e, de certa forma, da sexualidade, foi encontrada outra narrativa, desta vez por parte de uma interlocutora não idosa, que enseja outras reflexões:

A disciplina era metodologia do ensino da dança e teve uma coisa que eu achei interessantíssima. [...]. E aí teve uma situação com coreografia em que os

alunos, eles acabavam fazendo umas movimentações e acabavam encostando nela. E aí teve gente que falou “não, não gostei disso, achei um absurdo, não podia ter encostado nela”. E aí eu fiquei pensando: se fosse a mesma coreografia comigo e alguém tivesse encostado em mim ninguém ia falar nada. Então aquela pessoa idosa acaba virando uma, tipo, algo sacro, algo santo, que não pode ser encostado, que alguém pensa assim, “ah, e se fosse a minha mãe?” (Joice, 34).

A narrativa de Joice nos dá a entender que, na coreografia ensaiada, uma mulher idosa teria tido seu corpo “encostado” pelo corpo de um homem jovem, presumivelmente com a possibilidade de ter havido alguma conotação sexual naquele movimento – ou, pelo menos, de assim ter sido interpretado por algumas pessoas ali presentes. Isto teria gerado manifestações de descontentamento pelos/as participantes. O enunciado se circunscreve na trama discursiva que, parafraseando Fernando Pocahy (2011), articula corpo-gênero-sexualidade (e geração). Pode-se associar a vários fatores, mas a própria narrativa já apresenta a possível motivação para o descontentamento: um certo ar de sacralidade que, pelo relato, revestiria o corpo de uma mulher idosa, sobretudo quando associada à figura materna (ou da avó).

Primeiramente, situamos o assunto no campo da dança. Para Arcoverde (2006), o encontro de corpos dançantes, devido à espontaneidade e improvisação dos passos de dança, possibilita o estar com o outro em uma relação imprevisível, e prossegue:

Ao dançarmos podemos nos manter atentos ao corpo e aos nossos sentimentos, perceber o outro e o mundo, bem como sentir as pulsações e intencionalidades que existem em nós a cada movimento realizado. Neste sentido, o outro se faz necessário para a construção e apreciação da dança enquanto manifestação da sexualidade (ARCOVERDE, 2006, p. 62).

Pois bem, se a ideia da dança, também, pode estar associada a uma possibilidade de manifestação da sexualidade, isto nos remete ao segundo polo da discussão. Situar a questão central do relato apresentado por Joice, ou seja, o descontentamento da proximidade e do contato corporal de um homem jovem com uma mulher idosa no contexto da dança, remete-nos ao “complexo de Édipo”.

Para Simone de Beauvoir (1970), o “complexo de Édipo”, antes de ser uma luta entre instinto e imposição social, seria um conflito inerente ao próprio sujeito. Neste sentido, primeiramente o apego do filho ao seio materno seria o apego à vida, em sua forma imediata, enquanto a recusa à desmama seria a recusa ao abandono e à separação do todo. Seguindo a linha de raciocínio proposta por Beauvoir, na medida em que se individualiza é que o gosto que conserva pela carne materna poderia ser qualificado como “sexual” e, no processo de reconhecer a existência deste gosto, tornar-se embaraçoso e obsceno descobrir a mãe como carne, passando a evitar pensar no corpo dela. Para Beauvoir (1970), é neste sentido que o

horror ao pai, ou ao segundo marido ou ao amante materno estaria mais ligado ao escândalo do que ao ciúme. Até porque lembrar que a mãe é um ser de carne remete ao seu próprio nascimento, que associa à majestade de um grande fenômeno cósmico:

[...] é preciso que sua mãe resuma a Natureza que está em todos os indivíduos sem pertencer a nenhum; detesta que ela se torne presa, não porque – como se pretende amiúde – queira êle próprio possuí-la, mas porque quer que ela exista para além de toda posse: ela não deve ter as dimensões mesquinhas da esposa ou da amante (BEAUVOIR, 1970, p. 240).

Por seu turno, Foucault (2002), a partir da sua discussão sobre a obra “Lanti-OEdipe”, de Deleuze e Guattari, vai afirmar que Édipo

[...] não é o conteúdo secreto de nosso inconsciente, mas a forma de coação que a psicanálise tenta impor na cura a nosso desejo e a nosso inconsciente. Édipo é um **instrumento de poder**, é uma certa maneira de poder médico e psicanalítico se exercer sobre o desejo e o inconsciente (FOUCAULT, 2002, p. 30, grifos nossos).

Em outras palavras, o que Foucault (2002) destaca é justamente que o que se pretende com a história de Édipo tem muito mais a ver com a história de um poder político, inicialmente em termos de práticas judiciárias gregas, uma maneira singular de produzir a verdade pelo jogo de palavras. Questionado sobre como situaria a prática psicanalítica e se esta estaria fadada ao desaparecimento, Foucault (2002, p. 128) respondeu que:

A versão mínima pretenderia dizer que Édipo, o chamado complexo de Édipo, é então, essencialmente, o instrumento pelo qual o psicanalista encontra na família os movimentos e o fluxo do desejo. A versão máxima consistiria em dizer que o simples fato de alguém ser apontado como doente, o simples fato de ele vir a se tratar, já indica entre ele e seu médico, ou entre ele e os que o cercam, ou entre ele e a sociedade que o designa como doente, uma relação de poder. E é isso que deve ser eliminado.

De toda sorte, não há como deixar de reconhecer que o discurso sobre a história de Édipo circunscreve-se em relações de poder, de perspectiva regulatória, e tem desdobramentos importantes na formação das subjetividades humanas que com ele tem contato. Assim, o descontentamento ou desconforto contido no relato de Joice passa por esta compreensão e é, também, reconhecida por Beauvoir (1970, p. 241):

O respeito é antes a sublimação de uma repugnância original; o jovem recusa-se a encarar a mãe como carnal; transfigura-a, assimila-a a uma das imagens puras de mulher santificada que a sociedade lhe propõe. Desse modo, contribui para fortalecer a figura ideal da Mãe que virá em socorro da geração seguinte.

Pois bem, dando continuidade à análise dos dados e discursos, veja-se na sequência os dados de intersecção entre religião e raça/etnia dos estudantes regulares (Tabela 7) e das pessoas idosas (Tabela 8).

Tabela 7 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo religião e raça/etnia

Religião	Branco/a		Pardo/a		Preto/a		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Católica	2	13,33%	1	6,67%	2	13,33%	5	33,33%
Cristã	1	6,67%	2	13,33%	0	0,00%	3	20,00%
Evangélica	0	0,00%	1	6,67%	1	6,67%	2	13,33%
Nenhuma	1	6,67%	1	6,67%	0	0,00%	2	13,33%
Espírita	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%	1	6,67%
Umbanda	1	6,67%	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%
Ateu	1	6,67%	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%
TOTAIS	6	40,00%	5	33,33%	4	26,67%	15	100,00%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Tabela 8 - Distribuição das PESSOAS IDOSAS, segundo religião e raça/etnia

Religião	Branco/a		Pardo/a		Amarelo/a		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Católica	6	40,00%	1	6,67%	3	20,00%	10	66,67%
Cristã	2	13,33%	2	13,33%	0	0,00%	4	26,67%
Evangélica	0	0,00%	1	6,67%	0	0,00%	1	6,67%
TOTAIS	8	53,33%	4	26,67%	3	20,00%	15	100,00%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Igualmente ao já apresentado nas Tabelas 5 e 6, as informações das Tabelas 7 e 8 corroboram a informação de que há maior diversidade religiosa entre estudantes regulares, já que todas as pessoas idosas reconhecem-se como de matriz cristã. Ainda que também, dentre os/as estudantes regulares, haja maior prevalência de expressões das religiosidades de matriz cristã, apenas dentre estas pessoas surgiram uma umbandista e uma atea – ambas pessoas brancas. Ou seja, pretos e pardos, no grupo em questão, são todos de matriz cristã. Sobre este aspecto é relevante destacar a conclusão de Milena Silva (2017, p. 19), quando a autora afirma que “[...] há várias possibilidades de se afirmar a negritude. Sendo assim, conceder legitimidade e autenticidade a negritude/africanidade somente quando o negro expressa sua fé em instituições religiosas afro-brasileiras, é um engodo”.

Na narrativa abaixo estão presentes tanto a questão racial/étnica quanto a religiosa:

Inclusive como professora de língua portuguesa, ouvir vocabulários, entre culturas diferentes e povos diferentes. Índio, chineses, que aí na [Universidade] Federal têm muito, aceitar, que eu não aceitava, entendeu? Eu

sou neta de índio, mas eu não aceitava algumas classes, como sou da Bahia e às vezes não aceitava o Candomblé. Porque casei muito nova e depois entrei numa linha evangélica (Camila, 66).

A leitura da narrativa de Camila nos permite destacar algumas informações desta nossa interlocutora: Camila é uma mulher de 66 anos, baiana, evangélica, neta de índio e foi professora de língua portuguesa; verificando seu perfil que ela se declara parda e que, como pensionista, possui renda pessoal superior a cinco salários mínimos. Primeiramente, é importante destacar que a nossa interlocutora relatou sua postura no passado (“eu não aceitava”), o que nos permite inferir que houve uma superação daquela discriminação.

De todo modo, seguindo a linha de raciocínio apresentada e defendida por Alisson Almeida (2018), a diáspora africana para o Brasil é marcada, de saída, por três elementos distintivos: os negros africanos escravizados e trazidos para o Brasil pertenciam a tribos e etnias diferentes, algumas inclusive rivais; não lhe foi permitido trazer qualquer aparato material que possibilitasse a expressão de sua subjetividade; antes de cruzar o oceano, foram obrigados a passar pelo batismo para que se tornassem “cristãos”. Além disto, a diáspora africana para o Brasil foi seguida da estratégia de misturar povos de etnias diferentes para minimizar possibilidades de revoltas contra os senhores brancos. Contudo, “Essa estratégia de misturar as etnias, ao invés de produzir uma hecatombe e por consequência, uma ampliação da dispersão, ao contrário causou uma aproximação, uma coesão e uma (re)construção de laços familiares” (ALMEIDA, 2018, p. 215).

Nas senzalas, ainda segundo Almeida (2018), estes povos misturados entre si, às vezes até com indígenas brasileiros, passaram a se organizar por uma complexa rede de ancestralidade, criando para si parentescos familiares e espirituais, tendo esta potência de agenciamento ramificado o Candomblé numa árvore que cria a possibilidade de acesso ancestral. “Dentro da diáspora negra o Candomblé criou mais do que uma identidade. Essa prática criou sobretudo um TERREIRO, onde a multiplicidade de expressão da alteridade, do indivíduo se tornou possível” (ALMEIDA, 2018, p. 218).

Mudemos, agora, o foco para a intersecção entre identidade de gênero e estado civil dos estudantes regulares, que é apresentada na Tabela 9 e, das pessoas idosas, na Tabela 10.

Tabela 9 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo identidade de gênero e estado civil

Identidade de Gênero	Solteiro/a		Casado/a		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Homem cisgênero	4	26,67%	0	0,00%	4	26,67%
Mulher cisgênero	5	33,33%	4	26,67%	9	60,00%
Homem transgênero	1	6,67%	0	0,00%	1	6,67%
Pessoa não binária	1	6,67%	0	0,00%	1	6,67%
TOTAIS	11	73,33%	4	26,67%	15	100,00%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Tabela 10 - Distribuição das PESSOAS IDOSAS, segundo identidade de gênero e estado civil

Identidade de Gênero	Solteiro/a		Casado/a		Divorciado/a		Viúvo/a		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Homem cisgênero	0	0,00%	1	6,67%	1	6,67%	0	0,00%	2	13,33%
Mulher cisgênero	3	20,00%	3	20,00%	5	33,33%	2	13,33%	13	86,67%
TOTAIS	3	20,00%	4	26,67%	6	40,00%	2	13,33%	15	100,00%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Dentre os estudantes regulares (Tabela 9), o casamento se faz presente exclusivamente dentre as mulheres cisgênero (quatro das cinco mulheres). Eliana Zordan, Denise Falcke e Adriana Wagner (2009), em uma pesquisa na qual procuraram analisar os motivos e as expectativas com relação ao casamento por parte de adultos jovens, detectaram que a ideia de casamento permanecia ligada à de amor, porém tendo como característica principal a intensidade e não mais a eternidade. Não obstante, as autoras constataram diferenças significativas para homens e mulheres quanto aos motivos pessoais e sociais, bem como quanto às expectativas, para o casamento:

Os homens concordam, mais do que as mulheres, que ter espaço para o casal é um motivo para o casamento, talvez pelo maior desejo de independência e de separação da família de origem. É comum observar que, após o casamento, os homens se afastam de suas famílias e se vinculam mais às de suas esposas. Já as mulheres concordam mais com o motivo social de que casar é assumir um compromisso perante a sociedade, possivelmente porque há maior cobrança em relação aos comportamentos afetivo-sexuais delas que dos homens. Em relação às expectativas, relações sexuais satisfatórias é o mais importante para as mulheres. Pode-se inferir que esses dados estejam associados a maior valorização que as mulheres estão dando para a sexualidade atualmente (ZORDAN, FALCKE e WAGNER, 2009, p. 71-72).

De outro lado, no grupo das pessoas idosas (Tabela 10), dentre as mulheres cisgênero prevalece o estado civil divorciada (cinco das 13 mulheres), além de três solteiras e duas viúvas, sendo somente três casadas. Dentre os homens cisgênero, um é casado e um é divorciado. O

percentual de mulheres que declaram não estarem casadas, especialmente divorciadas e viúvas, remete ao entendimento de libertação exemplificado por Flávia Motta (1998), citada por Debert e Brigeiro (2012, p. 47):

Elas negam ter, no momento atual, intenções casadoras ou mesmo namoradeiras. Ressaltam, nesse sentido, “o trabalho que um homem dá” – do qual elas estão enfim libertas pela viuvez ou separação, enfatizando o compromisso com horários de refeições (ter que “dar a janta” é tido como um jugo terrível) e o fato de terem mais roupa para lavar.

Reforça este entendimento a conclusão formulada por Andréa Alves (2004), citada por Debert e Brigeiro (2012, p. 47), de que “as mulheres dizem que os homens só se interessam por mulheres mais velhas ‘quando querem sossegar em casa e precisam de alguém para fazer o serviço doméstico’”.

Na sequência, na Tabela 11 são apresentados os dados da intersecção orientação sexual e estado civil dentre os estudantes regulares (as pessoas idosas são todas heterossexuais e o estado civil já foi analisado acima).

Tabela 11 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo orientação sexual e estado civil

Orientação sexual	Solteiro/a		Casado/a		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Heterossexual	6	40,00%	4	26,67%	10	66,67%
Homossexual	1	6,67%	0	0,00%	1	6,67%
Bissexual	3	20,00%	0	0,00%	3	20,00%
Pansexual	1	6,67%	0	0,00%	1	6,67%
TOTAIS	11	73,33%	4	26,67%	15	100,00%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Os dados apresentados na Tabela 11 demonstram, dentre os estudantes regulares, uma evidente intersecção entre orientação sexual e casamento. Independentemente de se tomar partido em defesa ou em ataque ao instituto do casamento, percebe-se que esta intersecção entre casamento e diversidade sexual – aqui entendida enquanto fuga da heterossexualidade, mas não necessariamente da heteronormatividade – possibilita, pelo menos, um questionamento: pessoas jovens não-heterossexuais estariam encontrando maior restrição legal ao direito de se casarem ou simplesmente não desejam viver este modelo heteronormativo, ao menos não neste momento? Ou ainda, que seus corpos não seriam “casáveis”? Sobre este assunto vejamos o que nos diz Roberto Lorea (2006, p. 491):

À luz dos princípios estabelecidos em nossa Constituição Federal, não há necessidade de se justificar o direito ao casamento entre pessoas do mesmo

sexo. Ao contrário, a negativa de acesso ao instituto jurídico do casamento às pessoas homossexuais é que deveria ser justificada.

Com relação ao aludido direito, mas também se respaldando na produção antropológica, Lorea (2006) defende que, sendo o Brasil um Estado laico, este não deve se imiscuir ou se contaminar de pressupostos religiosos para cercear o direito a uma plena “cidadania sexual”. Argumenta ainda que, à luz da Constituição Federal de 1988, não basta alegar esta diferença como justificativa para a promoção de tratamento desigual, no que diz respeito ao casamento.

Na Tabela 12 é apresentada a distribuição dos estudantes regulares, segundo ocupação e raça/etnia. A totalidade das pessoas idosas é composta por pessoas aposentadas e/ou pensionistas.

Tabela 12 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo ocupação e raça/etnia

Ocupação	Branco/a		Pardo/a		Preto/a		Totais ¹⁸	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Emprego formal	3	20,00%	2	13,33%	1	6,67%	6	40,00%
Emprego informal	1	6,67%	1	6,67%	1	6,67%	3	20,00%
Autônomo/a	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%	1	6,67%
Desempregado/a	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%	1	6,67%
Bolsa de Estudante	3	20,00%	2	13,33%	0	0,00%	5	33,33%
TOTAIS	7	43,75%	5	31,25%	4	25,00%	16	106,67%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Quando observada a intersecção ocupação com raça/etnia, verifica-se que a distribuição dos estudantes regulares com emprego formal é equilibrada, sendo 50% branco e 50% somados pretos e pardos. Não obstante, constata-se que nenhum estudante preto é bolsista e que o único estudante desempregado é preto. Será que os postos de trabalho são igualmente acessíveis para brancos e não brancos? Josiane Gouvêa (2016, p. 7) argumenta que “é preciso admitir que o contexto brasileiro faz com que a competição entre brancos e não brancos, quando se trata de relações de trabalho, seja desigual” e conclui que “isto se dá porque existem práticas discriminatórias sutis e mecanismos racistas mais gerais que acabam gerando maiores oportunidades para os brancos, com ganhos ocupacionais e de renda superiores”.

Verificando as narrativas que, ao articular mundo do trabalho e direito à aposentadoria, parecem complementares:

Pra mim, eu acho que, pessoalmente, uma pessoa idosa deveria ter o espaço de aproveitar a vida, né? Infelizmente não são todos os idosos que têm essa chance. Eu acho que algumas pessoas têm uma tranquilidade maior, e outras não têm, né? Apesar de existir o INSS, muita gente tem dificuldade de acessar

¹⁸ Os totais ultrapassam a 100% porque a resposta de ocupação poderia ser múltipla.

a aposentadoria porque não trabalhou em setores formais, né, sempre trabalhou de maneira informal (Anselmo, 28).

Eu me aposentei porque eu trabalhei mais de 20 anos, mas aí eu me aposentei com um salário mínimo, entendeu? Quando, na época, eu ganhava muito mais aí, esses problemas que o patrão não pagava tudo que... não registrava na carteira, e tal, essas coisas assim que, hoje, eu vejo, e eu não aconselho pra ninguém fazer isso. Por que? Eu poderia estar numa aposentadoria muito melhor, mas eu não pensei lá na frente, entendeu? Eu fiz mais o momento. Hoje eu tô sentindo esta situação (Denise, 63).

A situação experimentada por Denise corrobora, ao menos em parte, a preocupação externada por Anselmo. Pelo que deu a entender, considerando a idade de Denise e a legislação vigente, ela provavelmente optou pela aposentadoria proporcional e pelo critério idade, mas não por ter trabalhado em setores informais, como se preocupou Anselmo. Por um lado, é de conhecimento público e notório que as legislações trabalhistas e previdenciárias vêm passando por modificações no Brasil. Entre avanços e recuos, na prática têm “empurrado” para cada vez mais tarde o usufruto do direito à aposentadoria da classe trabalhadora e, aparentemente, faz com que algumas pessoas optem por antecipar sua aposentadoria, ainda que com perdas de rendimentos mediante uma aposentadoria proporcional, como parece ter sido o caso de Denise.

O relato de Denise também nos faz pensar na relação assimétrica de poder entre empregadores e empregados e o quanto a legislação protetiva de direitos trabalhistas e previdenciários foi (ou ainda é) negligenciada, em desfavor de trabalhadores. Mesmo ela tendo trabalhado em setores formais, alguns de seus empregadores a submeteram (e ela se sujeitou) a duas práticas ilegais diante da legislação brasileira: trabalho sem registro em carteira e trabalho com registro em carteira, porém com um salário menor do que o realmente devido e pago. Em ambos os casos o que ocorreu foi a sonegação da contribuição previdenciária que, no momento de usufruir da aposentadoria (ainda que proporcional), impactou negativamente no cálculo de seu salário de aposentada.

A ideia que dá sustentação a práticas como estas vivenciadas e narradas por Denise não é necessariamente nova, mas na atualidade pode ser nitidamente percebida nas práticas legislativas e, também, verbalizadas pelo atual chefe do poder executivo federal, com ampla repercussão proporcionada pela divulgação pela imprensa e demais mídias sociais: “Trabalhador terá de escolher entre mais direitos ou emprego”¹⁹. O impacto destes entendimentos e modificações nas gerações futuras ainda é uma incógnita, mas nada nos

¹⁹ <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/12/04/bolsonaro-trabalhador-tera-de-escolher-entre-mais-direitos-ou-emprego.ghtml>

autoriza a pensar que serão para melhores condições do que as experimentadas pela geração que, atualmente, tem sentido na prática a subtração de seus direitos.

Observemos, agora, a distribuição de estudantes regulares e pessoas idosas segundo o nível de escolarização cruzada com a raça/etnia.

Tabela 13 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo nível de escolarização e raça/etnia

Nível de Escolarização	Branco/a		Pardo/a		Preto/a		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Superior incompleto	4	26,67%	2	13,33%	2	13,33%	8	53,33%
Superior completo	0	0,00%	2	13,33%	1	6,67%	3	20,00%
Especialização completo	1	6,67%	0	0,00%	1	6,67%	2	13,33%
Mestrado incompleto	0	0,00%	1	6,67%	0	0,00%	1	6,67%
Mestrado completo	1	6,67%	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%
TOTAIS	6	40,00%	5	33,33%	4	26,67%	15	100,00%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Tabela 14 - Distribuição dos PESSOAS IDOSAS, segundo nível de escolarização e raça/etnia

Nível de Escolarização	Branco/a		Pardo/a		Amarelo/a		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Médio completo	2	13,33%	0	0,00%	0	0,00%	2	13,33%
Superior incompleto	3	20,00%	2	13,33%	2	13,33%	7	46,67%
Superior completo	2	13,33%	1	6,67%	1	6,67%	4	26,67%
Especialização completo	0	0,00%	1	6,67%	0	0,00%	1	6,67%
Mestrado completo	1	6,67%	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%
TOTAIS	8	53,33%	4	26,67%	3	20,00%	15	100,00%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

O acesso à educação (aqui entendida como escolarização) tem sido compreendido como elemento primordial para a redução das desigualdades. Pensando a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, oficializada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1990, Carina Almeida (2009, p. 22) afirmou que “esse documento ressalta a importância do acesso à educação e do respeito aos direitos dos sujeitos, no que se refere a uma educação que transforme sua realidade social”. As informações relativas ao nível de escolarização são aqui compreendidas a partir desta perspectiva.

Dentre os estudantes regulares (Tabela 13), o nível de ensino superior incompleto é equilibrado (sendo 50% branco e 50% somados pretos e pardos). Também não há distinção significativa nos níveis de especialização e de mestrado. Neste grupo, entretanto, o nível de ensino superior completo foi informado somente por pessoas pardas (2) ou pretas (1).

Já dentre o grupo das pessoas idosas, somente duas das 15 pessoas informaram o ensino médio completo, demonstrando que a participação na atividade de extensão não foi, para a maioria deste grupo de sujeitos, a primeira oportunidade de frequentar o espaço universitário na condição de estudante. Ainda dentro deste grupo, a única que informou mestrado completo é branca.

A questão do nível de escolarização também esteve presente nas narrativas dos sujeitos e, segundo o relato de Cláudio, teve uma relação direta tanto na apreensão dos conteúdos trabalhados na disciplina quanto na dinâmica das relações intergeracionais:

Uma já tinha mestrado, ela era professora, e a outra não, ela não tinha, ela tinha concluído só o ensino médio. Então houve uma diferença muito grande, houve uma facilidade de uma, diante do entendimento da matéria, de como funcionava os trabalhos, né, e tudo o mais, até de questões tecnológicas mesmo, e a outra ela teve um pouquinho mais de dificuldade, né, em relação a isso. Em relação aos colegas e a falar, eu senti da parte delas até uma vergonha de se apresentar, uma vergonha de estar junto, assim, como se elas estivessem intimidadas, né? E eu senti isso mais da idosa que ela não tinha tanto essa proximidade com o meio acadêmico (Cláudio, 24).

Contrariando um pouco a esta narrativa apresentada por Cláudio, vamos contrapor outra narrativa de uma pessoa idosa que tem ensino médio completo (ou seja, nem chegou a começar um curso superior):

E aí tinha gente de toda idade, mas idoso, idoso mesmo, de cabelo branco acho que só tinha eu. E o professor, aquele indiano, mas me apaixonei por ele. Aí, quando ele chegou que me viu ali, ele falou ‘tá fazendo o que aqui, veio pra ensinar?’ (risos). Aí eu me estufei, cara, sabe, já me estufei, sabe? Então eu... foi uma experiência muito boa, eu só não continuei porque naquela época eu tava trabalhando e tava viajando muito. [...] E uma coisa, e eu tenho mania de falar e me posicionar e questionar, e exercitei isso sem problema nenhum (Diva, 73).

O que estas duas narrativas podem apontar? Primeiro, que o nível de escolarização pode ser um fator limitador para a apreensão de conteúdos disciplinares e até impactar na dinâmica das relações intergeracionais. Contudo, nível de escolarização não pode ser tomado isoladamente como fator determinante nem de uma nem de outra questão. O histórico de vida de cada pessoa, os contextos a que teve (ou não) acesso aos bens culturais, suas experiências pregressas no mundo do trabalho, entre tantos outros fatores, incidirão nos processos de subjetivação de cada pessoa e resultarão em posturas diferenciadas que poderão ser mais ou menos favoráveis ao relacionamento intergeracional, inclusive em sala de aula. Tanto assim que houve relatos de relações que beiram a afetividade construída entre pessoas idosas e jovens, como neste exemplo: “Eu fui tão bem recebida que eu tenho amigos da faculdade até hoje! É... a minha professora é minha amiga no *Facebook*, minha amiga no *WhatsApp*...” (Fernanda, 73).

Com relação a possíveis dificuldades no aproveitamento das disciplinas, vinculadas ao nível de escolaridade, vejamos o achado de Duarte (2021, p. 86):

Conseguimos acessar informações a respeito da escolaridade das mulheres, a partir das falas, percebemos que a maioria das alunas das pessoas que foram entrevistadas tinha apenas a escolaridade mínima (Ensino Médio completo). As exceções foram alunas recebidas pelo professor Antonio. Ele relata que, em sua maioria, tinham educação superior completa. [...] Entretanto, mesmo as mulheres com educação superior apresentaram dificuldades no entendimento dos conteúdos. Neste sentido, há indicativo de que a escolaridade anterior não diferenciou, de forma prática, o aproveitamento das disciplinas por parte das mulheres.

As Tabelas 15 e 16 apresentam a distribuição de estudantes regulares e pessoas idosas, respectivamente, segundo nível de escolarização e identidade de gênero.

Tabela 15 - Distribuição dos ESTUDANTES REGULARES, segundo nível de escolarização e identidade de gênero

Nível de Escolarização	Homem cisgênero		Mulher cisgênero		Homem transgênero		Não binário/a		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Superior incompleto	2	13,33%	4	26,67%	1	6,67%	1	6,67%	8	53,33%
Superior completo	0	0,00%	3	20,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	20,00%
Especialização completo	0	0,00%	2	13,33%	0	0,00%	0	0,00%	2	13,33%
Mestrado incompleto	1	6,67%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%
Mestrado completo	0	0,00%	1	6,67%	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%
TOTAIS	3	20,00%	10	66,67%	1	6,67%	1	6,67%	15	100,00%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Tabela 16 - Distribuição das PESSOAS IDOSAS, segundo nível de escolarização e identidade de gênero

Nível de Escolarização	Homem cisgênero		Mulher cisgênero		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Médio completo	0	0,00%	2	13,33%	2	13,33%
Superior incompleto	1	6,67%	6	40,00%	7	46,67%
Superior completo	1	6,67%	3	20,00%	4	26,67%
Especialização completo	0	0,00%	1	6,67%	1	6,67%
Mestrado completo	0	0,00%	1	6,67%	1	6,67%
TOTAIS	2	13,33%	13	86,67%	15	100,00%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Observando-se os dados relativos à intersecção identidade de gênero e nível de escolarização, apresentados nas Tabelas 15 e 16 (de estudantes regulares e de pessoas idosas, respectivamente), verifica-se que em ambos os grupos as mulheres cisgênero possuem maior nível de escolarização.

Nas tabelas 17 e 18 são apresentadas as distribuições dos Estudantes Regulares e das Pessoas Idosas, respectivamente, segundo raça/etnia e renda pessoal (que aqui está articulada ao conceito de “classe”).

Tabela 17 - Distribuição das ESTUDANTES REGULARES, segundo raça/etnia e renda pessoal

Raça/ etnia	Sem renda		< 1 SM		≥ 1 SM < 2 SM		≥ 2 SM < 3 SM		≥ 5 SM		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Branco/a	0	0,00%	3	20,00%	2	13,33%	1	6,67%	0	0,00%	6	40,00%
Pardo/a	1	6,67%	1	6,67%	3	20,00%	0	0,00%	0	0,00%	5	33,33%
Preto/a	2	13,33%	0	0,00%	1	6,67%	0	0,00%	1	6,67%	4	26,67%
TOTAIS	3	20,00%	4	26,67%	6	40,00%	1	6,67%	1	6,67%	15	100,00%

Tabela 18 - Distribuição das PESSOAS IDOSAS, segundo raça/etnia e renda pessoal

Raça/ etnia	< 1 SM		≥ 1 SM < 2 SM		≥ 2 SM < 3 SM		≥ 3 SM < 5 SM		≥ 5 SM		Totais	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Branco/a	2	13,33%	0	0,00%	0	0,00%	4	26,67%	2	13,33%	8	53,33%
Pardo/a	1	6,67%	0	0,00%	1	6,67%	1	6,67%	1	6,67%	4	26,67%
Amarelo/a	1	6,67%	2	13,33%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	20,00%
TOTAIS	4	26,67%	2	13,33%	1	6,67%	5	33,33%	3	20,00%	15	100,00%

Destas duas Tabelas, o que mais chamou a atenção foi que pessoas idosas possuem renda superior aos estudantes regulares com o mesmo nível de escolarização, o que pode ser creditado aos “louros da idade”.

A questão da renda/classe social também esteve presente nas narrativas dos sujeitos. A primeira delas que selecionamos está focada especificamente na classe e a outra delas está articulada à questão do nível de escolarização:

Tem muita coisa que vale o quanto pesa, depende do idoso e com quem está sendo tratado. Se for idoso mais simples assim, às vezes, não são tratados igual aquele que chega lá e se vê que é pessoa que tem mais posse, então depende também. Você pode observar isso em lojas, né, conforme a loja que você entra você vê o tratamento diferenciado entre as pessoas. Sim, do ponto de vista econômico, do jeito que você é. O tratamento é diferenciado (Nádia, 76).

Eu fiz um curso, ainda quando era Fucmat, graduação de professores, que tinha na época. Só que eu fiz só, como que fala, faltou um ano pra eu terminar, mas aí eu já não conseguia mais pagar a faculdade, naquela época era pago, né... Ficou faltando um ano. Eu gostaria de ir pro campo universitário (Denise, 63).

É interessante destacar que, mais do que falar de experiências individuais, abordar a temática requer analisar as condições sociais que influenciam no grau de facilidade ou de

dificuldade para que alguns grupos acessem lugares de cidadania, como é o espaço educacional formal no qual se insere o ensino superior.

Sobre classe social, Nicos Poulantzas (1978, p. 7, grifos do autor) vai lembrar que “uma classe social define-se por sua posição no conjunto das práticas sociais, ou seja, por sua posição no conjunto da *divisão social do trabalho*”. Esta posição, ainda que não seja 100% determinante, sobretudo na atualidade (haja vista as iniciativas encetadas pelas políticas de ações afirmativas, que tentam modificar a situação da exclusão educacional de pretos e pobres), ainda continua a influenciar nas possibilidades de acesso e de permanência nestes lugares de cidadania, passando pelos lugares onde se estabelecem as relações de consumo, como no exemplo mencionado por Nádia, e de escolarização formal, como mencionado por Denise.

Tendo em vista a origem da narrativa de Denise, não se pode ignorar que, historicamente, também o gênero teve (e ainda tem) importante influência no acesso ao ensino superior. Vejamos o que nos dizem Ângela Souza e Márcia Menezes (2013, p. 96):

Não podemos esquecer que as mulheres só tiveram acesso ao Ensino Superior a partir de 1879, através da Reforma de Leôncio de Carvalho. Entretanto, essa questão de seu acesso às universidades já vinha sendo reivindicado através do empenho e luta de mulheres da elite brasileira. Algumas romperam barreiras para ingressar e estudar em universidades de outros países, a exemplo da primeira brasileira a formar-se em Medicina nos Estados Unidos, Maria Augusta Generosa Estrela, em 1879, que, ao retornar ao Brasil, sofreu discriminação para exercer sua profissão devido ao pensamento arcaico patriarcal da sociedade em relação à conduta das mulheres.

É certo que, de 1879 para cá, muitas coisas mudaram no país. As lutas contra as desigualdades que fundamentaram a adoção das políticas de ações afirmativas, de um lado, e as próprias transformações no mundo do trabalho que requereram, primeiro, o ingresso, e depois a ampliação do número de mulheres, dão pistas neste sentido. Permanece, contudo,

[...] a persistência de ganhos femininos inferiores aos masculinos independentemente de setor de atividade econômica, número de horas trabalhadas, número de anos de estudo, posição na ocupação, confirmando o diferente valor atribuído socialmente aos trabalhos de homens e mulheres (YANNOULAS, 2013, p. 34).

A iniciativa realizada a partir da inclusão de “Pessoas Idosas na Formação Acadêmica” pela UnAPI/UFMS, se se pretende plural e para se constituir em ponto de resistência e de afirmação de direitos, precisa estar atenta a estas realidades. Esta consideração é reforçada por uma das narrativas que apresenta a intersecção classe e geração a partir do ambiente universitário:

Mas eu acho que a estrutura acadêmica, ela não é pensada pros diferentes tipos de pessoas que podem e devem passar pela universidade, não só a juventude.

[...] eu acho também que não é estritamente para as pessoas mais velhas, essa privação da experiência acadêmica. Tem um recorte geracional aí, mas, por exemplo, tem um recorte também de classe, se a gente for pensar. Tem muitos alunos, da minha idade, que também não têm a oportunidade de ter a experiência completa, como eu disse. Tem que estudar de manhã, trabalhar à tarde pra poder pagar o seu aluguel, porque, enfim, veio do interior pra estudar aqui... Então também não é mil maravilhas você ser jovem, não significa que você pode curtir a universidade num todo, né? Mas eu acho que o peso acaba sendo maior pras pessoas mais velhas, né? [...] Então, parece que esse título, né, de universidade pública para todos, é... não é tão (risos)... não é para todos, assim, quando a gente vai olhando de perto, né? (Rafael, 22).

A perspectiva apresentada por Rafael nos permite questionar mais amplamente a ideia de universidade pública para todos. Todos quem? Quem faria parte de “todos” e quem estaria de fora desta ideia de “todos”? Será que a assunção desta ideia estaria escamoteando ou sendo representativa do conceito de meritocracia, tão sobejamente propalado na atualidade brasileira? A própria atividade a partir da qual estão sendo estudadas as relações intergeracionais não é exatamente para todos. É apenas aqueles que possuem ensino médio e isto, seguramente, assim como o acesso aos estudos universitários, ainda está bem distante de ser para todos.

Entretanto, para além das narrativas vinculadas a estes grupos de discursos, o primeiro destaque que nos chamou a atenção diz respeito à positivação das diferenças e, dentre elas, a diferença de idade:

A relação, ela se reconfigura. Você passa a enxergar a pessoa de outra forma. Claro que os marcadores que estão nela, seja, enfim, de classe, de raça, de idade, vai estar na pessoa, né? Mas eu acho que é muito mais da gente saber positivar aquilo e, na relação, haver a troca, né? [...]. Eu acho que... naquilo que é diferente entre as pessoas há uma completude, sabe? (Rafael, 22).

Esta formulação discursiva de Rafael, que trouxemos para exemplificar outras narrativas em sentido semelhante percebidas nas falas de outros sujeitos da pesquisa, é que os marcadores sociais da diferença não necessariamente precisam ser lidos e traduzidos em práticas de relações de poder que resultariam, inevitavelmente, em hierarquia ou opressão. É importante destacar que não se trata de negar as diferenças, mas de assumir outra perspectiva que, a nosso ver, se coaduna com a de Avtar Brah (2006, p. 374):

O conceito de diferença, então, se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados. Algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. Em outras palavras, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política.

No cerne das relações de poder, estruturadas em torno das intersecções dos diversos marcadores sociais da diferença, há possibilidades de fuga, de resistência, a serem vivenciadas a partir da agência – mas isto será abordado mais detidamente no tópico 3.3 do presente trabalho.

3.2. “Eles quem, cara pálida?”: a controvérsia dos discursos que articulam a diferença intergeracional

Neste tópico serão analisadas as formulações discursivas dos sujeitos da pesquisa sobre os conceitos de juventude e de velhice.

Analisando-se os discursos dos sujeitos desta pesquisa verifica-se que o conceito de *juventude*, tanto dentre estudantes regulares quanto pessoas idosas, está majoritariamente articulado em torno de três enunciados que podem ser assim sucintamente nomeados: 1) etapista; 2) aprendizagem, e 3) atitude/postura.

Os discursos aqui nomeados como *etapistas* comportam aqueles que associam a ideia de juventude a um momento ou etapa da vida, tanto do ponto de vista biológico como aqueles que se referenciam na classificação etária (especialmente tendo como base os critérios utilizados pelo IBGE). Neste mesmo conjunto incluem-se, também, os discursos que se ancoram na perspectiva do enquadramento legal – que, a seu modo, também se utiliza da idade como critério de classificação.

Segundo Britto da Mota (2010), a tradição antropológica seria responsável por esta acepção de geração que se expressa em termos de idades, num sentido classificatório e que tangencia outros sentidos não apenas cronológicos e de onde derivam as “idades da vida”, traduzidas em termos de infância, juventude, maturidade e velhice.

Dentre o conjunto de discursos assentados em uma base biológica, aqui organizados em torno do enunciado *etapista*, para compreender e definir a *juventude*, encontrou-se um que, na forma como mobilizou seus elementos enunciativos, para explicar a juventude se remeteu à velhice: “Seria antes dos nossos sistemas começarem a envelhecer, né? Então, a gente é jovem quando a gente ainda não começou o processo de envelhecimento” (Geovanna, 22).

Também foi encontrado outro que, semelhante ao discurso de Geovanna, no sentido de mirar a juventude, mas, também abordar a velhice, mesmo valendo-se do fundamento biológico, invocou a funcionalidade do corpo para defender a relatividade desta classificação, rompendo assim com a fronteira às vezes compreendida como “natural” entre juventude e velhice:

Mas a questão de ser jovem ou ser velho, numa perspectiva geral, ela é muito relativa. Porque a gente pode ligar à funcionalidade do corpo que... a gente pode ter uma perda funcional do corpo com uma idade bem baixa. [...]. Mas, em relação à funcionalidade, a gente pode ter uma questão diferente. A gente pode ter pessoas com mais de 65 que ainda tem a sua jovialidade plena (Joice, 34).

Esta compreensão de relatividade, colocada por Joice, está de acordo com a proposição de Alberto Schneider e Tatiana Irigaray (2008, p. 586), para quem:

A relação entre os aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e culturais é fundamental na categorização de um indivíduo como velho ou não. A pessoa mais velha, na maioria das vezes, é definida como idosa quando chega aos 60 anos, independentemente de seu estado biológico, psicológico e social. Entretanto, o conceito de idade é multidimensional e não é uma boa medida do desenvolvimento humano. A idade e o processo de envelhecimento possuem outras dimensões e significados que extrapolam as dimensões da idade cronológica.

É importante assinalar, contudo, que a crítica ao conjunto de discursos aqui nomeados enquanto *etapistas* esteve muito mais presente nas falas das pessoas idosas do que nas falas dos estudantes regulares (pessoas jovens), como verificaremos logo a seguir, na análise dos discursos aqui caracterizados como de atitude/postura.

Os discursos formulados em torno da ideia de *aprendizagem* trazem algumas questões que, segundo uma parcela dos sujeitos da pesquisa, seriam vinculados ao processo de desenvolvimento que, por sua vez, é atravessado por características que seriam inerentes à juventude, tais como a curiosidade, a sagacidade, a busca pelo conhecimento e, inclusive, a própria descoberta de si, como no exemplo a seguir:

Ahn... é uma pergunta difícil, né? Mas eu acho que, uma coisa que sempre me lembra a juventude, é a descoberta do mundo, né? Eu acho que é o momento que a gente descobre muita coisa, a gente descobre a si próprio, né, a gente se entende enquanto ser humano. É uma fase que o nosso corpo, também, passa por mudanças, né, ou conclui-se mudanças que vêm acontecendo alguns anos antes. E eu acho que é um momento que a gente tem um maior grau de liberdade, por ter esse maior grau de liberdade, a gente desfruta de maior... de mais espaços e de mais lugares para descobrir o mundo (Anselmo, 28).

Esta narrativa de Anselmo, guardadas as proporções, remete à ideia de, a partir das mudanças experimentadas, inclusive no próprio corpo (embora mudanças no corpo sejam características mais associadas à adolescência do que à juventude) e, mais amplamente, às descobertas de si, uma preparação para encontrar seu lugar no mundo, conforme Suzyelaine Cruz, Edinete Rosa e Sabrine Coutinho (2016, p. 180):

[...] desenvolvimento, aprendizado, descobertas e decisões que são termos normalmente utilizados para se referir à juventude como uma fase da vida preparatória para a vida adulta, na qual as responsabilidades são mais flexíveis e o aprendizado e as decisões sobre o futuro imperam.

Já o terceiro enunciado de *atitude/postura*, congrega o conjunto de discursos que vincula *juventude* às ideias de estado de espírito, de liberdade, de sujeitos portadores de energia, de idealismo, de sonhos, da vontade de viver e de vencer o mundo e, neste sentido, incluindo uma postura de contestação diante das regras colocadas por este mundo.

Dois exemplos deste conjunto são significativos:

Você sabe que... eu acho que a principal característica da pessoa jovem é a contestação. Cara, eu sou juventude de 60. Virou o mundo de patá pro ar. Foi a geração hippie, a geração paz e amor, a geração da libertação feminina que gerou em 71 as muié fazer fogueira do sutiã, né? (Diva, 73).

Juventude, pra mim, é um estado de espírito. A pessoa jovem é aquela que tem... na sua cabeça, é jovem, não tem idade cronológica. A juventude, você pode ter, que nem eu, com 73 anos, ser jovem. Então não existe essa diferença. Pra mim, jovem está na cabeça. A sua juventude está aqui ó [mostrando a cabeça] (Fernanda, 73).

Para Groppo (2004), a ideia de uma “condição juvenil”, presente nestas duas narrativas, indicaria tratar-se de uma condição em que indivíduos e grupos vivenciariam uma relação experimental com valores e estruturas sociais. Esta visão de juventude como estado de espírito se incluiria em uma concepção pós-moderna dos comportamentos sociais, segundo a qual o indivíduo teria uma relativa margem de manobra para compor sua identidade, comportamentos e valores. Entretanto, para este autor:

É esta mesma concepção que irá influenciar muito do que tem sido pensado e praticado como a “Terceira Idade” (alguns já dizem, a “Melhor Idade”). A velhice estaria se transformando nesta terceira ou “melhor” idade, na qual os indivíduos são responsáveis por manter ou alcançar uma vida saudável, ativa e “juvenil”. Contudo, muitas vezes se esquece que a concepção de uma Terceira Idade que deve ser “jovem” a qualquer custo, pode levar a uma marginalização daqueles em que o envelhecimento físico e mental consumiu as possibilidades de um estilo de vida mais ativo (GROPPO, 2004, p. 19).

Há narrativas que escapam a esta perspectiva de análise e, ao transitarem por mais de um daqueles enunciados inicialmente assim organizados, o ultrapassam, como este exemplo abaixo, que tanto articula elementos de *aprendizagem* quanto de *atitude/postura*:

Juventude eu acho, pra mim, a minha opinião, é uma porta aberta e que tem, assim, muitas coisas pra **conhecer**, é uma porta aberta pra vida. Enquanto é jovem a pessoa tem **energia, força**, tem **curiosidade**, muito espaço, pra mim, assim, de conhecimento pra preencher, né? É isso que, pra mim, é a juventude (Angélica, 66, os grifos são meus).

Uma outra narrativa vincula juventude à beleza e, ao assim ser constituído, ainda que possa não ter sido intencionalmente, acaba por associar velhice à feiura: “Mas é uma fase linda da vida, uma fase bonita, uma fase que tudo é bonito, que a gente pensa bonito. E na própria pessoa fisicamente, a pessoa jovem é uma pessoa bonita” (Nélia, 69).

Como se verifica, este discurso enfatiza a beleza como um valor e atributo da juventude, inclusive do ponto de vista físico (ou seja, relativo ao corpo), o que corrobora os apontamentos pesquisados por Mirian Goldenberg (2011, p. 80):

Ao analisar algumas das questões da minha pesquisa com 1279 homens e mulheres das camadas médias cariocas, fiquei surpresa com a recorrência da categoria “o corpo” nas respostas femininas e masculinas. Por exemplo, ao perguntar às mulheres: “O que você mais inveja em uma mulher?” Elas responderam: “beleza em primeiro lugar, o corpo, em seguida, e inteligência em terceiro lugar.” Quando perguntei aos homens: “O que você mais inveja em um homem?” Tive como respostas: “inteligência, poder econômico, beleza e o corpo”.

Ainda sobre o corpo, é oportuno destacar que, para Foucault (1985), a subjetividade tem a ver com o tempo e com o corpo. Pensando na intersecção corpo-geração e nesta vinculação de beleza-juventude, Pocahy, trazendo a discussão para o campo da política de subjetivação promovida pela *razão de Estado*, “explicitamente amante do neoliberalismo”, alerta que:

Os resíduos dessa subjetivação podem ser encontrados no profundo desprezo cultural pela velhice e ao ódio à diversidade, capturados ainda pela noção de jovialidade como estilo de vida normativo e a ser vivido por toda a vida e como sinônimo de uma vida bem-sucedida — de tal forma bem-sucedida que não oneraria o Estado. No entanto, um parêntese na crítica geracional: a palavra jovialidade aqui é paradoxalmente usada, pois ao mesmo tempo em que se exalta a plástica e a vitalidade juvenil, não restam formas de controle, tutela e precarização das juventudes, sobretudo aquelas marcadas por classe e raça... ampliada agonia em outras intersecções de marcadores, como diversidade de gênero e sexual, localidade etc. (POCAHY, 2019, p. 191).

Outro discurso, embora reconhecido no enunciado de *atitude/postura*, ultrapassa a pretensão analítica inicial e, ao mesmo tempo em que remete à realidade educacional de sua época, bota em relevo a questão do “lugar de corpo” para este pesquisador:

Juventude... eu passei por isso, **o senhor também já passou**. A gente tem muito idealismo. Fui muito idealista, na época, idealismo sobreposto com outras coisas, inclusive a família, que tem um conflito. Fui até convidado pelas autoridades, naquela época, **não sei se você lembra**, o DOPS, né, pra fazer alguns esclarecimentos. Morava em São Paulo. Participei muito dos movimentos estudantis. Por que que eu participei desses movimentos estudantis? É porque naquela época você passava no vestibular, né, a média você alcançava, mas não podia fazer matrícula porque a gente era excedente, não tinha vaga pra todos (Ezio, 76, os grifos são meus).

Este é apenas um de outros exemplos, que poderiam ser destacados em semelhante sentido, nos quais o corpo do pesquisador, independentemente de sua anuência, se fez presente nas articulações discursivas dos sujeitos. Esta constatação nos remete às autorreflexões formuladas por Tiago Duque (2020), quando este discutiu a distinção (não excludente) entre lugar de fala e lugar de corpo:

Porque o meu corpo de fala, pela pesquisa, tem sido algo que eu tenho pensado para entender o meu lugar no mundo, as minhas falas e o que os outros falam de mim e comigo. Não se trata de substituir a potência do que se tem pensado sobre lugar de fala por corpo de fala, antes, multiplicar as estratégias de se perceber em meio às produções de identidades e diferenças, em especial, nos contextos de pesquisa, ou naqueles em que a pesquisa os invade sem nos pedir licença. Ainda de forma precária e inicial, essas autorreflexões têm me apontado que o corpo de fala, não necessariamente o corpo que fala, denunciam parte das relações de poder em que estamos envolvidos devido ao nosso lugar de corpo (DUQUE, 2020, p. 77).

Estas denominadas autorreflexões evidenciam que pesquisador, mais pelo seu lugar de corpo do que pelo seu lugar de fala, e sujeitos de pesquisa estão imbricados nas tramas discursivas, portanto, também em relações de poder.

Não obstante, ainda que o lugar de corpo do pesquisador tenha aparecido em formulações discursivas que mais o aproximam das pessoas idosas do que dos estudantes regulares, é, no mínimo, curioso observar a forma como várias pessoas idosas concluíam suas formulações, apenas a título de exemplo, como esta: “A questão da pessoa idosa, eu acho o seguinte, ela deve ter o conhecimento das limitações dela, entendeu?” (Nádia, 76).

A ocorrência do questionamento “entendeu?”, presente não apenas neste discurso e não apenas neste contexto específico do exemplo, pode estar associada à ideia de sabedoria, vinda de alguém que, pelo conhecimento e pela experiência que possui, de certa forma se coloca numa posição de “vantagem” em relação ao pesquisador – o que, no entendimento deste pesquisador, pode ser lido como um interessante exercício de poder.

Observando, agora, as formulações discursivas sobre *velhice*, diferentemente do ocorrido com o conceito de juventude, o conceito de *velhice* comporta maiores distinções entre estudantes e pessoas idosas. Os discursos de estudantes regulares se articulam, majoritariamente, em torno de dois enunciados: 1) etapista/declínio, e 2) atitude/postura. Já os discursos das pessoas idosas são articulados, majoritariamente, em torno de 1) sentimentos, e 2) atitude/postura.

Os discursos sobre *velhice* dos/as estudantes regulares e aqui sistematizados como enunciados *etapistas*, semelhantemente ao ocorrido nos discursos sobre o conceito de

juventude, comportam ideias vinculadas a um momento ou etapa da vida, a um processo biológico, à classificação etária e ao enquadramento legal.

Uma destas narrativas, além de trazer a figura dos avós/família (um ponto de referência concreto que, na velhice, não apareceu para definir a velhice) aponta para limitações de ordem biológica, embora sem generalizar:

Hoje em dia... a gente sempre leva aquela imagem dos nossos avós, né? Que eram aquelas pessoas que ficavam em casa, que não faziam nada. Mas graças a Deus essa visão tá mudando bastante, né? E essas pessoas já não são mais tão subestimadas, também. Porque a gente, às vezes, num momento querendo proteger essas pessoas, a gente acaba limitando mais ainda a vida delas, impossibilitando. Então, assim, a gente... quando você fala em velhice você pensa, principalmente, naquela pessoa que não vai conseguir fazer as coisas, naquela pessoa mais limitada, sendo que, na prática, em si, não é bem assim, né? Não são todos (Suzana, 39).

É necessário registrar que esta formulação narrativa que associa a velhice à decrepitude e, por consequência, a doenças, não é exatamente nova, conforme Cassia Dardengo e Simone Mafra (2018, p. 6): “Percebe-se, também, que durante muitos séculos, a velhice foi vista como doença, talvez por ter sido, conforme registros históricos, estudada por pessoas ligadas a área médica”.

Esta ideia nos remete à perspectiva amplamente denunciada por Foucault, em várias de suas obras já aqui referenciadas, acerca das incursões da classe médica (sobretudo a psiquiátrica) de utilização de argumentos biologizantes para organizar e, com isto, pretender (muitas vezes conseguir) governamentalizar os processos regulatórios da vida social²⁰.

As narrativas vinculadas aos discursos articulados em torno da ideia de *declínio*, por parte dos/as estudantes regulares, incluem formulações vinculadas às questões biológicas de saúde/doença, limitação física, em menor grau de culto ao corpo, mas também incorporam aspectos psicológicos e necessidade de (re)adaptação. Dentre estes, destaca-se um que, mesmo assumindo inicialmente a questão etária, apresenta várias proposições para nomear a velhice, tais como melhor idade, terceira idade, além de, também, apresentar uma visão biológica do envelhecimento:

Pra mim a velhice também tá muito direcionada e correlacionada à faixa etária, né? Então a população acima de 60 anos e aí, considerada né... algumas pessoas colocam como melhor idade, né, a quarta idade, a gente tem também a população acima de 80 anos, né, que costuma ser um pouco mais debilitada do que as de 60, mas isso decorrente do seu processo de envelhecimento, né? Que os sistemas do corpo vão envelhecendo naturalmente, algumas coisas,

²⁰ Tanto assim que esta ideia biologizante, recentemente, foi pauta de uma proposta discutida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de enquadrar a velhice na nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID).

algumas funções vão sendo comprometidas. Mas nem sempre, também, tem essa visão, né, de uma pessoa doente, de uma pessoa acamada, de uma pessoa dependente, né, que não tem a autonomia dela (Cláudio, 24).

Este discurso é ilustrativo da existência de uma proliferação de termos para nomear a velhice. Para Schneider e Irigaray (2008, 588-589), “A existência de múltiplas palavras para nomear a velhice revela o quanto o processo de envelhecimento é complexo, negado, evitado ou mesmo temido”.

Outros discursos que apontam a velhice como período de *declínio* se apoiam nas ideias de enfraquecimento e de perdas que seriam inexoráveis para os sujeitos que envelhecem e assim, de certa forma generalizar a velhice:

Porque não tem como desassociar a velhice do enfraquecimento material, da perda do corpo, da perda da mente, isso é fato, não tem como a gente não associar velhice com essas características. Então acho que isso é uma primeira característica da velhice. A segunda é a perda de ressonância com o mundo, conforme você vai se desiludindo, perdendo suas esperanças, você vai ficando velho, acho que isso é muito importante, esse viés mais subjetivo (Caique, 24).

O que narrativas como esta de Caique nos convida a pensar? De pronto, que não é possível generalizar e, assim, traçar características que seriam inerentes ao processo de envelhecimento. É necessário considerar as condições econômicas, políticas e sociais a partir das quais cada sujeito experimenta o seu próprio processo de envelhecer.

No enunciado nominado como *atitude/postura*, o conceito de *velhice* aparece acompanhado de ideias vinculadas ao saber e à experiência, bem como às ideias de respeito e de consideração, mas também incluem a ideia de necessidade de preparação, adaptação e de manutenção de uma vida ativa (também vinculada à ideia de “sentir-se útil”).

Eu, por exemplo, quando era nova dirigia a noite toda. Ora, hoje eu sei que à noite para mim é difícil, eu sei que na chuva para mim é difícil. Correr para mim é difícil... Então eu tenho que ter minhas precauções, quer dizer, enxergar eu já não enxergo mesmo com o óculos, você não consegue ver da mesma forma. Escutar também não escuto. E com essa pandemia você não tem condições de ir em médico cuidar de nada, se você ficar surdo, você tem que ficar surdo, se você não enxerga fica sem enxergar. É desse jeito, não é? (Nádia, 76).

Esta narrativa nos remete à proposição de Rodrigues e Soares (2006, p.12) de que, à sua maneira, “cada indivíduo idoso elabora esquemas e estratégias de adaptação pessoal à velhice. Esses esquemas serão o reflexo de toda a sua história de vida, portanto, poderão ser mais ou menos construtivos e socialmente positivos”. Novamente está em relevo que o processo de envelhecimento não é universal e aplicável indistintamente a qualquer sujeito, mas também é

necessário se pensar que não se pode limitar a escolhas individuais, como se não houvesse articulações deste processo com o quadro mais amplo das políticas públicas sociais.

Outro discurso vinculado à ideia de *atitude/postura* apresenta aspetos morais:

A pessoa velha é aquela que deixa de viver. Que se aliena às práticas negativas. Se aliena a um passado remoto sem buscar, sem ler, sem ouvir, inovar, recriar. Isto aí é uma velhice. Dando sequência a novas práticas, se inovar, ler, praticar de atividades físicas, comer bem, ouvir boa música, ler um bom livro, ir ao cinema, ir ao teatro, se tem cinema, entendeu? Se envolver com assuntos bacanas, quer dizer, ter uma vida de qualidade (Camila, 66).

Este discurso, ao utilizar qualidades como “práticas negativas”, “ouvir boa música”, “ler um bom livro” e “se envolver com assuntos bacanas”, torna forçoso observar: estes elementos comportamentais, ao serem assim valorados, situam-se no campo da moralidade, tema tão caro a Foucault (1985, 1988), especialmente, mas não exclusivamente, trabalhados por ele em *História da Sexualidade*. Afinal, quem definiria o que pode ser bom e bacana? Estas formulações desconsideram a ideia foucaultiana de que as correlações de forças estão em variações contínuas e que comportam as apropriações de saber em cortes processuais.

Outro discurso que aborda a velhice no conjunto de formulações discursivas de *atitude/postura*, traz outro aspecto moral:

Ah, essa pergunta, pra mim é difícil, porque eu não me sinto velha (risos), você tá entendendo? Eu acho que velhice, como eu te digo, é uma questão de você deixar de viver, sabe? É se entregar, é falar, bom, eu sou velha, sou velha, sou velha. Se você por na cabeça que você não é velha, não é velha e não é velha, você não vai envelhecer. Você tem que cuidar da sua cabeça e do seu corpo. Eu cuido da minha cabeça e do meu corpo, que a minha cabeça não envelhece. Eu acho que idade é uma questão de mentalidade mesmo, sabe? De você ser ativo ou não ativo (Fernanda, 73).

O discurso de envelhecimento ativo (EA), segundo José de José e Ana Teixeira (2014), incorporado no vocabulário dos decisores políticos, ainda que possa trazer benefícios individuais e para a sociedade, tem passado por críticas exatamente por remeter a uma ideia de “capacidade individual” para a “autonomia individual (escolhas flexíveis) e para as “atividades produtivas”, como se estas últimas pudessem ser circunscritas ao domínio da responsabilidade individual, fazendo surgir com isto novos constrangimentos pelo avançar da idade:

A individualização do EA e a concomitante negligência do papel determinante dos fatores sociodemográficos ou dos contextos de vida faz com que a heterogeneidade da população idosa não seja reconhecida nem valorizada. Por conseguinte, muitas das expectativas veiculadas por certos discursos do EA poderão ser irrealistas para determinados segmentos da população idosa (JOSÉ, TEIXEIRA, 2014, p. 48-49).

Uma parte das pessoas idosas, em suas formulações discursivas, articulou suas narrativas em torno do eixo *sentimentos*. As formulações discursivas em torno do *sentimento* remetem às questões familiares, aos preconceitos, à necessidade de parcimônia para lidar com os jovens e, por fim, aos diversos medos, onde se inclui o desejo de não morrer. Dentre as discussões teóricas sobre o processo da morte, enquanto finitude (inexorável) da vida, encontramos em Maria Kovács (1992, p. 38):

Uma ilustração típica das atitudes do século XX, encontra-se no conto de Leon Tolstói, A morte de Ivan Ilitch. Este conto fala sobre um doente, e o que reina à sua volta é o silêncio, não se fala sobre a morte, ignora-se o seu fim próximo. Apresenta-se a medicalização da morte, onde reina a mentira e a solidão do doente. A morte não é mais considerada um fenômeno natural, e sim fracasso, impotência ou imperícia, por isso deve ser ocultada. O triunfo da medicalização está, justamente, em manter a doença e a morte na ignorância e no silêncio.

Um exemplo relativo aos medos: “É... Um pouco de desânimo. É... preocupação, né, com os acontecimentos e às vezes medo. Medo de fazer as coisas e não dar certo, tá? Mas ela continua sonhando (risos). Continua sonhando” (Emma, 71). É interessante observar que, apesar do medo de errar, Emma tenha dado ênfase ao fato de a pessoa idosa ter a capacidade de continuar sonhando. Entendemos que esta afirmativa possa ser associada à capacidade de formular e de manter projetos de vida.

Outro exemplo de discurso associado a *sentimentos*, mas que também invoca a autonomia financeira, a sabedoria e a relação com os jovens:

Então, o que é velhice? Eu escrevo, eu sou escritora, também, dentre outras coisas, né? Em ser uma aposentada que não precisa mais buscar o sustento, né? Eu escrevi um dia: 'olha, sabe o que é velhice? É você não esperar mais receber flores porque você vai lá na floricultura e compra as suas flores' (risos). Entendeu? Você compra as suas flores e fica feliz da vida (risos). E é muito... E há uma certa, para aqueles que sabem envelhecer com sabedoria, há uma certa parcimônia, por exemplo, em relação ao jovem (Mila, 65).

Ao discutir o envelhecimento populacional, Camarano e Pasinato (2004, p. 287) apresentam uma faceta semelhante e que diz respeito à autonomia financeira das pessoas idosas:

Até meados do século passado, a idade avançada estava associada a carências de renda, em função da incapacitação para o trabalho e do surgimento de limitações físicas e mentais. Ou seja, os idosos teriam a sua autonomia comprometida por restrições de renda e/ou de saúde. Ainda que estes sejam os dois determinantes principais das suas condições de vida, o desenvolvimento dos sistemas de seguridade social tem desempenhado importante papel para a construção do bem-estar dos indivíduos nessa etapa da vida.

Não se pode pretender, certamente, que uma tal constatação (aparentemente tida como geral) de fato seja uma realidade de toda a população idosa brasileira, inclusive não é demais lembrar que os sujeitos desta pesquisa, conforme já demonstrado e discutido anteriormente, representam apenas um determinado estrato da sociedade, majoritariamente constituído por pessoas brancas, com alto nível de escolaridade e de renda.

3.3. “Eu queria estudar na Universidade Federal” – analisando o poder e as possibilidades de agência

Para o desenvolvimento deste tópico procurou-se focar o olhar sobre as narrativas dos sujeitos quando articuladas em termos de elementos que se relacionam às questões do exercício do poder e às estratégias de agência – até porque o surgimento de uma agência problematizada, para Ortnier (2007), teve suas raízes em questões de poder.

As narrativas foram sistematizadas em torno de cinco enunciados analíticos de discursos de poder: 1) político, 2) institucional, 3) tecnológico, 4) de grupo e 5) de respeito. As narrativas de agência serão apresentadas e discutidas, quando encontradas, enquanto contrapontos e no decorrer destes cinco enunciados analíticos.

Sobre o poder *político*, encontramos em Giovanna (22) a seguinte afirmação: “eu acredito que as políticas, muitas vezes, são mais voltadas para as pessoas jovens que também... eles esquecem, um pouco, das pessoas idosas, eu acredito assim”. A mesma interlocutora ainda complementa:

Talvez agora, por conta da pandemia, eu acredito que muito esteja focado nas pessoas mais idosas por conta do Covid, né? Que aí começou a dizer que as pessoas idosas eram mais acometidas, aí eu acredito que, por isso, eles tenham dado uma atenção maior. Mas geralmente eles são deixados muito de lado (Giovanna, 22).

Corroborando esta narrativa de Giovanna (22), deparamo-nos com outra fala, desta feita articulada por uma pessoa idosa:

É muito triste. A experiência que eu tenho com esses oito anos que eu criei o projeto, que meu foco é a pessoa idosa... Falam tanto em políticas públicas pra pessoa idosa, mas isso é só blá, blá, blá. Eduardo, você não tem noção o que eu vivo com esse público (Zoé, 69).

Dentre as possíveis reflexões sobre estas duas narrativas, primeiro deve-se lembrar que o segmento populacional composto por pessoas idosas é bastante heterogêneo, além de cobrir um espectro que comporta diferenças de mais de 30 anos. Em que pese o avanço das legislações,

pensando sobre a mencionada indisponibilidade ou ineficácia das políticas públicas sociais para pessoas idosas, Camarano e Pasinato (2004, p. 287, grifos nossos) já advertiam que:

Nas últimas duas décadas muito se avançou na questão do envelhecimento populacional tanto no que se refere à agenda internacional quanto à nacional. A legislação incorporou grande parte das sugestões das assembléias internacionais. No entanto, **fica pendente a necessidade de que essas leis se façam valer no cotidiano dos idosos brasileiros.**

Ainda que a preocupação com a arena *política* nas narrativas, como exemplificado pelas falas de Giovanna (22) e de Zoé (69), tenha dado maior destaque para um desequilíbrio que seria desfavorável para as pessoas idosas, também foi encontrada outra narrativa que problematizou a ausência ou, pelo menos, algum grau de relaxamento ou de retrocesso nas políticas públicas para a juventude, como no seguinte relato:

Bom... eu vejo descaso, né? [...]. Até então, e o CRAS, na minha época, quando... ele acolhia os jovens, né, ali dos 12 até os 17, 16 anos, né? E procurava desenvolver, fazer... é... habilidades, né, por exemplo, tocar violão, escrita, né, fazer questão de dinâmica, né, pra interação social... é... comunicação, né, até questão de percussão corporal, né? É... só que hoje eu não vejo mais esses projetos, né? [...] o CRAS virou um lugar que eles vão pra passar o tempo, né? Então, os meninos jogam bola, vão lá e ficam jogando bola. É... e as meninas ficam conversando, né, tem algum... não sei se tem algum outro projeto específico pra elas, mas, não pensa a questão, realmente, de atividades, né, diversas, para eles, né? [...] Mesmo antes da pandemia, já não ocorria mais essas atividades, era tipo só futebol mesmo, iam lá, e eles recebiam, tipo merenda, né, recebiam café da manhã, almoço, né, lanche da tarde. Mas fora isso não procurava desenvolver nada com eles, né, nenhum projeto, por exemplo, horta comunitária, né, algo do tipo pra eles, né... então... já... também, não sei questão de recurso, assim, como é que funcionava, né, mas já não tinha (Estevão, 25).

O relato de Estevão nos faz lembrar da discussão de “uma sociedade para todas as idades”²¹ e de um possível conflito ou disputa intergeracional, no que concerne à formulação e à execução das políticas públicas sociais. Se quisermos pensar em uma sociedade para todas as idades, como preconizado pela Organização das Nações Unidas ao se deter sobre o envelhecimento, é necessário não apenas a manutenção, mas, também, o fortalecimento de políticas públicas sociais que se orientem para as realidades de crianças, adolescentes, adultos/as e pessoas idosas.

²¹ “Em 1992, a Assembléia Geral da ONU aprovou a Proclamação sobre o Envelhecimento, que estabeleceu o ano de 1999 como o Ano Internacional dos Idosos e definiu os parâmetros para o início da elaboração de um marco conceitual sobre a questão do envelhecimento. O slogan do Ano Internacional do Idoso foi a promoção de uma sociedade para todas as idades. O marco conceitual foi elaborado em 1995 (Documento 50/114 da ONU) e a exemplo da Proclamação sobre o Envelhecimento conta com quatro principais dimensões para a análise de uma ‘sociedade para todas as idades’: a situação dos idosos, o desenvolvimento individual continuado, as relações multigeracionais e a inter-relação entre envelhecimento e desenvolvimento social (CAMARANO e PASINATO, 2006, p. 257).

Camarano e Pasinato (2006, p. 288), defendendo a necessidade de se repensar os mecanismos de proteção social vigentes nas várias sociedades, concluíram que “As políticas para a população idosa devem promover a solidariedade entre gerações. Isso significa equilibrar as prioridades das necessidades dos idosos com a de outros grupos populacionais”. Esta ideia de equilibrar prioridades nos remete à formulação de Eloísa Höfling (2001, p. 35):

As ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados. Especialmente por se voltar para e dizer respeito a grupos diferentes, o impacto das políticas sociais implementadas pelo Estado capitalista sofrem o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder.

Aqui fica evidenciado, mais uma vez, que as mudanças que a sociedade requer do Estado, sobretudo na arena das políticas públicas sociais, não “caem do céu por descuido”: são frutos da correlação de forças sociais e, neste sentido, circunscrevem-se no campo das relações de poder.

Ainda pensando sobre o poder *político*, encontramos em, pelo menos, uma narrativa de uma pessoa idosa, um contraponto a ser considerado e que pode ser caracterizado como *agência*, no sentido proposto por Ortner (2007), na medida em que escapa das práticas irrefletidas e cotidianas para as ações que procuram, a partir da problematização que têm raízes nas questões de poder, intervir no mundo com algo em mente, ou seja, têm intencionalidade:

Então, pra mim, tá faltando o entendimento dos gestores públicos, dos gestores sociais disso aí. Eu me meto em um monte de grupo que eu posso me meter aí, e uma coisa que eu tô defendendo muito, e eu tive numa *live* aí do pessoal da OAB, das mulheres da OAB, acho que no começo do ano, final do ano passado, e eu tô defendendo uma política ocupacional pro idoso no Brasil, em Campo Grande, em forma de condomínio, com a geração dele (Diva, 73).

Já citamos anteriormente, mas o relato de Diva nos remete diretamente ao seguinte entendimento formulado por Ortner (2006, p. 76):

Então, tanto a dominação como a resistência sempre estão, a meu ver, a serviço de projetos, da autorização ou do empoderamento para perseguir objetivos e fins culturalmente significativos, sejam estes para o bem ou para o mal.

Por seu turno a institucionalidade ou, em outros termos, as formulações discursivas que podem ser associadas às práticas e ao exercício do poder *institucional*, foram percebidas e revelaram-se significativas enquanto círculos que reforçam a ingerência destes espaços na constituição identitária.

No interior dos discursos que articularam o poder *institucional*, a família esteve muito presente nas narrativas e entendemos significativa a articulação desta influência institucional familiar com a influência do espaço universitário: “Não tinha muito essas figuras, paterna, materna, rígida, sabe? [...]. E em certos momentos até eu cheguei a me comportar assim, com a minha avó, sabe, antes de, enfim, entrar na academia, de olhar as coisas de uma forma diferente” (Rafael, 22).

O fato de a narrativa contrapor ou, melhor, relacionar a influência familiar com uma mudança de perspectiva devida ao seu acesso ao espaço educacional universitário, que Rafael chamou de academia, remete ao quarto dos cinco pontos estabelecidos por Foucault (1995, p. 246, grifos nossos) para a análise das relações de poder:

As formas de institucionalização: estas podem misturar dispositivos tradicionais, estruturas jurídicas, fenômenos de hábito ou de moda (como vemos nas **relações de poder que atravessam instituição familiar**); elas podem também ter a aparência de um dispositivo fechado sobre si mesmo com seus lugares específicos, seus regulamentos próprios, suas estruturas hierárquicas cuidadosamente traçadas, e uma relativa autonomia funcional (**como nas instituições escolares** ou militares); podem também formar sistemas muito complexos, dotados de aparelhos múltiplos, como no caso do Estado que tem por função constituir o invólucro geral, a instância de controle global, o princípio de regulação e, até certo ponto também, de distribuição de todas as relações de poder num conjunto social dado.

Por seu turno, uma das interlocutoras idosas apresentou um relato da forma como uma outra pessoa idosa concebia a si própria em relação à instituição universitária, o que para nossa interlocutora teria sido motivo de grande surpresa:

Pra mim, tem uma coisa assim, que me fez fazer muita reflexão de vida e tudo, foi um relato de uma pessoa que disse que passava de ônibus do lado da universidade e que ela achava que não podia nem entrar ali... Sim, uma pessoa idosa, ela achava que aquilo não pertencia a ela de jeito nenhum. Então, a felicidade dela de estar lá dentro, era muito grande, você entendeu? E isso me marcou, gente como é que pode um negócio desse? Isso me marcou, e daí que eu fui pensar quantas coisas, como que existem essas diferenças de vida de uma pessoa e de outra, né. Pois é, nunca achei que eu ia conhecer alguém que ia achar que estar ali dentro era uma felicidade muito grande, ela era deslumbrada com tudo aquilo ali. Vai saber, né? Você pode ver como a diferença entre as pessoas, as diferenças de vida e tudo, às vezes tem outra que era do mesmo jeito dela e olhava aquilo lá e nem dava importância nenhuma sabe, às vezes até dava, mas não tinha aquele sonho, né? (Nádia, 76).

Corroborando este sentimento, encontramos em outras narrativas a valorização deste espaço institucional: “Primeiro, eu queria estudar na Universidade Federal, (risos) certo? Esta é uma situação, na Universidade Federal” (Denise, 63).

A singularidade destes relatos de Nádia e Denise traz a importância de se pensar no aspecto multifacetado dos sentimentos que são diferentemente experimentados pelos sujeitos em sua relação com a institucionalidade, no caso, universitária. Estes sentimentos, verbalizados ou não, percebidos e trabalhados ou não, ilustrativamente compõem o campo das influências do poder institucional na subjetivação, seja na pura e simples incorporação de valores, seja na instrumentalização e na operacionalização das estratégias de resistência.

De todo modo, a institucionalidade é apenas um dos meios pelos quais se exercita o poder – e não o mais importante. Foucault (1995, p. 246-247) relaciona cinco pontos que precisam ser articulados na análise do poder: 1) o sistema das diferenciações; 2) o tipo de objetos perseguidos; 3) as modalidades instrumentais; 4) as formas de institucionalização, e 5) os graus de racionalização, e conclui:

Eis por que a análise das relações de poder numa sociedade não pode se prestar ao estudo de uma série de instituições, nem sequer no estudo de todas aquelas que mereceriam o nome de “política”. As relações de poder se enraizam no conjunto da rede social. Isto não significa, contudo, que haja um princípio de poder, primeiro e fundamental, que domina até o menor elemento da sociedade; mas que há, a partir desta possibilidade de ação sobre a ação dos outros (que é co-extensiva a toda relação social), múltiplas formas de disparidade individual, de objetivos, de determinada aplicação do poder sobre nós mesmos e sobre os outros, de institucionalização mais ou menos setorial ou global, organização mais ou menos refletida, que definem formas diferentes de poder.

É importante observar que Foucault (1995) reconhece a influência dos espaços institucionais e da política nas relações de poder (e acrescentaríamos, aos processos de subjetivação) – mas se recusa a reduzir os estudos sobre poder a estas duas searas, de forma isolada.

Inclusive a influência dos espaços institucionais aparece com bastante clareza em várias narrativas, como neste exemplo: “Então esses ambientes, eles me forçam, a todo momento, a ter uma configuração do que é ser adulto, a me comportar de diversas formas, e eu já percebi isso, né?” (Rafael, 22).

Um outro aspecto que se sobressaiu nas narrativas dos/as interlocutores/as foi o domínio das *tecnologias* enquanto ingrediente da diferença intergeracional que, também, influencia nas relações de poder:

Mas eu lembro, assim, de algumas vezes eu notar, assim, que tinha... algumas pessoas idosas tinham muita dificuldade em algumas disciplinas, é... em algumas... alguns conteúdos, assim, que... algumas disciplinas, mesmo, que precisavam de... demandavam algum uso de alguma tecnologia, de um software, de uma ferramenta e que a pessoa não sabia usar. E eu também não

me disponibilizei a ajudar, na época, assim, sabe? Eu lembro de eu ter ficado bem assim, lá no meu canto, e pronto (Leila, 25).

E conflito com o jovem, toda a vida a gente vai ter. Mas isso a gente supera, a gente tem, talvez, conhecimento de vida e eles têm um conhecimento, por exemplo, da tecnologia. Eles arrebatam! É, já nasceram com isso, né? Então, isso aí é muito importante pra gente e eles nos ajudam. Hoje eu tenho um netinho com quatro anos e ele pega o meu celular e sabe fazer tudo! Então, eles estão aí... (Inês, 65).

Estas duas narrativas não foram as únicas, mas foram escolhidas para ilustrar a diferença do domínio das tecnologias pois, como se constata, foram formuladas por uma interlocutora jovem e uma interlocutora idosa. Para Mendes (2018, p. 21):

O público jovem está mais acostumado à velocidade com que surgem essas tecnologias digitais e frequentemente demonstram facilidade no domínio desses recursos. Para a autora, tais peculiaridades podem estar relacionadas ao contexto em que cada geração se encontra: as pessoas mais velhas conheceram as tecnologias somente depois de adultos. Já os jovens costumam aprender com as tecnologias desde crianças.

Entretanto, a questão é relativizada por Mendes (2018, p. 14), pois

Na prática, tal comportamento pode variar de acordo com o contexto, uma vez que ser jovem ou ser idoso não é sinônimo de ter mais ou menos dificuldades com relação às tecnologias. Além disso, nem todas as pessoas têm as mesmas condições de acesso às tecnologias digitais (que podem ser diferentes de acordo com a região ou a situação econômica, por exemplo). Independente da faixa etária, o perfil de cada um pode variar de acordo com a situação econômica, condições de acesso às tecnologias e interesse de cada um.

Assim, as relações de poder, no caso, entre jovens e pessoas idosas, quando inscritas em termos de domínio das tecnologias, não necessariamente deve ser analisada apenas como a possibilidade de exercício de poder de uns (jovens) sobre outros (pessoas idosas). Neste sentido, concordamos com a afirmação de Mendes (2018) de que a utilização das tecnologias digitais poderia, inclusive, auxiliar na inclusão de pessoas idosas. Em outras palavras, a relação intergeracional mediada pela tecnologia, ainda que possa se estabelecer a partir do reconhecimento da disparidade de domínio (poder) tecnológico entre jovens e pessoas idosas, pode ser manejada segundo a perspectiva da aprendizagem, como apresentado na narrativa de Ary:

Aí, né, sumiu a claridade do meu celular, e eu não sei né, tem aqui umas teclas aqui do lado esquerdo, mas eu nunca usei, né? Aí eu fui até um moleque, né, que fica jogando aqui na escada, que eu moro num condomínio, tá? Aí eu fui numa escadaria e tinha três moleques jogando *game*. Eu falei, quer saber uma coisa? Esse moleque vai me ensinar (risos). Aí eu falei, menino, meu celular tá tudo escuro, e aí? Ele falou, oh, tiozinho, é aqui do lado, aí, ó, aperta aqui e pronto, tá vendo, tá clareando... Um molequinho acho que de 10, 12 anos,

Eduardo, me ensinou. Não me senti humilhado, não. Então eu acho que a gente constantemente a gente tem que reciclar (Ary, 69).

Esta formulação discursiva de Ary, que incluímos na perspectiva de aprendizagem, remete também à possibilidade de solidariedade intergeracional que, como apontado por Leite e França (2018), pode ser um fio condutor para reverter valores e para a ruptura de preconceitos intergeracionais – tanto das pessoas mais velhas com relação aos jovens, quanto dos jovens com relação às pessoas mais velhas.

Um outro conjunto de formulações discursivas relacionadas ao poder circunscreve-se à *formação de grupos*. A primeira distinção interpessoal entre os/as interlocutores/as para a concepção da ideia de grupo parece ter sido a geração (grupo dos jovens, grupo das pessoas idosas), mas o que as narrativas aqui analisadas apresentaram foram as dinâmicas para a formação de grupos que “misturavam” estas duas gerações, com vistas à realização de determinados trabalhos, dentro ou fora da sala de aula, mas decorrentes da disciplina de graduação que estes/as interlocutores/as compartilhavam:

Eu achei bem interessante, eu achei bem legal. Mas eu vi que o grupo, em si, ficou um tanto preocupado. A gente teve algumas atividades, né, que a gente teve que se dividir em grupos, então, assim, a gente percebia quase aquela torcida “não deixa ele ir pro meu grupo não” (Suzana, 39).

O relato de Suzana aponta para a ocorrência de resistência, por parte dos estudantes regulares, para incorporarem uma pessoa idosa em seus grupos de trabalho. Mas nem todas as pessoas idosas encontraram tal resistência: “E eles também se adaptaram muito bem, então assim foi muito bom. A primeira que eu fiz foi com o curso de nutrição, nós até fizemos trabalho em grupo, até fizemos pesquisa no mercado municipal” (Nádia, 76).

Vejamos um outro relato de resistência, por parte dos jovens, semelhante ao de Suzana, mas que teve um desfecho favorável para as pessoas idosas:

Nem todos da turma estavam abertos a ensinar, a... vamos supor, a professora passava as tarefas e os trabalhos em grupo. Então no meu grupo sempre ficavam duas idosas, e uma outra ficava num outro grupo, porque tinha pessoal do projeto então a gente se redividia, falava “ó, fulano fica pra lá e a gente fica pra cá” e acolhe, né? E aí foi dessa forma, mas assim, não foi aberto, assim, por todos, nem todos queriam, né? E aí foi, acho que um marco interessante, foi que quando uma dessas apresentações, a gente tava apresentando o trabalho, né, e aí teve uma idosa que ela deu um show! Um show de apresentação. Porque ela estudou a parte dela, e não só a parte dela, ela estudou o trabalho, ela leu o artigo. Era a primeira vez que ela tava... ela tava aprendendo, na verdade, a ler artigo e a pesquisar artigo. E aí ela deu um show, assim, na apresentação dela, todo mundo ficou, assim, de boca aberta, porque ela falou... ela tava falando sobre o cérebro, e as partes, sabe, lobo frontal, temporal, e ela explicou cada uma das funções de cada parte, e todo mundo assim, tipo... os alunos, sabe, “como assim ela conseguiu falar, e sem olhar

no papel”, porque daí tinha alunos que tavam com o papelzinho no dia da apresentação, e ela falou, assim, tranquilamente, sabe? (Jacyara, 26).

Observa-se, especialmente nas narrativas de Suzana e Jacyara, que é sobre os indivíduos, enquanto sujeitos marcados pela geração (pessoa idosa), que recai a aplicação dos procedimentos de “normalização” ou, para sermos mais fiéis às narrativas, medidas de comparação e de classificação das pessoas, o que as remete ao “seu grupo” (geracional), segundo as características individuais que supostamente apresentam ou se espera que apresentem. Sobre esta questão, recorremos a Prado Filho (2017, p. 317-318):

A genealogia dos indivíduos não trata da autonomia nem da liberdade dos indivíduos – universais iluministas operantes na filosofia moderna e no moderno estatuto do indivíduo – mas de submissão e sujeição, que nada têm a ver com formas de exploração ou dominação. Modos de exploração e dominação remetem à “grande política”, aos luxos molares de poder: a expropriação capitalista generalizada, a opressão massiva do Estado, a política institucional. Já, relações de submissão e práticas de sujeição remetem a fluxos moleculares, à capilaridade do poder, à sua dispersão: sua microfísica.

A formação de grupos não se confunde, portanto, com poder institucional ou mesmo político. A formação de grupos, como nos exemplos mencionados nas narrativas das interlocutoras, deve ser entendida como práticas que ocorrem na capilaridade do poder, como explicou Prado Filho.

Por fim, no último conjunto de formulações discursivas aparece com proeminência o *respeito*:

É, eu acho que muito passa pelo respeito. Então, se ouvir falar da pessoa mais velha, sei lá, contrariar ela aí alguém vai falar “respeita, rapaz, mais velho”, tem essa questão do respeito, acho que é a principal relação (Rian, 22).

O velho... O idoso, velho não, é idoso, né? Ele imagina que por ser idoso o jovem tem que respeitar ele. Eu também pensaria mais ou menos assim. Pô, eu sempre respeitei as pessoas, né, então porque que agora eu sou idoso, um cara vai querer me humilhar, um jovem vai querer me humilhar? De jeito nenhum (Ary, 69).

De saída, estas duas formulações discursivas, de Rian e de Ary, permitem uma indagação: será que elas versam apenas sobre o respeito às pessoas mais velhas ou será que o respeito também constitui disputa pelo poder? Para Maria César, André Duarte e Jamil Sierra (2013, p. 196),

Neste processo de definição de territórios entre o mesmo e o diverso, o olhar dirigido pelo centro pode ser de rejeição e violência, assim como também de aceitação, respeito e tolerância em relação à diferença. Embora bem-intencionada em relação ao diverso, a posição “tolerante” jamais interpela a

ficção que produz a separação entre o centro e a margem, entre o mesmo e outro, ou entre a unidade e a diversidade.

O que estas ponderações nos fazem pensar é que o discurso de respeito, atualmente tão propalado (inclusive por instituições como a UFMS²²), não permite romper com a ideia de desigualdade que se legitima a partir de uma suposta hierarquia entre as pessoas, construída a partir dos marcadores sociais da diferença. Pelo contrário, acaba é por reforçá-la, na medida em que este discurso de respeito sempre é partilhado como uma atitude que, invariavelmente, deve partir das pessoas que estariam no centro (no caso estudado, as pessoas jovens) para com as pessoas que estariam nas margens (no caso, as pessoas idosas). Ao não questionar a existência de tal hierarquia, o discurso de respeito reforça a ideia de “dentro” e “fora” como posições permanentes.

²² A campanha “Eu respeito” (<https://www.ufms.br/campanha-eu-respeito-em-toda-ufms/>) foi lançada pela UFMS em abril de 2018, sob a ideia de promover a integração entre professores, técnico-administrativos e alunos, pretendendo “fortalecer um ambiente onde todos se respeitam, no qual esse valor se materialize em atitudes em prol da própria comunidade acadêmica”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa analisamos as relações intergeracionais havidas entre pessoas idosas e jovens (estudantes regulares) participantes da atividade de extensão “Pessoa Idosa na Formação Acadêmica” no período de 2015 a 2019. Entendemos oportuno reiterar que esta é uma das atividades que fazem parte do rol de ofertas realizadas pela Universidade Aberta à Pessoa Idosa da UFMS, mas comporta distinções que, para nós, tornaram esta atividade específica mais interessante para fins da pesquisa realizada.

A atividade “Pessoas Idosas na Formação Acadêmica”, a partir da qual as relações intergeracionais foram aqui analisadas, consiste na inclusão de *algumas* pessoas idosas, que possuíam pelo menos o ensino médio completo, em *algumas* disciplinas regulares dos cursos de graduação da UFMS. Nesta atividade, que nos interessou adotar como campo para a análise das relações intergeracionais, o número de pessoas jovens é muito superior ao número de pessoas idosas.

Além disto, o que mais nos despertou interesse foi o fato de as pessoas idosas serem colocadas lado a lado com os demais estudantes regulares, com eles estabelecendo, portanto, um outro tipo de relação. Nesta atividade as pessoas idosas, ao participarem dos processos de aprendizagem de uma disciplina específica, não vão encontrar os mesmos conteúdos abordados pelas demais atividades, ou seja, via de regra a centralidade dos conteúdos não é a pessoa idosa (salvo uma única exceção – a disciplina “Saúde da Pessoa Idosa”, do curso de Fisioterapia, e que também acolheu pessoas idosas pelo projeto).

Participar de disciplinas de graduação, nas condições acima elencadas, possibilitou às pessoas idosas que também compartilhassem seus saberes; que pudessem fazer parte da constituição dos pequenos grupos de estudantes regulares com a finalidade de conjuntamente estudar, elaborar e apresentar trabalhos acadêmicos; que pudessem participar das atividades avaliativas, enfim, que de fato pudessem participar da disciplina como estudante regular, ainda que não o tenha sido de direito. Assim, as análises realizadas devem ser entendidas como circunscritas a este contexto específico que mediou as relações estabelecidas.

Um outro aspecto a ser destacado foi o número e a diversidade dos/as interlocutores/as que participaram desta pesquisa. Dialogar com 30 pessoas que comportam diferenças de idade, de gênero, de raça/etnia, de classe etc., e com elas estabelecer algum tipo de vínculo, mesmo que temporário, foi um processo extremamente enriquecedor, inclusive do ponto de vista pessoal. Neste sentido, o olhar interseccional sobre os marcadores sociais da diferença teve

importância fundamental tanto na manutenção dos diálogos quanto, principalmente, nas análises realizadas.

Sobre as análises realizadas, um primeiro aspecto que queremos destacar é que, pelas narrativas dos/as interlocutores/as, pesquisador e sujeitos da pesquisa, às vezes mais pelo lugar de corpo do que pelo lugar de fala, estão imbricados nas tramas discursivas e, portanto, também em relações de poder.

Um segundo elemento foi uma forte vinculação das narrativas a enunciados *etapistas* (principalmente relacionados às questões biológicas), tanto para definir o que é juventude quanto para definir o que é velhice. Nestas narrativas se sobressaem, para as pessoas idosas, a ideia de saúde/declínio. Esta associação, como discutimos, pode ser atribuída a um resquício de herança histórica, uma vez que os estudos sobre a velhice estiveram/estão, durante séculos, dominados pela área médica (DARDENGO e MAFRA, 2018), que se utilizou/utiliza de argumentos biologizantes para organizar processos regulatórios da vida social.

Dentre as narrativas foi encontrada a incorporação do discurso de envelhecimento ativo, que este remete à ideia de capacidade individual, de autonomia/escolha individual e, por fim, de autonomia produtiva. A assunção deste discurso pode fazer surgir novos constrangimentos pelo avançar da idade, pois passa a ideia de que “só é velho quem quer”, sem levar em conta os diversos fatores e contextos da vida que não passam por escolhas pessoais.

Os *sentimentos*, enquanto experiências subjetivas, estiveram presentes em algumas narrativas e foram diversamente experimentados pelos/as nossos/as interlocutores/as, em suas relações com a institucionalidade, com a autonomia financeira, com a família, com os preconceitos e com os medos, onde se inclui o medo da morte. Assim, pode-se afirmar que os sentimentos, mesmo quando não verbalizados, atravessam os sujeitos, seja do ponto de vista das emoções ou das posturas individuais relacionadas às situações, às instituições e às outras pessoas com as quais mantêm contato.

Outro aspecto relevante presente nas narrativas, tanto de pessoas idosas quanto de pessoas jovens, foi a diferença no grau de domínio das tecnologias. Esta diferença, quando articulada na perspectiva da aprendizagem, pode ser associada à possibilidade de solidariedade intergeracional que, neste sentido, pode ser um fio condutor para se repensar valores e para a ruptura de preconceitos intergeracionais – tanto das pessoas mais velhas com relação aos jovens, quanto dos jovens com relação às pessoas mais velhas.

Sobre os discursos étnico/raciais, o que as análises do contexto estudado nos mostram é que não se deve nem essencializar e nem romantizar as diferenças. Raça/etnia é um marcador social que não reduz e nem coloca, desde sempre, os sujeitos na condição de uma subalternidade

insuperável. Mas também o discurso do “anti-racismo”, enquanto retórica multiculturalista, revela-se incapaz de romper com a essencialização da diferença dos corpos racializados. Não há nada que nos permita definir genericamente “um idoso”, “um índio”, “um branco”, “um jovem” etc. Há que se considerar o contexto, a história, a trajetória individual dos sujeitos, as condições concretas de sua existência no mundo.

Pensando no dispositivo de sexualidade, superposto ou não ao dispositivo de aliança, verificou-se que a forma com que cada sujeito (jovem ou idoso) se posiciona e lida com ele não é homogênea. De um lado, encontramos nas narrativas a reprodução da tendência de reprimir a sexualidade na velhice que fez surgir o “mito da velhice assexuada”. De todo modo, este mito não é internalizado da mesma forma por homens e mulheres, por exemplo. Ainda que seja mais comum aos homens envelhecidos o interesse em manter uma vida sexual ativa, até devido aos imperativos constituídos em torno da ideia hegemônica de masculinidade, há mulheres idosas que rompem com este mito e afirmam desejar, mais do que um marido, um “namorado que faça sexo”.

De outro lado, dialogando com esta discussão, destacamos no conjunto das narrativas dos estudantes regulares (jovens) a menção ao desconforto ou mal-estar gerado em uma turma de uma disciplina do curso de Educação Física pelo fato de, a partir do exercício de uma encenação coreográfica dançante, ter havido o contato físico (lido como uma possível conotação sexual) entre os corpos de um homem jovem e de uma mulher idosa. Como já discutimos a partir de Arcoverde (2006), a articulação da dança aos sentimentos e à percepção do outro (e do mundo) concorrem para a construção e apreciação da dança enquanto manifestação da sexualidade. Neste sentido, a narrativa “ah, e se fosse minha mãe?” nos remete à história de Édipo, problematizada por nós a partir das discussões de Beauvoir (1970) e Foucault (2002).

Dentre o conjunto de formulações discursivas de pessoas idosas e jovens com relação ao poder, aparece com destaque o enunciado do *respeito*. Conforme afirmamos este discurso do respeito, além de não romper com a ideia de desigualdade, acaba por reforçá-la, na medida em que deve partir, invariavelmente, de quem está no centro (no caso, pessoas jovens) em relação a quem está na periferia ou nas margens (no caso, as pessoas idosas), sem questionar a existência de tal hierarquia.

Queremos destacar, ainda, a proeminência do poder institucional, mais especificamente pensando no espaço universitário onde ocorreram as relações intergeracionais aqui analisadas. A participação neste espaço, por exemplo, foi verbalizada por um interlocutor jovem enquanto modificadora da forma como ele enxergava a sua relação familiar e também como um ambiente

que o forçava a ter uma configuração do que é ser adulto. Para as pessoas idosas, o espaço universitário foi percebido como “aquilo não pertencia a ela de jeito nenhum”, mas também como um espaço de desejo de ali estudar e com o sentimento de valorização, na fala de uma das interlocutoras, ao ser questionada pelo professor da disciplina da qual participou: “tá fazendo o que aqui, veio ensinar?”. Estes sentimentos compõem o campo das influências do poder institucional na subjetivação.

É certo que os estudos sobre poder, conforme Foucault (1995), não devem ser reduzidos ou limitados ao poder institucional e ao poder político. Mas é igualmente certo que estes espaços institucionais não podem ser desconsiderados, dada a influência que exercem sobre os processos de subjetivação. Neste sentido, um questionamento que formaríamos e que também esteve presente nas narrativas de nossos/as interlocutores/as é: a universidade é para todos? Todos quem? No contexto estudado não tivemos nenhum/a interlocutor/a indígena, por exemplo, a despeito de Mato Grosso do Sul comportar a segunda maior população indígena do país.

Como contribuição reflexiva, queremos deixar registrado que a atividade por meio da qual foram analisadas as relações intergeracionais pelo presente trabalho (“Pessoa Idosa na Formação Acadêmica”, do Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI/UFMS) exige (ou pelo menos exigia no período analisado) como pré-condição de acesso que as pessoas idosas tivessem concluído, pelo menos, o ensino médio. Ao interseccionar as informações do perfil destes sujeitos, com relação à raça/etnia e classe (renda), verificou-se a prevalência de pessoas idosas brancas e de renda pessoal relativamente elevada.

Caberia então perguntar: se a intenção da UnAPI é abrir a UFMS para que pessoas idosas possam participar de disciplinas de graduação, para quais sujeitos a universidade está se abrindo e para quais sujeitos ela continua fechada, inacessível?

A educação básica (ensino fundamental e médio) não foi, desde sempre, um direito positivado como de todos/as os/as brasileiros/as (o que ocorreu, sobretudo, a partir da Constituição Federal de 1988). As pessoas que hoje estão com 60 anos (ou mais), a despeito de seus pertencimentos étnico-raciais e de classe social, não contavam, à época de seus períodos de escolarização, com os mesmos suportes que hoje, ainda que continuem a requerer melhorias, são disponibilizados pelas políticas públicas educacionais. Como resultado, o retrato apresentado pelo IBGE sobre o nível de escolarização de pessoas idosas, de pessoas negras e das populações indígenas não nos permite ignorar esta realidade.

O acesso às disciplinas de graduação oferecido pela UnAPI/UFMS, ao exigir o ensino médio completo, vem sendo negado para 81,3% da população idosa residente no Estado de

Mato Grosso do Sul. Assim, pensando em ampliar este acesso, sugere-se que os/as gestores desta política na UFMS analisem a pertinência da inclusão, pelo menos, das pessoas idosas que não tiveram a oportunidade de conclusão do ensino médio, ainda que em experiências-piloto que, seguramente, deverão ser avaliadas para validar ou melhorar esta proposta de realização.

Sabemos que estudamos um recorte da realidade social e institucional, um contexto específico de relações intergeracionais havidas em um espaço institucional educacional e em um determinado recorte de tempo. Mas acreditamos que as próprias análises e os resultados da pesquisa realizada são capazes de oferecer contribuições para se (re)pensar os conceitos de juventude e de velhice e as formulações sobre intergeracionalidade a partir das análises interseccionais e de poder. Esta perspectiva, como verificamos, não foi encontrada em nenhum dos estudos que compuseram o estado da arte e, portanto, apenas inaugura uma nova forma de olhar para a questão. Serão necessários outros estudos nesta perspectiva para alargar e aprofundar os conhecimentos aqui compartilhados.

Por fim, pensando em uma possível “pedagogia das gerações”, queremos deixar aqui registradas algumas pistas para a continuação de novos estudos e reflexões: se, por um lado, família e escola parecem ser os primeiros responsáveis por dizer aos sujeitos o que é ser jovem, quando, como ou quem ensina a um sujeito o que é ser uma pessoa idosa? O que a UnAPI/UFMS está ensinando sobre o que é ser jovem e, especialmente, o que é ser ou se tornar uma pessoa idosa? Estas são perguntas que, a nosso ver, representam um convite à reflexão, se não pela singularidade dos resultados aqui apresentados, ao menos pela consideração à relevância dos contextos nos quais as experiências intergeracionais ocorrem e, quiçá, ao percurso metodológico trilhado.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Maria do Socorro Silva; CARVALHO, Cecília Maria Resende Gonçalves de. O envelhecimento pela ótica conceitual, sociodemográfica e político-educacional: ênfase na experiência piauiense. **Interface: Comunicação Saúde Educação**, Botucatu, v. 13, n. 29, p. 435-444, abr., 2009.
- ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de. **O discurso de inclusão nas políticas de educação superior (2003-2008)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, PPGEdu. Campo Grande, MS, 2009.
- ALMEIDA, Alisson Araujo de. Candomblé e as duas diásporas do povo negro: o país mítico e a invasão da tolerância. **Revista Periferia**, v. 10, n. 1, p. 213-228, jan./jun. 2018.
- ALVAREZ, Marcos César. Controle Social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo em Perspectiva**, n. 18, v. 1, 168-176, 2004.
- ARCOVERDE, Marcos Augusto Moraes. **A percepção da sexualidade do corpo idoso**. 2006, 88f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, 2006.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 1. Fatos e Mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BENEVIDES, Maria Victoria. Democracia e direitos humanos: uma reflexão para os jovens. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et al. (org.). **Direitos Humanos: capacitação de educadores**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, p. 335-350, 2008.
- BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra (entrevista a Anne-Marie Métaillé, publicada em *Les Jeunes et le premier emploi*, Paris, Association de Ages, 1978, pp. 520-530). In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, p. 151-162, 2003.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun., 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.
- BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de fevereiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm.
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm.

BRITTO DA MOTTA, Alda. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 225-250, ago., 2010.

BRITTO DA MOTTA, Alda. A juvenilização das idades. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 5, n. 2, p. 11-24, jul. 2012.

CACHIONI, Meire; AGUILAR, Luis Enrique. A convivência com pessoas idosas em instituições de ensino superior: a percepção de alunos da graduação e funcionários. **Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 79-104, jun., 2008.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão. Como vive o idoso brasileiro. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, p. 25-73, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das Políticas Públicas. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, p. 253-292, 2004.

CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 3, p. 343-349, dez. 2005.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André; SIERRA, Jamil Cabral. Governamentalização do Estado, movimentos LGBT e escola: capturas e resistências. **Educação**. Porto Alegre, v. 36, n. 2, maio/ago. 2013, p. 192-200.

CISNE, Mirla. **Serviço social: uma profissão de mulheres para mulheres?**. 2004. 205f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, jan., 2017.

CRAVEIRO, Adriéli Volpato; MACHADO, Jéssica Gomes do Vale Cabrerisso. A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social: uma discussão em torno desta questão. *Anais... II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 1-11, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan., 2002.

CRUZ, Suzyelaine Tamarindo Marques da; ROSA, Edinete Maria; COUTINHO, Sabrine Mantuan dos Santos. Representações sociais de universitários sobre jovens e juventude. **Psicologia e Saber Social**, v. 5, n. 2, p. 169-186, 2016. Disponível em <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2016.21739>.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Reflexões sobre biopoder e pos-colonialismo: relendo Fanon e Foucault. *Mana* [online]. 2002, v. 8, n. 1 [Acessado 26 Julho 2022], pp. 149-163. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132002000100006>. Epub 02 Jul 2002. ISSN 1678-4944. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132002000100006>.

DARDENGO, Cassia Figueiredo Rossi; MAFRA, Simone Caldas Tavares. Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação? **Revista de Ciências Humanas**, v. 18, n. 2, jul./dez. 2018.

DEBERT, Guita Grin. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In : DEBERT, Guita Grin (org.). **Antropologia e velhice – Textos Didáticos**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, n. 13, p. 7-28, mar. 1998.

DEBERT, Guita; BRIGEIRO, Mauro. Fronteiras de gênero e a sexualidade na velhice. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 37-54, out., 2012.

DERHUN, Flávia Maria. **A universidade aberta à terceira idade promovendo qualidade de vida: experiências de brasileiros e espanhóis**. 2016. 80f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Departamento de Enfermagem, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2016.

DIAS, Paula Barata. A influência do Cristianismo no conceito de casamento e de vida privada na Antiguidade Tardia. **Ágora: Estudos Clássicos em Debate**, n. 6, p. 99-133, 2004.

DUARTE, Alisson José Oliveira. Sexualidade e religião: um olhar crítico acerca das influências da religião sobre o comportamento sexual. **Revista Relegens Threskéia**, v. 6, n. 2, p. 74-98, dez. 2017.

DUARTE, Juliana Cristina dos Santos. **“Tô velha, mas não tô morta”**: um olhar antropológico sobre mulheres que participam do projeto Universidade Aberta à Pessoa Idosa da UFMS. 144f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2021.

DUQUE, Tiago. Corpo de fala e pesquisa: autorreflexões sobre identidade e diferença. In: NOGUEIRA, Gilmaro; MBANDI, Nzinga; TRÓI, Marcelo de. (org). **Lugar de fala: aproximações e diferenças**. 1 ed. Salvador: Editora Deiveres, 2020. p. 71-77

EVANGELISTA, Aureo; LEITE, Jacqueline Nayara Ferraça; COELHO, Stefanie Berti; FIQUEIRA, Mathilde Elisa. Universidade aberta a terceira idade: paradigma de uma ambiente inclusivo e intergeracional. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 160-161, jul., 2011.

FAVERO, Sofia. Cisgeneridades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. **Bagoas**, Natal, v. 13, n. 20, p. 169-197, jun., 2019.

FERNANDES, Juliana *et al.* Gênero, sexualidade e envelhecimento: uma revisão sistemática da literatura. **Clínica & Cultura**, v. IV, n. 1, jan.-jun., 2015, p. 14-28.

FERREIRA, Marcelo Santana. Reflexões sobre o processo de envelhecimento a partir de Michel Foucault. In: ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond (org.). **Envelhecimento e vida saudável**. (Coleção Vida e Tempo). Rio de Janeiro: Apicuri, p. 43-59, 2009.

FERREIRA, Teresa Helena Schoen; FARIAS, Maria Aznar. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 2, abr.-jun. 2010, p. 227-234.

FERRIGNO, José Carlos. **O confito de gerações**: atividades culturais e de lazer como estratégia de superação com vistas à construção de uma cultura intergeracional solidária. 2009. 254f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

FINATO, Mariza da Silva Santos. **A Universidade Aberta a Terceira Idade e as redes de apoio afetivo e social do idoso**. 2003. 161f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as normas jurídicas**. 3. ed. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. As formações discursivas. In: FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 35-44.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1974). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, p. 243-276, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalheite. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRITZEN, Juliana Pires. A feminização da Assistência Social: discutindo gênero e sua interface com a proteção social. SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1-9, 2015.

FUKUMOTO, Alessandra Harumi Bonito. **O ambiente intergeracional no ensino de italiano LE**: o caso do italiano no campus. 2010. 355f. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Italiana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. Corpo, envelhecimento e felicidade na cultura brasileira. **Contemporânea**, ed. 18, v. 2, p. 77-85, 2011.

GOLDFARB, Delia Catullo. **Corpo, tempo e envelhecimento**. São Paulo : Casa do Psicólogo, 1998.

GOUVÊA, Josiane Barbosa. Pensando as relações raciais no mundo do trabalho: um olhar a partir da branquitude. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4., 2016, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, p. 1-8, out., 2016.

GOMES, Romeu; MURTA, Daniela; FACCHINI, Regina; MENEGHEL, Stela Nazareth. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1997-2005, 2018.

GONZÁLES REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. Trad. Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Thomson, 2005.

GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do COGEIME**, v. 13, n. 25, dez. 2004, p. 9-22.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.

HAYASHI, Madoka. **O bem-estar do idoso no Japão**: primeiras aproximações do trabalho realizado pelo assistente social na atenção ao idoso. 2009. 97f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

HENNING, Carlos Eduardo; DEBERT, Guita Grin. Velhice, gênero e sexualidade: revisando debates e apresentando tendências contemporâneas. **Mais 60**: estudos sobre envelhecimento. São Paulo: SESC São Paulo, v. 26, n. 63, dez., 2015, p. 8-31.

HERTZOG, Lucas e MELLO, Luciana Garcia de. Por uma abordagem interseccional das desigualdades: rupturas com visões hierarquizadas. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 10, n. 1, p. 229-247, jan.- abr., 2020.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUNA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca (Org.). **Marcadores sociais das diferenças**: fluxos, trânsitos e intersecções. Goiânia: Imprensa Universitária, p. 27-54, 2019.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov. 2001, p. 30-41.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade, 1980-2050**: Revisão 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JOSÉ, José de São; TEIXEIRA, Ana Rita. Envelhecimento ativo: contributo para uma discussão crítica. **Análise Social**, 210, XLIX (1º), 2014.

KOVÁKS, Maria Júlia. Atitudes diante da morte: visão histórica, social e cultural. In: KOVÁKS, Maria Júlia (coord). **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992, p. 28-47.

KÜHNER, Maria Helena. Diálogo entre uma mãe de mais de 60 anos e um filho chegando aos 40. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 7-23, nov. 2001.

KYRILLOS, Gabriela de Moraes. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020.

LEITE, Soniárlei Vieira; FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho. A Importância da intergeracionalidade para o desenvolvimento de universitários mais velhos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 831-853, 2018.

LIBARDONI, Thaís Debli. **Espaços públicos urbanos & relações intergeracionais: Affordances** de suporte a jovens e idosos no centro histórico de Pelotas. 257f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018.

LIMA, Cristina Rodrigues. **Programas intergeracionais**: um estudo sobre as atividades que aproximam as diversas gerações. 286f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

LOREA, Roberto Arriada. Acesso ao casamento no Brasil: uma questão de cidadania sexual. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 488-496, maio-ago., 2006.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. **REIS - Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 62, p. 193-242, abr. 1993.

MARINHO, Cristiane Maria. Os limites de resistência e de poder na relação entre Direitos Humanos e Biopolítica. **Dialectus**, n. 11, p. 88-99, ago. 2017.

MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-23, 2018.

MELO, Késia Maria Maximiano de; MALFITANO, Ana Paula Serrata; LOPES, Roseli Esquerdo. Os marcadores sociais da diferença: contribuições para a terapia ocupacional social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 3, p. 1061-1071, 2020.

MENDES, Jozelina Silva da Silva. **Educação intergeracional a distância**: conect@ndo jovens e idosos. 2018. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 783-791, jun., 2003.

MIRANDA, Gabriella Moraes. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 507-519, 2016.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; PASSAMANI, Guilherme Rodrigues; ROSA, Marcelo Victor da; DUQUE, Tiago. “Salve-se quem puder”: dilemas de estudantes das universidades federais de Mato Grosso do Sul em tempos de pandemia. **Cadernos de Campo (São Paulo – 1991)**, São Paulo, v. 29, n. supl., p. 65-74, 2020.

ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam *et al.* (Org.). **Conferências e Diálogos**: saberes e práticas antropológicas. Brasília: ABA/ Nova Letra, p. 45-80, 2007.

PAIVA, Simone Borges. **Oficinas intergeracionais**: saberes e fazeres da experiência, mediação cultural e significação. 2015. 246f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

PAPALÉO NETTO, Matheus. O estudo da velhice no séc. XX : histórico, definição do campo e termos básicos. In : FREITAS, Elizabete Viana de et al. (orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, p. 2-12, 2002.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues; VASCONCELOS, Alexandre Meira de; ROSA, Marcelo Victor da; ISHII, Renato Porfírio. Pobres, pretos/as, periféricos/as, jovens e em escolarização: a constituição dos sujeitos da 18ª Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande/MS. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 2, p. 57-81, 2020.

PEREIRA, Mario Cesar da Silva. **A re(a)presentação da velhice e corpo na universidade**. 2015. 95f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul., 2008.

POCAHY, Fernando. A idade um dispositivo. A geração como performativo. Provocações discursivo-desconstrucionistas sobre corpo-gênero-sexualidade. **Polis e Psique**, v. 1, n. Temático, 2011, p. 195-211.

POULANTZAS, Nicos. **Classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

PRADO FILHO, Kleber. A genealogia como método histórico de análise de práticas e relações de poder. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, v. 51, n. 2, p. 311-327, jul-dez, 2017.

PRADO, Shirley Donizete; SAYD, Jane Dutra. Como poderia a Gerontologia, um campo multidisciplinar do saber, estar presente na Tabela das Áreas do Conhecimento do CNPq?. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1725-1735, dez., 2007.

REDE Intergeracional de Informações para Saúde. **Informe de situação e tendências: demografia e saúde**. Brasília: OPAS, 2009.

RODRIGUES, Lizete de Souza; SOARES, Geraldo Antonio. Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea. **Revista Ágora**, Vitória, n. 4, p. 1-29, 2006.

RUSCHEL, Ângela Ester; CASTRO, Odair Perugini de. O vínculo intergeracional: o velho, o jovem e o poder. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 523-539, 1998.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, 2008.

SILVA, Anna Cruz de Araújo Pereira; SILVA JR., Paulo Isan Coimbra. Para além de um Estatuto: direitos e obrigações de velhos indígenas. In: XVI Congresso Nacional/CONPEDI, 2007, Belo Horizonte - Minas Gerais. Anais do XVI Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis - Santa Catarina: Fundação Boiteux, 2007.

SILVA, Milena Regina de Paula. **Raça, etnicidade e religião: das ciências sociais às ciências da religião**. 2015. 95f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: ____ (org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e; MENEZES, Márcia Barbosa de. Gênero e trabalho no campo da Matemática. Breve história e notas sobre um diagnóstico preliminar. In:

YANNOULAS, Silvia Cristina (coord.). **Trabalhadoras**: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília, DF: Abaré, 2013.

SOUZA, Pollyanna da Silva de. **Efeitos do envelhecimento sobre o desempenho cognitivo**. 2005. 61f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero, assim como raça para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 101-117, 1991.

VILAS-BOAS, Susana; RAMOS, Natália; OLIVEIRA, Albertina; AMADO, Joao; MONTERO GARCÍA, Inmaculada. A redução de estereótipos e atitudes negativas entre gerações: o contributo da educação intergeracional. **Laplage em revista**, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 206-220, ago., 2017.

VITÓRIA, Andreia; REGO, Armenio; BOAS, Madalena Vilas. Atitudes perante os Trabalhadores mais Velhos: A Perspetiva dos Estudantes Universitários. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 1-11, abr., 2016.

WALTER, Maria Inez Machado Telles. A dualidade na inserção política, social e familiar do idoso: estudo comparado dos casos de Brasil, Espanha e Estados Unidos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 186-219, jun., 2010.

WILLIAMS, Raymond. A cultura é algo comum. In: WILLIAMS, Raymond. **Recursos de esperança**: cultura, democracia, socialismo. São Paulo: Editora da UNESP, p. 14-28, 2015.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Sobre o que nós, mulheres, fazemos. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (coord.). **Trabalhadoras**: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília, DF: Abaré, 2013.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores Sociais da Diferença. **Sociologia**: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades), São Paulo, v. 1, p. 14 - 18, ago., 2014.

ZORDAN, Eliana Piccoli; FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. Casar ou não casar? Motivos e expectativas com relação ao casamento. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 56-76, ago., 2009.

APÊNDICE 1 – Questionário Estruturado

Caro participante, você tem plena liberdade para desistir da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou penalização alguma, ou ainda poderá deixar de responder a(s) questão(ões) ou pergunta(s) que desejar.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na dissertação de mestrado, bem como poderão ser utilizados em publicações, apresentação de trabalhos em eventos e em artigos científicos futuros, sempre preservando o anonimato dos sujeitos.

Para perguntas ou informações referentes a esta pesquisa, entre em contato: Eduardo Ramirez Meza (pesquisador responsável), telefone (67) 99257-8710, e-mail eduardo.ramirez@ufms.br.

Contamos com sua valiosa colaboração para responder às questões apresentadas a seguir.

1. E-mail:

2. Nome:

3. De qual disciplina de graduação que recebeu pessoas idosas você participou?

4. Participou de outra disciplina de graduação que recebeu pessoas idosas? Se sim, qual?

5. Qual sua faixa etária?

- | | |
|--|--|
| ☐ até 19 anos | ☐ de 50 a 59 anos |
| ☐ de 20 a 29 anos | ☐ de 60 a 69 anos |
| ☐ de 30 a 39 anos | ☐ de 70 a 79 anos |
| ☐ de 40 a 49 anos | ☐ 80 anos ou mais |

6. Qual seu estado civil:

- | | |
|-------------------------------------|--|
| ☐ Solteiro/a | ☐ Divorciado/a |
| ☐ Casado/a | ☐ Viúvo/a |
| ☐ Separado/a | ☐ Outro – Qual? _____ |

7. Qual sua identidade de gênero?

- | | |
|--|--|
| ☐ Mulher cisgênero | ☐ Homem cisgênero |
| ☐ Mulher transgênero | ☐ Homem transgênero |
| ☐ Outra – Qual? _____ | |

CISGÊNERO: pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi designado ao nascer.
TRANSGÊNERO: pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi designado ao nascer.

8. Como você se identifica quanto à expressão da sexualidade?

- | | |
|--|--|
| ☐ Heterossexual | ☐ Pansexual |
| ☐ Homossexual | ☐ Assexual |
| ☐ Bissexual | ☐ Outra – Qual? _____ |

9. Em qual município/UF você nasceu?

10. Em qual município/UF você reside?

11. Qual sua cor/raça/etnia?

- | | |
|------------------------------------|--|
| ☐ Amarelo/a | ☐ Preto/a |
| ☐ Branco/a | ☐ Pardo/a |
| ☐ Indígena | ☐ Outra – Qual? _____ |

12. Qual seu grau de escolaridade? (assinale o mais elevado)

- ☐ Ensino médio
☐ Superior incompleto
☐ Superior completo
☐ Especialização incompleto
☐ Especialização completo
☐ Mestrado incompleto
☐ Mestrado completo
☐ Doutorado incompleto
☐ Doutorado completo

13. Qual o nome do curso do seu grau de escolaridade?

14. Qual sua religião:

15. Você possui pelo menos uma fonte de renda pessoal (incluindo bolsa, aposentadoria, pensão, auxílio)?

- | | |
|---|---|
| ☐ Sim | ☐ Não – estou desempregado/a |
| ☐ Não – sou do lar | ☐ Não – apenas estudo |

16. Caso você possua pelo menos uma fonte de renda pessoal, em qual(is) situação(ões)?

- | | |
|---|--|
| ☐ Emprego formal | ☐ Emprego informal |
| ☐ Autônomo/a | ☐ Microempreendedor/a |
| ☐ Empresário/a | ☐ Aposentado/a |
| ☐ Pensionista | ☐ Beneficiário/a BPC/LOAS |
| ☐ Bolsa de estudante | ☐ Outra – Qual? _____ |

17. Qual sua renda mensal (pessoal)?

- | | |
|---|---|
| ☐ Não possuo renda pessoal | ☐ Menos de R\$ 1.100,00 |
| ☐ De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.199,00 | ☐ de R\$ 2.200,00 a R\$ 3.299,00 |
| ☐ De R\$ 3.300,00 a R\$ 5.499,00 | ☐ R\$ 5.500,00 ou mais |

18. Qual sua renda familiar per capita? (MÉDIA – soma de todas as rendas dividido pelo número de pessoas residentes no domicílio.)

- | | |
|---|---|
| ☐ Menos de R\$ 1.100,00 | ☐ De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.199,00 |
| ☐ de R\$ 2.200,00 a R\$ 3.299,00 | ☐ De R\$ 3.300,00 a R\$ 5.499,00 |
| ☐ R\$ 5.500,00 ou mais | |

Gratos por preencher as informações relativas ao seu perfil, enquanto sujeito desta pesquisa. Sua participação é de extrema relevância para nós. A próxima etapa consistirá na realização de entrevista individual e, para tanto, solicitamos que responda às próximas duas perguntas, que serão determinantes para o agendamento. A entrevista está estimada para duração entre 15 e 20 minutos e será realizada de modo não-presencial, conforme sua disponibilidade.

19. Você tem acesso e facilidade para participar da entrevista via *Google Meet*?

- ☐ SIM, tenho condições de ser entrevistado via *Google Meet*.
☐ NÃO – prefiro que a entrevista seja realizada por mensagens de *WhatsApp*
☐ NÃO – prefiro que a entrevista seja realizada por chamada telefônica

20. Assinale quais seriam os dias e horários mais adequados para a entrevista, lembrando que a duração prevista é de 15 a 20 minutos.

Dia da semana	Não posso neste dia	Posso pela manhã	Posso pela tarde	Posso à noite
Segunda-feira				
Terça-feira				
Quarta-feira				
Quinta-feira				
Sexta-feira				
Sábado				
Domingo				

21. Indique um número de telefone celular, com DDD, para agilizar a manutenção de contatos e agendamento da entrevista.

22. O telefone celular indicado tem WhatsApp instalado?

() SIM

() NÃO

23. Você deseja receber os resultados desta pesquisa no e-mail que você informou no início e/ou no seu WhatsApp?

() Sim, apenas pelo e-mail.

() Sim, apenas pelo WhatsApp.

() Sim, pelo e-mail e pelo WhatsApp.

() Não desejo receber os resultados da pesquisa.

APÊNDICE 2 – Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada

Caro participante, você tem plena liberdade para desistir da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou penalização alguma, ou ainda poderá deixar de responder a(s) questão(ões) ou pergunta(s) que desejar.

1. O que significa juventude e quais seriam as principais características de uma pessoa jovem?
2. Como a sociedade se relaciona com os mais jovens?
3. O que significa velhice e quais seriam as principais características de uma pessoa velha ou idosa?
4. Como a sociedade se relaciona com os mais velhos?
5. Você se define como uma pessoa jovem, adulta ou idosa? Por quê?
6. O projeto “Pessoas Idosas na Formação Acadêmica” permitiu que pessoas idosas cursassem disciplinas isoladas de graduação presencial, e você participou de uma destas disciplinas. Qual foi a sua reação e como você se sentiu no primeiro contato intergeracional jovem/idoso em sala de aula proporcionado por este projeto?
7. Nesta experiência de contato entre jovens/idosos em sala de aula, você se recorda de ter tido alguma dificuldade pessoal para o relacionamento intergeracional? Justificar para ambos (sim e não).
8. Caso tenha respondido afirmativamente à questão anterior, esta(s) dificuldade(s) foi(ram) superada(s)? Se sim, como?
9. No decorrer das aulas, você percebeu alguma mudança, para melhor ou para pior, na dinâmica do contato intergeracional jovem/idoso em sala de aula? Explique sua resposta.
10. De maneira geral, e a partir da sua perspectiva de vida, o que significou esta experiência de inclusão de pessoas idosas em sala de aula?
11. Utilize este tempo caso queira dizer algo que não foi contemplado no questionário.

ANEXO 1 - Anuência da Diretoria de Planejamento e Gestão Acadêmica da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ANEXO 2 - Anuência da Diretoria de Escola de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ANEXO 3 - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

